



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

WAGNER CARLOS DA SILVA

***À FLOR DAS ÁGUAS: A IMAGEM DO RECIFE EM JOSUÉ DE CASTRO***

RECIFE, 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

WAGNER CARLOS DA SILVA

**À FLOR DAS ÁGUAS: A IMAGEM DO RECIFE EM JOSUÉ DE  
CASTRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fabiana de Fátima Bruce da Silva

RECIFE, 2015

Ficha Catalográfica

S586f Silva, Wagner Carlos da  
*À flor das águas: a imagem do Recife em Josué de Castro /*  
Wagner Carlos da Silva. -- Recife, 2015.  
168 f.: il.

Orientador (a): Fabiana de Fátima Bruce da Silva.  
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2015.  
Referências.

1. Recife (PE) 2. Castro, Josué de , 1908-1973  
3. Capibaribe, Rio 4. Beberibe, Rio 5. História social I. Silva,  
Fabiana de Fátima Bruce da, orientadora II. Título

CDD 306.09

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Fabiana de Fátima Bruce da Silva, pela orientação precisa e compreensiva e pela amizade.

Às professoras Regina Beatriz Guimarães Neto, Sylvia Costa Couceiro e Rozélia Bezerra pela contribuição no exame de qualificação.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE, principalmente a professora Lúcia Falcão, pela leitura atenta do meu projeto.

Aos funcionários da FUNDAJ, principalmente a Carlos Ramos, por apresentar o Acervo Josué de Castro.

À CAPES, pelo financiamento.

À Juliana Dias, pelo o apoio e companhia durante todo o processo desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho aborda como Josué Apolônio de Castro (1908 - 1973) sente e imagina a cidade do Recife, por meio da sua produção textual, principalmente nos livros *Documentário do Nordeste* (1937) e *Fatores de localização da cidade do Recife* (1948). O nosso objetivo principal é interpretar as imagens construídas pelo intelectual pernambucano Josué de Castro, sobre a cidade do Recife nestes momentos, mas que, supomos, ainda perduram. Observamos que um elemento se destaca na descrição de Josué de Castro sobre a paisagem do Recife: a presença dos rios, Capibaribe e Beberibe. Entendemos que o seu olhar múltiplo foi capaz de enxergar o simbolismo, realçando a dupla face mítica dos rios, que são importantes para a elaboração da sua imagem do Recife. Desse modo, articulamos, principalmente, para visualizar seu modo de olhar, os conceitos de imaginário social histórico proposto por Cornelius Castoriadis, o de paisagem e mito em Simon Schama e a noção de imagem em Jacques Aumont, para refletir acerca destas imagens elaboradas por Josué de Castro.

**Palavras-chave:** Imagem, Recife, Josué de Castro; Rios Capibaribe e Beberibe; Paisagem e Mito; Imaginário social histórico.

## ABSTRACT

This work discusses how Josué Apolônio de Castro (1908 - 1973) feels and imagines the city of Recife, through its textual production, especially in the books, *Documentário do Nordeste* (1937) and *Fatôres de localização da cidade do Recife* (1948). Our main goal is to interpret the images constructed by Pernambuco intellectual Josué de Castro, about the city of Recife at this time, but we assume, are still persist. We note that an element stands out in Josué de Castro's description of the landscape of Recife: the presence of rivers, Capibaribe and Beberibe. We understand that your multiple look was able to see the symbolism, highlighting the double-sided mythical rivers, which are important for the development of image of Recife. Thus, articulate, mainly to see the way they look, the concepts of historical social imaginary proposed by Cornelius Castoriadis, the landscape and myth in Simon Schama and the image of concept in Jacques Aumont, to reflect on these images produced by Josué de Castro.

**Keywords:** Image, Recife, Josué de Castro; Rivers Capibaribe and Beberibe; Landscape and Myth; Historical social imaginary.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia de Josué de Castro na solenidade de posse da Cátedra de Geografia Humana (1948). (Acervo Josué de Castro – FUNDAJ)

Figura 2 – Tela de René Magritte. La condition humaine. (1933)

Figura 3 – Fiburgum. Mapa de Franz Post. In: BARLAEUS, Gaspar. O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

Figura 4 – T'Recif de Pernambuco. Autor e data desconhecido. (Museu do Estado de Pernambuco)

Figura 5 – Mauritiopolis Reciffa et circumiacentia castra. In: BARLAEUS, Gaspar. O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

Figura 6 – Mauritiopolis Reciffa et circumiacentia castra. Reprodução da obra de Barleus. In: CASTRO, Josué. Fatôres de Localização da Cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948.

Figura 7 – Desenho esquemático da baía entulhada do Recife, segundo J. C. Branner.

Figura 8 – Capa do livro Fatôres de Localização da Cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948.

Figura 9 – Capa do livro Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937.

Figura 10 – Desenho do rosto de João Paulo. In: Documentário do Nordeste. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. (4º ed.)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 Josué de Castro: dos primeiros escritos à Geografia da Fome .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 Josué de Castro e o saber geográfico: movimentos e possibilidades .....</b>	<b>34</b>
1.2.1 A construção do saber geográfico brasileiro: os encontros de Josué de Castro .....	37
1.2.2 Os movimentos da escrita: o uso do método geográfico .....	41
<b>2. JOSUÉ DE CASTRO E A CIDADE IDEAL .....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 A intelectualidade brasileira e a “cidade progresso” de Josué de Castro .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 Uma cidade desigual: panorama do Recife nos escritos de Josué de Castro .....</b>	<b>65</b>
2.2.1 Poesia e miséria na Mocambópolis: o homem caranguejo .....	71
2.2.2 A fisionomia europeia dos bairros centrais do Recife: uma cidade moderna .....	78
2.2.3 A harmonização da imagem da cidade: os rios .....	87
<b>3. MITO, PAISAGEM E IMAGINÁRIO.....</b>	<b>92</b>
<b>3.1. Brasil Holandês: Josué de Castro recriando uma tradição simbólica.....</b>	<b>101</b>
<b>3.2 Os rios míticos de Josué de Castro: as duas margens .....</b>	<b>119</b>
3.2.1 <i>A ciclópica atividade arquitetônica</i> : o rio fértil .....	122
3.2.2 <i>O ciclo do caranguejo</i> : o rio mortífero .....	128
<b>4. OS OLHARES DE JOSUÉ DE CASTRO: OS VÁRIOS BRAÇOS DO RIO .....</b>	<b>135</b>
<b>4.1 A discussão da imagem em Panofsky, Ginzburg, Barthes e Aumont: contrapontos .....</b>	<b>138</b>
<b>4.2 A imagem do Recife em <i>Fatores de localização da cidade do Recife</i> e <i>Documentário do Nordeste</i> .....</b>	<b>143</b>
4.2.1 O Recife visto de longe .....	145
4.2.2 O Recife visto de perto .....	149
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>158</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>164</b>



## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos analisar as imagens da cidade do Recife elaboradas por Josué de Castro. Procuraremos reconstruir o modo como Josué de Castro, com uma produção intelectual voltada, principalmente, para a temática da fome, apreendeu a cidade, considerando, na sua reconstrução simbólica, o que via e os significados de alguns desses elementos, visíveis, para ele. Através da sua produção literária e científica, percebemos que na construção da imagem da cidade do Recife Castro direciona o seu olhar com insistência para as águas, sua visão principal, por onde sente e entende a cidade do Recife.

Inicialmente, a nossa pesquisa se dedicou a discutir a questão da intelectualidade e o modo de proceder historiográfico em torno dessa categoria. Procuramos compreender os aspectos da intelectualidade brasileira por meio dos argumentos de Sérgio Miceli (2001) e Daniel Pécaut (1990). Consideramos os trabalhos sociológicos de Miceli e Pécaut uma grande contribuição à historiografia. Apesar de sabermos que a definição da intelectualidade seja difusa e múltipla, as ciências sociais favorecem a apreensão da conjuntura social e a análise do papel que a intelectualidade desempenha num espaço social, contribuindo assim para melhor construirmos a proposta que a nossa pesquisa pretende problematizar.

Também priorizamos a concepção de Antonio Gramsci (1982; 1986) para refletirmos sobre o papel social do intelectual, no século XX. De acordo com Gramsci, embora todos os homens sejam intelectuais, só alguns desempenham a função de intelectuais na sociedade. Nessa perspectiva, a sociedade elege seus intelectuais tendo como exigência que ele exerça seu papel de organizador do espaço social, ou seja, que elabore argumentos que colaborem na organização da sociedade e da cultura.

Ao privilegiarmos a questão da função social do intelectual e os critérios de legitimação, através de Gramsci (1982; 1986), sugerimos que são as trajetórias sociais que transformam os indivíduos em intelectuais, através da aceitação, sobretudo, dos seus pares. Por intermédio dessa discussão, também foi possível observar que socialmente os intelectuais servem para interpretar, explicar e organizar a realidade social. Ainda podemos refletir sobre a relação dos intelectuais com os poderes estabelecidos.

A princípio, também insistimos em refletir a respeito das contribuições da considerada História Intelectual para pensarmos a nossa prática historiográfica. Com a ascensão da Nova História Cultural, entendemos que a pesquisa sobre intelectuais ganha prestígio, mas antes quase sempre era vista como algo menor que não conseguiria fazer uma análise profunda, se perdendo no superficial. Assim, os historiadores clássicos, acreditavam que a História Intelectual não era a melhor forma de tentar compreender o passado (HUNT, 1992).

Segundo Lloyd S. Kramer, a História Intelectual é um campo que está vinculado aos aspectos políticos, sociais e econômicos, pois, segundo o autor, o tema da História Intelectual entende que as “estruturas de pensamento e significado simbólico são parte integrante de tudo que conhecemos na história” (KRAMER, 1992, p. 133). Desse modo, vemos que Kramer acredita que a História Intelectual não é apenas uma análise das ideias, mas um meio de apreender, através das noções e sentidos de uma época, vários aspectos da realidade social.

Podemos perceber as controvérsias que surgem nas diversas discussões sobre a história dos intelectuais. Quando muda-se o local e/ou momento do olhar, mudam-se também os significados das coisas. Nesse sentido, vale destacar as várias classificações que Roger Chartier (1990) aborda, onde surge:

Uma dupla incerteza respeitante ao vocabulário que a designa: cada historiografia nacional possui sua própria conceptualidade e, em cada uma delas, entram em competição diferentes noções, mal diferenciadas umas das outras (CHARTIER, 1990, p. 30).

Desse modo, Chartier nos oferece uma visão complexa do tema ao expor os inúmeros termos que circulam o conceito. De início ligado aos filósofos, a história dos intelectuais foi considerada, por vezes, história das ideias, outras vezes, história do pensamento. Assim, tendo uma perspectiva semelhante com a de Chartier, acreditamos que é uma tarefa difícil definir a História Intelectual. Todavia, o historiador não está impedido de buscar apreendê-la.

Somos capazes de apreender a proposta de uma História Intelectual elaborada por Chartier através de sua postura historiográfica. Ele utiliza-se do conceito de representação no intuito de ver nos eventos históricos o “modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16, 17). Nesse sentido, ele nos alerta que ao observarmos um acontecimento temos que ter em

mente que as representações compartilhadas num determinado ambiente são reapropriadas constantemente:

A história intelectual não deve cair na armadilha das palavras que podem dar a ilusão de que os vários campos de discursos ou de práticas são constituídos de uma vez por todas, delimitando objectos cujos contornos, ou mesmo os conteúdos, não variam; pelo contrário, deve estabelecer como centrais as descontinuidades que fazem com que se designem, se admitam e se avaliem, sob formas diferentes ou contraditórias, consoante as épocas, os saberes e os actos. (CHARTIER, 1990, p. 65)

Por isso, é importante compreendermos essa forma de operação historiográfica que enfatiza suas análises nos conjuntos das representações sociais e suas variações de significados. No entanto, acreditamos que a História Intelectual não deve ignorar os estudos sobre as práticas diante da estrutura social, considerando que a postura do intelectual está atrelada aos condicionantes sociais. Portanto, devemos ficar atentos às questões sociais, políticas e econômicas que interferem na produção de sentido.

Assim, vale ressaltar que nossa pesquisa se insere no campo, no qual Lynn Hunt denomina de Nova História Cultural, em que o modo de trabalhar a questão da cultura está associado à noção de sentido:

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2004, p. 15).

Aqui nós ignoraremos a concepção tradicional de cultura que a vê como um mero reflexo da economia, como também não levaremos em consideração a visão de sua estreita vinculação com uma “elite erudita”. Diante disso, “deparamo-nos atualmente com o desafio de uma história da cultura que nem pode ser reduzida a um produto das transformações econômicas e sociais, nem retornar a um modo de ideias desvinculados das mesmas” (HUNT, 1992, p. 35).

Nessa configuração mais complexa, a História Cultural é difusa e diversa, onde as diferenças entre as posturas dos autores abrem espaço para as controvérsias. Nesse caminho, o historiador corre risco e se envolve em polêmicas. Afinal, a historiografia também não possui um sentido único.

O intelectual, através de seus enunciados, consegue transcender a realidade caótica. Elabora, muitas vezes, uma representação que lhe conforta através das atribuições de

significados. No entanto, esta representação não está completamente separada da considerada realidade objetiva. Elas se relacionam, alimentando-se mutuamente.

A cidade, uma dessas representações, se apresenta multifacetada. Cada indivíduo olha a cidade de maneira singular e expressa a sua imagem de diversas formas. Nesse sentido, “falar de uma cidade [...] é, sobretudo, narrar histórias partidas, em que os diversos fragmentos da vida de seus habitantes aparecem como inscrições do tempo nos espaços vividos” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 144).

Entendemos que os intelectuais imaginam uma cidade que agrada os seus sonhos. Sandra Pesavento destaca que é importante na perspectiva da História Cultural compreender que a projeção dessa “cidade do desejo, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e quis concretizar” (1995, p.283). Apesar deste presente estudo não desconsiderar completamente a realidade material da cidade, compreendemos a cidade como uma realização simbólica construída entre práticas.

Salientamos que a nossa proposta é analisar a produção textual de um intelectual que ocupa um lugar social privilegiado. Desse modo, atribuímos importância às instituições com as quais Josué de Castro se relacionava, porque isso alterava as suas práticas e o modo como via e produzia a realidade social. Segundo Roger Chartier é importante observar que as representações do social “não são de forma alguma discursos neutros” (1990, p.17). Nesse sentido, as representações estão atreladas às estratégias e as lutas sociais, sendo um bom observatório para tentar compreender os mecanismos que os segmentos sociais utilizam para aventurar-se em impor sua visão de mundo e a determinar posição.

É a partir do estudo do modo como Josué de Castro imaginava a cidade que pretendemos sentir a forma como o Recife era vivido e principalmente discutido. Naquela circunstância, os escritos de Josué de Castro, publicados nos livros e jornais sobre a cidade do Recife, tiveram um grande alcance e geraram polêmicas em torno da temática. Então, explorar a produção de Josué de Castro se mostra relevante porque a sua produção científica sobre a questão da cidade é uma referência aos estudos sobre o tema da cidade no Brasil e confere ao escritor uma condição de precursor para os estudos da geografia urbana brasileira. Mas, consideramos a importância da sua produção textual, principalmente, por entendermos que ela instituiu novos significados culturais e visuais, onde é fabricada a sua própria cidade, questão sobre a qual temos o interesse de nos aproximar.

A escolha de trabalhar Josué de Castro, também, pode ser considerada a partir da análise da produção acadêmica sobre ele<sup>1</sup>. Observamos que as produções sobre Josué de Castro destacaram, nas suas abordagens, questões relacionadas à aspectos nutricionais, ciência geográfica, produção agrícola e indústrias alimentícias. A nossa proposta é não deixar de dialogar com estes debates, mas estabelecer um foco na análise do processo de criação simbólica, literária, sobre a cidade do Recife.

As dissertações de Jorge Nunez (2003), Renato Nascimento (2002), Dorival Marchi (2004) e a tese de Tânia Silva (1998) contribuíram, principalmente, para compreendermos como Josué de Castro analisou a questão social da fome. Ainda sobre os enunciados de Josué de Castro sobre a fome, evidenciamos o livro de Rosana Magalhães (1997) que destaca-se pelo seu pioneirismo nos estudos sobre Castro<sup>2</sup> e, vale ressaltar, que através de seu trabalho compreendemos os múltiplos discursos de Castro sobre a temática da fome, onde a autora destaca que em cada momento da sua produção ele reformulava suas ideias sobre a fome.

Através da tese de Sirlândia Schappo (2008) visualizamos como Castro, utilizando-se do discurso e dos projetos políticos em torno da reforma agrária, tenta combater a fome. Este trabalho nos faz enxergar a concepção de agricultura de sustentação que Castro propaga nas suas obras, onde ele clama por um cultivo da policultura.

Os geógrafos Rui Campos (2004) e Antonio Carvalho (2001, 2007) procuraram entender a atuação de Josué de Castro no campo da ciência geográfica e contribuíram com os estudos sobre a historiografia do pensamento geográfico brasileiro. Ressaltamos que a partir da tese de Carvalho (2007), compreendemos que Josué de Castro possibilita o fortalecimento, no Brasil, dos estudos sobre as questões sociais entre os geógrafos. Sendo o primeiro a tratar da questão da fome, “Josué ganhará notoriedade por trazer à luz um tema inédito, atípico e até, pode-se afirmar, antigeográfico em meio a geografia praticada na sua época” (CARVALHO, 2007, p. 56).

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que há uma tese que trata da trajetória intelectual e política de Josué de Castro de Helder Remígio Amorim, que encontra-se atualmente em andamento pelo PPGH-UFPE, sob a orientação da professora Regina Beatriz Guimarães Neto.

<sup>2</sup> O seu livro publicado em 1997, foi apresentado inicialmente como dissertação em 1992. O consideramos o primeiro trabalho acadêmico sobre Josué de Castro. Ver: MAGALHÃES, Rosana. **A fome no pensamento de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1992.

O único trabalho historiográfico é a dissertação de Cláudia Nascimento (2006), que se propõe a entender o pensamento de Castro na década de 1930 e 1940 através da sua atuação na área da nutrição e como ele participa da construção da institucionalização do saber científico nesta área.

Identificamos que o nosso estudo se diferencia dos demais por pretender fazer uma construção histórica focalizando o modo como Castro imaginava a cidade do Recife, numa escrita relativamente mais liberada dos processos de institucionalização. Assim, trazer Castro como um estudioso da cidade amada e imaginada é importante porque os demais trabalhos sobre ele, registrados até então, privilegiaram outros temas.

Embora a pesquisa leve em consideração toda a produção literária e científica publicada por Castro<sup>3</sup>, atribuímos importância a dois momentos da sua escrita, principalmente os textos onde ele descreve o Recife e sua paisagem.

A primeira ocasião é o livro *Documentário do Nordeste*, publicado originalmente em 1937. Este livro reúne vários textos produzidos por Castro desde o ano de 1935 e publicados distintamente pela imprensa até 1967<sup>4</sup>. O segundo momento é o ano de 1948 quando é publicado o livro *Fatores de localização da cidade do Recife*<sup>5</sup>. Esse livro, sua tese de livre docência, trata das correlações entre a cidade e a sua paisagem natural. Ainda no

---

<sup>3</sup> Seguem as obras literárias e científicas de Josué de Castro publicadas em português com o ano de publicação original: O problema de fisiologia da alimentação no Brasil (1932). O problema de alimentação no Brasil (1933). Condições de vida das classes operários do Recife (1935). Alimentação e raça (1935). Documentário do Nordeste (1937). A festa das letras - Cecília Meireles e Josué de Castro (1937). A alimentação brasileira à luz da geografia humana (1937). Fisiologia dos tabus (1939). Geografia humana (1939). Geografia da fome (1946). Fatores de localização da cidade do Recife (1948). Geopolítica da fome (1951). A cidade do Recife: ensaio de geografia humana (1954). Três personagens (1955). O livro negro da fome (1957). Ensaio de geografia humana (1957). Ensaio de biologia social (1957). Sete palmas de terra e um caixão (1965). Homens e caranguejos (1967). A explosão demográfica e a fome no mundo (1968). A estratégia do desenvolvimento (1971).

<sup>4</sup> Destacamos oito trabalhos que tratam a cidade do Recife: quatro textos que foram publicados em jornais, nos anos de 1935 e 1936, (O ciclo do caranguejo. A Platéia, São Paulo, 30/03/1935; Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936; O despertar dos mocambos. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 16/02/1936; Mocambo: habitação higiênica. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 08/03/1936) todos esses estão presente na primeira edição do livro Documentário do Nordeste (1937) e nas demais edições desse mesmo livro; Quatro contos (João Paulo, Ilha do Leite, Assistência social e Solidariedade humana) lançados na primeira edição do livro Documentário do Nordeste (1937) e que são retomados nas edições posteriores do mesmo livro, ainda ressaltamos que esses contos servirão de base para a escrita do livro Homens e caranguejos (1967).

<sup>5</sup> CASTRO, Josué. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948.

mesmo ano, o texto é republicado em formato de artigos para o Jornal Diário de Pernambuco<sup>6</sup>. Na década de 1950, esse texto é reeditado mais duas vezes em livro<sup>7</sup>.

Consideramos estes dois livros significativos porque neles Recife ocupa um lugar privilegiado aparecendo como tema e cenário tanto de seus estudos de geografia urbana como de sua criação literária. Textos que foram republicados e aumentados, transformados inclusive no romance *Homens e Caranguejos*, de 1967. Assim, nosso trabalho privilegiará os textos que estão presentes no livro *Documentário do Nordeste* e em *Fatôres de localização da cidade do Recife*<sup>8</sup> como um meio para apreender essa imagem do Recife que persiste em Josué de Castro.

Durante toda sua vida de escritor, a cidade do Recife aparece constantemente nas suas obras. Entretanto, cabe ressaltar que evitaremos pensar como se houvesse uma evolução no pensamento de Castro. Preferimos ver que seu processo de produção vai ocorrendo em situações diferentes, por complementaridade, na medida em que Castro vai ocupando lugares variados de sua trajetória de vida, olhando para uma cidade agitada que se transforma cotidianamente. No entanto, ao mesmo tempo, a sua narrativa religa diversos temas e acontecimentos da cidade fazendo deslizar as temporalidades.

Gostaríamos de ressaltar uma modificação no processo da elaboração desta dissertação. Após a qualificação, sentimos necessidade de repensar a nossa postura para conseguirmos nos aproximar do nosso propósito que é refletir a forma como o intelectual Josué de Castro tratava a cidade do Recife. Então, nos debruçamos sobre a sua produção textual e procuramos fazer um mapeamento que contemplasse as menções sobre o Recife nas obras dele.

Com a intenção de visualizar as expressões que Castro utilizava para se referir ao Recife fizemos um “quadro” referencial, ou seja, colocamos todas as menções encontradas numa tela. Para entender qual era a cidade que emergia daquelas expressões, fizemos várias

---

<sup>6</sup> CASTRO, Josué. Diário de Pernambuco, Recife. 12/03/1948; 13/03/1948; 23/03/1948; 01/04/1948.

<sup>7</sup> CASTRO, Josué. **A cidade do Recife**: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954. CASTRO, Josué. **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

<sup>8</sup> Encontramos as edições originais destes dois livros na Biblioteca Blanche Knopf – FUNDAJ.

recombinações dos termos buscando criar grupos semânticos. Estes agrupamentos se modificavam constantemente a partir de cada deslocamento de peça que fazíamos, ficando difícil encontrar um conjunto semântico homogêneo que se destacasse dos demais. Assim, começamos a nos inquietar com os diferentes Recifes que emergiam dos textos de Castro.

Diante desse quadro amplo, que nos pareceu um panorama, começamos a visualizar cada expressão como se fosse uma figura. Observando esses elementos pictóricos produzidos por Josué de Castro identificamos que a sua narrativa (re)produzia símbolos caudalososmente. Assim, diante dos textos que abordamos nesse trabalho, iremos interpretá-los como imagem. Acreditamos que partindo dessa perspectiva, de ver o texto como imagem, é possível tratar da dimensão simbólica do texto que, através de uma construção imaginária, é capaz de significar as coisas (AUMONT, 1993).

A imagem do Recife de Josué de Castro que começamos a enxergar tinha o rio, fértil e mortífero, como o principal elemento da paisagem. Em seguida, identificamos que esta sua paisagem era sustentada por mitos da natureza, que remetiam a valores íntimos e sociais de Josué. Então, diante de uma paisagem mítica revivida em sua narrativa, foi necessário nos aproximarmos de autores como Aumont (1993), Castoriadis (1982), Panofsky (1979), Schama (1996), Benjamin (1991), Barthes (2009), Ginzburg (1989), Detienne (1976) e Eliade (1984), para começarmos a entender aquela imagem que aflorava das águas.

Através de Schama compreendemos que a força da narrativa sobre a paisagem é sustentada pelos mitos da natureza que, inclusive, nunca desapareceram, pois “nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 24). Assim, entendemos que a paisagem é uma construção da mente humana e “compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p.17).

A concepção de paisagem de Walter Benjamin também nos faz valorizar o aspecto interno do observador. Através da literatura de Marcel Proust, ele destaca que os sentidos despertam lembranças e que elas se confundem com a paisagem:

Então, fora de todas essas preocupações literárias e sem estabelecer nenhum vínculo com elas, de repente, um telhado, o reflexo de sol sobre uma pedra, o cheiro de um caminho, me faziam parar por um prazer especial que me davam e também porque pareciam esconder, para além daquilo que eu via, alguma coisa que me convidavam a vir apanhar e que, apesar de todos os meus esforços, eu não chegava a descobrir (PROUST Apud BENJAMIN, 1991, p. 191).



Benjamin também entende que a paisagem está dentro do indivíduo. Por meio de Balzac, ele nos oferece uma ideia de natureza mágica, que permeia o imaginário do indivíduo, pois “a natureza sempre significa outra coisa, uma alusão ao espírito” (1991, p.211). Então, assim como Schama, Benjamin nos sugere uma ideia de paisagem que se elabora nas profundezas do indivíduo.

Também vale destacar os conceitos de imaginário e autonomia de Castoriadis (1982) que nos ajudam a refletir sobre a produção de Josué de Castro. Assim, buscamos enxergar suas obras inseridas num imaginário social, como também evidenciar o que ela traz de novo para reinventar a imagem do Recife. Abordamos o discurso do outro sob o qual Josué de Castro trabalhou, privilegiando a sua interpretação desse discurso exterior. Portanto, entendendo Josué de Castro como um indivíduo autônomo, destacamos o que ele cria de diferente que favorece a instituição de uma nova imagem da cidade do Recife, uma imagem que, possivelmente, ele teria sido pioneiro em enxergar ou, pelo menos, em dizer.

Acreditamos ser possível entender as imagens construídas por Josué de Castro sobre Recife elegendo as seguintes fontes: os jornais locais, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, que estão disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), para compreendermos o cenário intelectual e político, sobretudo na cidade do Recife; o Acervo Josué de Castro, onde tentamos nos aproximar mais do indivíduo e observar suas relações e práticas por meio, principalmente, dos livros, periódicos, recortes de jornais e correspondências pessoais, arquivados na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); a produção literária e científica de Josué de Castro, sobretudo a que tem a cidade do Recife como temática; por fim, também dialogamos com produções textuais de contemporâneas de Castro que trataram sobre a cidade do Recife, principalmente do sociólogo Gilberto Freyre (1900 – 1987) e do historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002), seus interlocutores.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentará Josué de Castro, enfatizando a sua produção intelectual mais ampla. Também abordaremos a sua formação intelectual, seu lugar de produção e conquista de posições no meio intelectual. Num segundo momento será trabalhada a sua relação com o saber geográfico e a sua formação como geógrafo. Os objetivos do capítulo são: historicizar Josué de Castro, compreender algumas de suas perspectivas, entender como ele se constrói como intelectual e identificar o lugar social da sua fala.

O segundo capítulo procura ampliar as observações e associar Josué de Castro com as circunstâncias regionais e nacionais. Deste modo, o primeiro momento deste capítulo pretende abordar o papel desempenhado pela intelectualidade brasileira, sobretudo a pernambucana, num momento específico, de 1945 a 1964. A partir daí, buscamos discutir seus referenciais para refletirmos acerca da imagem ideal de cidade privilegiada na época. No segundo momento consideramos os elementos da paisagem do Recife que Josué de Castro tratou, confrontando seu ideal e o real dado. Para isso, pretendemos percorrer os inúmeros bairros e descrever as ruas, a arquitetura, a população e ambiente natural da cidade do Recife que Josué de Castro experimentou e imaginou, reconstruindo-os a partir da leitura dos seus textos. Também discutimos sobre um contexto mais amplo através dos diálogos que Castro manteve com os intelectuais referenciados num momento onde as táticas de governo intensificaram as transformações urbanas que interferiam no Recife.

No terceiro capítulo, buscamos olhar os escritos selecionados de Josué de Castro e imaginar uma imagem da cidade do Recife e, também, imaginar como ele poderia tê-la imaginado. No primeiro momento, inicialmente, destacamos a temática do Brasil holandês como uma tradição simbólica instituída na época em que Castro estava vinculado, no entanto, sem desconsiderar o seu traço distintivo. Depois, privilegiamos as águas como o elemento mítico principal na sua imagem do Recife.

Por fim, no último capítulo, privilegiamos as experiências e tensões que surgiam da articulação de símbolos míticos com pressupostos científicos por Josué de Castro e que favoreceram na instituição de uma imagem diferente do Recife. Assim, procuramos refletir sobre a tensão entre racionalidade e irracionalidade na forma como Josué de Castro olha o Recife e a partir daí buscamos reconstruir a cidade que emerge desse olhar.

## 1. A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO

### 1.1 Josué de Castro: dos primeiros escritos à Geografia da Fome

“A história de um homem é sempre mal contada. Porque a pessoa é, em todo o tempo, ainda nascente. Ninguém segue uma única vida, todos se multiplicam em diversos e transmutáveis homens”.

Mia Couto<sup>9</sup>

Apresentar Josué de Castro, enfatizando sua produção literária é o objetivo deste trabalho, principalmente através do livro *Documentário do Nordeste* e de sua tese *Fatores de localização da cidade do Recife*. Para isso, acompanhamos como pano de fundo, mais a trajetória do escritor Josué de Castro e menos a sua vida pessoal. Também abordamos a sua formação intelectual, seu lugar de produção e conquista de posições no meio intelectual, entre o médico e o geógrafo. Assim, como nos sugerem Foucault (2001) e Certeau (1982), qualquer produção discursiva está atrelada ao seu lugar de produção. Nesta perspectiva, levamos em consideração igualmente o contexto institucional em que as obras de Josué de Castro foram elaboradas.

Perto de completar seus quarenta anos de idade, Josué de Castro era um indivíduo saudável com um corpo quase atlético. Um homem que se aproximava de um metro e oitenta, que tinha uma postura ereta e um rosto sério. Sempre cuidadoso com a aparência, chegava aos locais com um lenço branco no bolso esquerdo de seu paletó. Mulato, com o cabelo curto penteado para trás, usava um óculos suave que não cobria suas largas sobrancelhas.

---

<sup>9</sup> COUTO, Mia. O apocalipse privado de tio Geguê. In: **Cada homem é uma raça**. Lisboa: Ed. Caminho, 1990. p.12.



10

Neste momento de sua vida, Josué de Castro, mais precisamente na noite de 14 de julho de 1948, festejava, junto com seus amigos e alunos, a sua posse na Cátedra de Geografia Humana, no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesta noite comemorativa também estava presente a sua esposa, Glauce Pinto de Castro, que era mãe dos seus três filhos. Vivendo entre os círculos intelectuais mais badalados no Brasil na década de 1940, a sua posse repercutiu em vários jornais, sobretudo em Pernambuco e no Rio de Janeiro<sup>11</sup>.

Com a tese *Fatôres de localização da cidade do Recife*, Josué de Castro torna-se efetivo no cargo de professor daquela Instituição, onde já integrava o corpo docente desde 1940. O evento foi presidido pelo reitor da Universidade do Brasil, Inácio Azevedo Amaral, e a mesa foi constituída por Ernesto Faria e Heitor Corrêa, respectivamente, diretor interino e

---

<sup>10</sup> Josué de Castro na solenidade de posse da Cátedra de Geografia Humana, 1948. À sua direita encontra-se sua esposa e à sua esquerda está a sua filha mais velha, Anna. Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter porto. (Orgs) **Josué de Castro**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P.88; Acervo Josué de Castro – FUNDAJ.

<sup>11</sup> O Mundo. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1948; Diário da Noite. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1948; Diário de Pernambuco. Recife, 17 de junho de 1948; Jornal do Comercio. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1948.

secretário da aludida Faculdade, bem como o professor Artur Ramos, catedrático de Antropologia da mesma instituição<sup>12</sup>.

Utilizando-se de métodos geográficos, a tese de Castro estuda as correlações entre a cidade do Recife e a sua paisagem natural. Mais adiante, nos dedicamos a analisar essa obra mais particularmente pois ela nos possibilita perceber a persistência da imagem da cidade do Recife elaborada por Josué de Castro, nesse período. A ideia agora é nos aproximarmos desse indivíduo, do intelectual e das suas produções textuais de modo geral.

A situação de Josué de Castro, em 1948, era bastante confortável financeiramente devido ao prestígio social, que ele construiu como médico, atuando desde a década de 1930 em órgãos públicos. Sua trajetória como médico começou cedo. Ingressou, em 1923, precocemente, na Faculdade de Medicina da Bahia, com 15 anos de idade. No entanto, em 1925 transfere-se para o Rio de Janeiro e lá forma-se como médico aos 21 anos de idade pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, em 1929.

Durante a década de 1940 enquanto atuava como professor, também desempenhava a função de médico. Tinha uma clínica na Rua Araújo Porto Alegre no centro do Rio de Janeiro. Ele era um médico especialista em doenças da nutrição. Em virtude do seu sucesso na área da nutrição, seu consultório era bastante requisitado pela sociedade carioca.

O periódico Arquivos Brasileiros de Nutrição considerado o mais importante divulgador científico da área de nutrição que foi publicado entre os anos de 1944 e 1949, teve o apoio decisivo de Josué de Castro. Além de autor e editor desse periódico, Josué de Castro conseguiu o apoio do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN). Vale destacar que o STAN era um órgão ligado ao Governo Federal e que tinha Josué de Castro como diretor.

Quando o STAN é substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), novamente Josué de Castro passa a ocupar o cargo de diretor de um órgão nacional de nutrição. Nesse mesmo período da sua vida, também dirige o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil e ocupa o cargo de vice-presidente do recém-inaugurado Hospital das Clínicas do Rio de Janeiro.

---

<sup>12</sup> “Foi uma verdadeira festa de amizade e cultura a solenidade da posse, verificada ontem, no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Filosofia, do professor Josué de Castro [...] viam-se, ali, destacados elementos dos círculos culturais”. O Mundo. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1948.

Não cabe aqui realizar uma discussão mais detalhada sobre essas instituições e seus objetivos. No entanto, desejamos expor o lugar ocupado por Josué de Castro, na década de 1940, como médico e cientista, sobretudo no campo da nutrição. Fazer parte dessas instituições auxiliou a fortalecer a sua imagem social, como cientista e acadêmico. Esta atuação próxima ao Estado o ajudou a se fortalecer como escritor. Assim, o seu discurso adquire espaço e força, transformando as suas obras em verdadeiros monumentos.

No final da década de 1940, Josué de Castro está consolidado dentro do ambiente intelectual. Publicados mais de dez livros no Brasil, Josué de Castro cada vez mais se destaca como escritor, sendo respeitado em diversas áreas do conhecimento. Aliás, em 1946, logo após o lançamento do livro *Geografia da Fome*, ele é agraciado com o Prêmio José Veríssimo pela Academia Brasileira de Letras. A partir desse momento, ele conquista uma notável reputação como escritor que permanecerá até o golpe civil militar em 1964, quando ele é silenciado no Brasil.

Nesse sentido, abordamos a trajetória de escritor de Josué de Castro a partir da sua produção literária, privilegiando o período que envolve desde suas primeiras publicações até chegarmos ao fim da década de 1940, quando ele aparece desempenhando um importante papel social e elaborando imagens que interessam a nossa pesquisa. Observando o caminhar das suas produções, nossa intenção é discutir alguns aspectos de seu pensamento e como ele conquistou espaço no círculo dos escritores.

É no Rio de Janeiro que Josué de Castro se torna um grande escritor, enfrentando uma cidade que já tinha uma hierarquia social bem estabelecida. Apesar dele não ter tido ajuda familiar para ser nomeado em algum cargo público, como fizeram tantos outros “agarrando-se aos extensos fios das parentelas que uniam os estados à Capital Federal” (ARRAIS, 2006, p.23), buscou conquistar seu espaço empenhando-se em se aproximar de pessoas e instituições de importância dentro da sociedade carioca.

No entanto, quando ele chega à capital nacional, como médico, em 1935, ele já tinha um pouco de prestígio social que lhe permitiu se construir como um intelectual. A sua carreira de escritor foi possível de acontecer no Rio de Janeiro porque como médico, no Recife, já tinha obtido sucesso no meio intelectual e a sua fama possivelmente alcançou a intelectualidade que pertencia ao ambiente cultural carioca.

A sua relação com o Rio de Janeiro se inicia quando ele começa a cursar medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1925. No entanto, seu curso havia começado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1923, mas ele solicitara transferência dois anos depois para a Capital Federal.

Vale salientar que na década de 1920, os principais médicos que atuavam em Pernambuco tinham formação na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Rozélia Bezerra (2010, p. 59), observando a situação médica pernambucana no começo do século XX, destaca a importância da atuação dos médicos: Octavio de Freitas, Ulysses Pernambucano e Amaury de Medeiros. Esses médicos são considerados como a segunda geração de higienistas de Pernambuco. Eles ocupavam cargos públicos importantes em Recife e todos foram formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Aliás, vale destacar que o título de médico que ele adquire, através da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já lhe confere um lugar entre as elites brasileiras. Junto com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Direito do Recife proporcionavam uma trajetória escolar para indivíduos que estavam ligados de alguma forma as elites econômicas da primeira metade do século XX. Desejando se aproveitar das oportunidades que surgiam, principalmente após o Estado Novo, alguns intelectuais são atraídos “para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder” (MICELI, 2001, p. 81). Essas instituições favoreciam aos intelectuais ocuparem cargos elevados no setor público, no jornalismo e na docência. São esses intelectuais que vão atuar no mercado de trabalho cultural.

Percebemos que quando ainda era estudante de medicina ele se relacionou com pessoas importantes e mantém esse vínculo durante anos. No primeiro momento do seu curso, em Salvador, ele mantém laços de intimidade com os dois colegas que viviam na mesma pensão. Os dois moradores que viviam com Josué de Castro, eram: Teotônio Brandão e Arthur Ramos.

Arthur Ramos (1903-1949) é o que tem maior influência na vida de Josué de Castro. Quando se conheceram, Arthur Ramos já era um veterano na Faculdade de Medicina da Bahia e era cinco anos mais velho que Josué de Castro. Esse convívio na juventude com o futuro antropólogo Arthur Ramos favorece um tipo diferente de aprendizado e também provoca estímulos literários em Josué de Castro.

Josué de Castro começa a se interessar por psicanálise devido às “aulas” de Arthur Ramos. Mas, o acontecimento decisivo é quando num domingo de 1925 Arthur Ramos chega na pensão e comunica aos amigos que um artigo dele foi publicado no jornal. Josué de Castro, que seguia os passos do amigo mais velho, foi tomado pelo desejo de também escrever em algum jornal<sup>13</sup>. Igual ao amigo, escreve um texto relacionado às questões da psicanálise. Nesse mesmo ano, então com 17 anos de idade, tem seu ensaio publicado na Revista Pernambuco, com o título *A literatura moderna e a doutrina de Freud*<sup>14</sup>.

Essa conexão pessoal de Josué de Castro através do convívio com os amigos na Bahia favorece que ele, ainda como estudante, comece a se inserir como escritor. Vale destacar que escrever em jornais e em revistas era uma prática comum entre os intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX. Aliás, o jornal era o principal meio de comunicação da indústria cultural da época e proporcionava a quem escrevia na imprensa uma visibilidade que tinha grande repercussão social.

Os jornais conseguiam destacar a importância do autor. Através dos jornais, os escritores alcançavam a fama necessária para fortalecer sua imagem de intelectual e ocupar cargos no Estado e se fazerem conhecidos.

Josué de Castro continuou nessa fase escrevendo para os jornais. Quando finaliza o curso de medicina, em 1929, ele já está numa relação consolidada com a imprensa gráfica dos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Entre os anos de 1925 e 1929 são publicados 28 textos de sua autoria<sup>15</sup>. Nesses textos Josué de Castro aparece como crítico de arte, tratando

---

<sup>13</sup> Em entrevista ele faz menção a sua relação com Arthur Ramos e os seus primeiros escritos. (Jornal desconhecido, Rio de Janeiro, 23 de março de 1947) recorte de jornal extraído do Acervo Josué de Castro – FUNDAJ – pasta 15.

<sup>14</sup> Revista de Pernambuco, Recife, set. 1925.

<sup>15</sup> Os textos de Josué de Castro publicados nos jornais nesses quatro anos foram (numa média de sete artigos por ano): A doutrina de Freud e a literatura moderna. Revista de Pernambuco, Recife, 1925; Arte e ciencia. [S.n.], Rio de Janeiro, ago. 1927; Um poeta americano. [S.n.], Rio de Janeiro, 1927; O esnobismo, a guerra e a pintura. Diário da Tarde, Recife, 28 jan. 1928; O spleen de Misiritão. Revista Para Todos, Recife, 8 dez. 1928; Dança de subúrbio. [S.n., s.l.], 1928; Pensamentos da Broadway. A Província, Recife, 1928; A arte silenciosa. Semanário Paramouth, [s.l.], n.2, 1928; México – Brasil. [S.n., s.l.], 1928; S/título. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 26 jan. 1929; Objetivas e perspectivas. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 29 jan. 1929; Cícero Dias e Kretschmer. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 1929; Coisas de Norte América. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 20 fev. 1929; S/título. [Crônica]. Diário da Manhã, Recife, maio 1929; S/título. Correio da Manhã, [s.l.], maio 1929; Renovação da arte: teatro antigo, teatro novo. Diário da Manhã, Recife, 26 maio 1929; Estudos americanos. Diário da Manhã, Recife, 1 ago. 1929; O cinema e a literatura. Jornal do Commercio, Recife, 4 ago. 1929; O cinema e a literatura. Diário da Manhã, Recife, 4 ago. 1929; Maluquice e urbanismo. [Crônica]. Diário da Manhã, Recife, 1929; Cinema brasileiro. Diário da Manhã, Recife, 1929; Cinema falado. Diário da Manhã, Recife, 1929; A civilização do oriente. Jornal Pequeno, Recife, 1929; Tintas e traços. [S.n.], Recife, 1929; O Chaplin-Club do Rio e o seu jornal puramente cinematográfico. Jornal do



sobre cinema, artes plásticas, teatro e literatura. Esta aproximação com o mundo artístico marcará a sua produção e moldará a sua forma de olhar o Recife, como mostraremos mais adiante.

Assim, consideramos que Josué de Castro, quando se forma em medicina em 1929, já tinha dado seus primeiros passos para se inserir num ambiente intelectual das cidades do Recife e Rio de Janeiro.

Logo quando termina o curso de medicina ele faz sua primeira viagem ao exterior. Quando regressa ao Brasil, em 1930, retorna a morar no Recife com sua mãe. Nesse momento a residência se localiza no bairro da Capunga. Iniciando sua vida de médico, ele monta no centro do Recife uma clínica especializada em doenças da nutrição.

Seu primeiro livro só será publicado, em 1932, pela Faculdade de Medicina de Pernambuco. Trata-se da sua tese para concorrer ao cargo de livre-docente da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina. Sua tese agradou boa parte dos médicos docentes e colaborou para que fosse efetivado no cargo, assim como favoreceu a publicação da sua monografia. No ano seguinte, em 1933, a sua tese é reeditada pela Editora Nacional e passou a chamar-se *O problema da alimentação no Brasil*.

Nesse mesmo período publica o artigo *Metabolismo basal e clima*, na Revista Médica de Pernambuco. Interessante destacar que o início de sua carreira como escritor dependeu da Faculdade de Medicina do Recife. No entanto para se inserir nessa instituição como docente com vinte e quatro anos de idade precisou da ajuda de um renomado médico sanitarista pernambucano, Octávio de Freitas<sup>16</sup>. Até a morte de Octávio de Freitas, em 1949, Josué de Castro demonstrava gratidão e constantemente o tratava carinhosamente como “mestre”.

Antes de se efetivar como professor da Faculdade de Medicina do Recife, Josué de Castro tinha realizado um inquérito com 500 famílias do subúrbio da capital pernambucana

---

Comercio, Recife, 1929; Agonia do teatro I. S/ ref., 1929; Literatura científica. O Jornal, Recife, 1929; Escolas cinematográficas. S/ref., 1929.

<sup>16</sup> Numa entrevista concedida em 1947, Josué de Castro retoma esse acontecimento: “tentei em 1932, inscrever-me para o concurso de docência de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife e tive essa pretensão vetada a princípio sob a alegação de que me faltava a idade legal para realizar o curso. Foi o diretor da faculdade, prof. Otávio de Freitas, quem defendeu minha pretensão e obteve autorização junto às autoridades federais, permitindo-me ingressar na carreira de professor” (Diário de Pernambuco, Recife, 06/06/1947).

sobre a condição de vida da classe operária recifense<sup>17</sup>. Segundo Carvalho (2007), esse levantamento é pioneiro no Brasil e inspira o Estado Novo a financiar outros estudos desse tipo para auxiliar o governo.

No entanto, é importante observar que esse trabalho de Josué de Castro só é publicado em 1935 quando já era professor acadêmico. Esse estudo foi transformado em livro devido ao apoio do Departamento de Saúde Pública do Recife. Neste livro, Josué de Castro constata que a condição econômica dos trabalhadores era incapaz de satisfazer suas necessidades alimentares.

Assim, no ano de 1935, Josué de Castro já ocupa uma boa posição na classe médica pernambucana. Essa situação lhe transformou num médico consagrado em Recife, mantendo relações com diversos intelectuais que na cidade atuavam. Vale ressaltar que na primeira metade do século XX “não havia nenhuma possibilidade de se viabilizar uma carreira artística ou literária fora dos marcos institucionais dominantes” (MICELI, 1996, p. 18). Assim, sem ignorarmos a sua capacidade intelectual, acreditamos que foi a partir da sua relação com um seletivo grupo de médicos recifenses e do seu cargo ocupado na Faculdade de Medicina do Recife que ele conseguiu publicar seus primeiros livros e adquirir um sucesso que lhe abririam portas mais tarde.

Mesmo ciente da sua posição privilegiada no Recife Castro decide deixar a cidade em 1935 e ir morar no Rio de Janeiro. Vale destacar que a primeira metade do século XX favorece essa migração dos homens de letras do Nordeste brasileiro para o Rio de Janeiro. Além de Josué de Castro, muitos outros partiram para a capital federal e lá atuaram, tais como: Manuel Bandeira, Antônio Austragésilo, Joaquim Cardozo (ARRAIS, 2006).

Ao chegar na Capital Federal, inicialmente, trabalha auxiliando o professor Annes Dias. Para Josué de Castro aqueles primeiros momentos na nova cidade foram penosos<sup>18</sup>, não conseguindo ocupar bons lugares no espaço médico carioca, atuava mais como escritor do que

---

<sup>17</sup> Apresentaremos, no segundo capítulo, como o Recife aparece neste texto.

<sup>18</sup> Castro em entrevista, recorda a ocasião em que se encontrava em 1935: “começou para nós uma vida difícil. Escrevia contos para os jornais. Era mais literato que médico”. Revista Manchete, Rio de Janeiro, abril, 1964.

como médico. Percebemos que no ano de 1935, Josué de Castro se dedica bastante a escrever para os jornais, somando um total de dez artigos publicados no decorrer do ano<sup>19</sup>.

Acreditamos que Josué de Castro para obter sucesso no Rio de Janeiro teve que se adequar às circunstâncias da época, por isso é interessante debater sobre como estava o ambiente intelectual carioca naquele período. Segundo Miceli (2001), nas décadas de 1920, 1930 e 1940 ocorre a expansão das instituições culturais públicas que interferem nas práticas culturais. O Estado aparece “como o principal investidor e a principal instância de difusão e consagração da produção cultural” (MICELI, 2001, p. 79).

Vale destacar que após a criação do Ministério da Educação, sobretudo a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934 – 1945), as trajetórias dos intelectuais serão, muitas vezes, reorganizadas por essa instituição.

Um ano após fixar residência no Rio de Janeiro ele publica um livro, pela editora Civilização Brasileira. O título do livro é *Alimentação e Raça*, onde questiona as ideias fascistas de “raça inferior”, tão propagadas na Europa na época.

Ideia semelhante está presente no artigo denominado de *Revalorização do Nordeste*, que se encontra na sua próxima obra, publicada originalmente em janeiro de 1937 pela editora José Olympio, com o título de *Documentário do Nordeste*. Nesse texto específico, Josué de Castro defende a hipótese de que o Nordeste brasileiro tem um clima privilegiado e que permite a formação de excelentes trabalhadores, apesar de destacar a incapacidade do sistema político brasileiro em solucionar a questão da má alimentação da população brasileira.

Este livro é formado por vinte e três textos dos mais variados tipos. O livro é dividido em três partes. A primeira parte se chama *Documentário do Nordeste*, onde encontramos sete contos que tratam de assuntos que lhe interessavam sobre a cidade do Recife. A segunda parte é intitulada de *Motivos Sociais*, no qual percebemos um discurso que pretende interpretar os problemas sociais do Nordeste. A última parte é denominada de

---

<sup>19</sup> Segue os textos de Josué de Castro publicados nos jornais no ano de 1935: Sociologia pitoresca. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, 1935; Hábitos civilizados da província; A Manhã, Rio de Janeiro, 27 jan. 1935; O ciclo do caranguejo. A Platéia, São Paulo, 30 mar. 1935; A alimentação das classes operárias. Diário da Manhã, Recife, 1935; O folclore negro no Brasil. A Platéia, São Paulo, 1935; Alimentação racional do povo – I. A Manhã, Rio de Janeiro, 1935; Alimentação racional do povo – II. A Manhã, Rio de Janeiro, 1935; Alimentação racional do povo – III. A Manhã, Rio de Janeiro, 1935; Alimentação racional do povo – IV. A Manhã, Rio de Janeiro, 1935; Alimentação racional do povo – V. A Manhã, Rio de Janeiro, 1935.

*Valores Humanos*, onde ele escreve críticas literárias e discute sobre algumas correntes artísticas da época.

Percebemos que esse livro, de caráter menos científico, publicado pela editora José Olympio, proporciona a Josué de Castro se inserir entre os escritores famosos do Brasil<sup>20</sup>. José Olympio era a editora que mais publicava e vendia livros de ficção no Brasil da década de 1930. José Olympio investiu mais dinheiro do que qualquer outro editor nos romances nacionais, buscando alcançar o público médio de todo território nacional. Essa instituição conferia ao escritor um lugar entre os escritores de sucesso da nação (HALLEWELL, 1985).

Ainda no mesmo ano Castro publica, através da editora Globo, o livro *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. O objetivo deste livro é conhecer os hábitos alimentares do brasileiro, enfatizando os defeitos. Ao eleger a questão da desnutrição como tema principal na sua pesquisa, ele torna-se pioneiro do assunto no Brasil, como também inicia um percurso de estudos sobre a temática que faz com que ele seja conhecido mais tarde como o geógrafo da fome.

Nessa ocasião ele desempenhava a função de professor de antropologia na Universidade do Distrito Federal (UDF) e mantinha contatos com alguns intelectuais respeitados no ambiente cultural carioca. Através do livro *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* percebemos os laços de cooperação intelectual com os quais Josué de Castro estava envolvido. O livro é dedicado ao seu amigo Roquete Pinto, um renomado professor que o ajudou a ocupar o cargo de professor na UDF. Neste livro também percebemos o apoio que ele recebe de Afrânio Peixoto, o qual escreve o prefácio e não economiza elogios.

Esses primeiros livros de Josué de Castro no decorrer da década de 1930, demonstram uma preocupação do autor com o bem estar social da população brasileira. Acreditava que a má alimentação da maioria da população brasileira dificultava o progresso da nação. E sugere um modelo alimentar para reconstruir o Brasil. Neste mesmo período, o

---

<sup>20</sup> Entre os escritores consagrados no Brasil naquele período que foram publicados pela editora José Olympio, encontram-se: José Lins do Rego, Gilberto Amado, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Lúcio Cardoso, Octávio de Faria, Amando Fontes, Gilberto Freyre, Murillo Mendes, Vinícius de Moraes, Cornélio Pena, Rachel de Queiroz e Plínio Salgado. Ver: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: USP, 1985. p. 357.

governo federal também começa a se preocupar com a questão da alimentação e começa a estimular medidas estatais, fazendo emergir no Brasil algumas políticas de alimentação.

No final da década de 1930, Josué de Castro demonstra preocupar-se com a questão da alimentação. A ciência da alimentação era considerada por ele como algo imprescindível para o progresso da nação. Cabia ao conhecimento científico propor uma alimentação racional e o Estado deveria lançar medidas para colocar em prática tais conhecimentos. Ele dedica a obra *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* aos “sociólogos, educadores, políticos, higienista, médicos e cientistas em geral” (CASTRO, 1937b, p. 24). A partir de uma análise científica da alimentação, ele propõe a utilização prática dos conhecimentos expostos na obra para tratar do problema. Desse modo, elabora e prescreve uma ração alimentar para ser estabelecida como um tipo de alimentação que deveria ser comum entre os trabalhadores brasileiros.

Alcir Lenharo, na obra *Sacralização da política*, analisa os projetos políticos construídos no Brasil na década de 1930. Alguns desses projetos dedicaram-se a educar o corpo dos indivíduos com a intenção de melhorar o seu desempenho produtivo de trabalho. Com o golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo, intensificam-se a “militarização do corpo” (LENHARO, 1986), com a intenção de criar o trabalhador disciplinado.

Este foi um momento em que os intelectuais debatiam sobre vários temas com o intuito de construir o novo homem brasileiro. Sobre esse período, Lenharo diz que “o corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a igreja, a escola, os hospitais” (1986, p. 75).

Observando esse movimento de estimular o rendimento do trabalhador brasileiro, é importante ressaltar que Josué de Castro se aproxima dessa estratégia do Estado. Na busca de elaborar uma alimentação que impulse a vida e promova uma maior eficiência produtiva, ele propõe uma ração alimentar mínima, na qual se preocupa em abordar o meio ambiente e a situação financeira em que o trabalhador está envolvido para estabelecer uma alimentação que favorecesse a economia nacional.

Não é nosso objetivo traçar regimes ótimos de alimentação e sim regimes básicos, economicamente mínimos que permitam, porém, sob o ponto de vista biológico, a manutenção da vida, dignificada pela plena execução de suas funções integrais (CASTRO, 1937b, 161).

Nesse sentido, entendemos que o Estado Novo viu na produção de Josué de Castro sobre a educação alimentar uma racionalização que lhe ajudaria na sua política, que procurava tornar a população mais produtiva. Assim, aos poucos, foi ocorrendo a institucionalização do saber sobre a alimentação no Brasil com a cooperação de Josué de Castro<sup>21</sup>.

O interesse de Josué de Castro em elaborar uma educação alimentar, em parte, coincidia com o desejo do Estado. Essa trajetória permite, por um lado, que ele colabore com os interesses de representação elaborados pelos setores da elite. Por outro lado, esse percurso contribui para que ele ocupe lugares privilegiados em importantes instituições, no qual se constrói uma nova imagem do intelectual.

Acreditamos que o sucesso de Josué de Castro foi favorecido por ele ter proposto hipóteses que se identificaram com o interesse do Estado. Assim, fortalecido por essa convergência, aparece no final da década de 1930 como um importante intelectual, com o seu discurso sendo propagado por várias instituições que tinham a capacidade de elaborar representações hegemônicas devido a sua boa posição nas redes de poder da sociedade.

No final dos anos 1930, Josué de Castro começa a aparecer mais como geógrafo e menos como médico. Em 1939, é publicado *Geografia humana* e sete anos após é lançado mais um livro de sua autoria, o *Geografia da fome*. Estes livros continuam demonstrando o caráter interdisciplinar das obras de Josué de Castro, mas agora o enfoque geográfico ganha maior destaque.

No livro *Geografia humana*, percebemos que a sua atuação, como professor de geografia, durante a década de 1930, o estimula a produzir o livro. Com características didáticas direcionadas aos estudantes de geografia, ele aborda vários temas com uma linguagem simples e sem aprofundamento. Preocupa-se em mostrar do que a ciência geográfica é capaz para o entendimento da realidade, além de enfatizar sua importância. Parece-nos que ele busca convencer os jovens brasileiros.

---

<sup>21</sup> Consideramos importante destacar que através do Decreto-Lei n. 1.228, de 2 de maio de 1939 surge, através do Estado Novo, o Serviço Central de Alimentação (SCA). Pouco tempo depois, pelo Decreto-Lei nº 2478, de 5 de agosto de 1940, foi fortalecida as políticas públicas alimentares a partir da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). “O SAPS no início baseava-se em proporcionar, ao trabalhador, espaço físico adequado para a realização de refeições e também de fornecer alimentação adequada e barata” Ver: SILVA, Marília Pires de Alencar. **O programa de alimentação do trabalhador (PAT): uma análise de discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2011. p.26.

Como se observou, com o advento do Estado Novo houve o aumento de instituições relacionadas à alimentação, com isso Josué de Castro ocupa vários cargos. Com uma grande carga horária de trabalho, ele se mantém distante das práticas de escrita até o fim do Estado Novo. Com o término da ditadura Vargas, as instituições criadas pelo Estado Novo são abandonadas e nessa nova configuração Josué de Castro se dedica à publicação do livro *Geografia da fome*.

O livro *Geografia da fome* foi originalmente publicado em 1946. No entanto, vale destacar que Josué de Castro preocupado em atualizar sua obra fez constantes alterações nas diversas edições. Essas modificações, por vezes, foram até drásticas. Esse procedimento do autor surgiu na intenção de melhor adequar a obra a realidade brasileira, tendo nisso o desejo de torna-la operacional do ponto de vista político, isto é, “apontar onde estão os pontos fracos de nossa estrutura por onde o problema deve ser atacado” (CASTRO, 1984, p. 302).

Ressaltamos que, neste período, os intelectuais brasileiros que aderem as questões sociais acreditavam estar acima da sociedade e “sentem-se livres de toda a herança do passado e de todo peso do presente, e sabem para onde devem ir. Não é por acaso que professam sem cessar a urgência de um ‘projeto’ nacional” (PÉCAUT, 1990, p. 8).

Analisando os diversos tipos de desnutrição que assolava o país, o livro faz um mapeamento da fome no Brasil. O objetivo de Josué de Castro (1984) foi analisar a fome coletiva, ou seja, a fome individual não se apresenta como seu objeto de estudo. Outro recorte na sua pesquisa está relacionado ao tipo de fome a ser analisada, pois o que interessa a Castro é a fome que ele acredita ser a mais frequente e por isso necessita de maior atenção, é a denominada fome parcial. Este tipo de fome se caracteriza pela falta de alguns elementos nutritivos e mata lentamente comunidades inteiras, embora se alimentem todos os dias. Portanto, é o chamado fenômeno da fome parcial, ou fome oculta, que será o foco principal dos seus estudos.

Muitos consideram que o principal mérito de Josué de Castro tenha sido o de desnaturalizar o fenômeno da fome, ou seja, em detrimento de algumas concepções geográficas e biológicas comuns na época, ele valorizou o estudo nas relações sociais e econômicas e constata que foram elas que produziram a fome e a sustentaram.

O núcleo discursivo de Castro a partir do livro *Geografia da Fome* tornou-se o tema da fome e, partindo desse discurso, ele pretendia fazer uma reconstrução nacional que

tirasse o Brasil da condição de “sub-nação”. Para ele a fome era um produto exclusivo da estrutura econômico-social que é proveniente das consequências do sistema colonial brasileiro baseado no latifúndio, que repercutiu na alimentação da população.

Comumente em suas obras científicas Josué de Castro trabalhava com essa ideia de fome. Portanto, sua concepção sobre esse fenômeno permeia seu discurso, que surge de sua posição de intelectual sensível ao que acontecia no mundo. Ele não fala apenas em nome de uma opinião particular, mas respaldado pela ciência, se apoiando na autoridade do discurso científico.

Nesse livro, percebemos que ele também esteve preocupado em entender o processo de construção da identidade nacional. Segundo Castro, a identidade brasileira é marcada pela fome (1984). O Brasil é um país faminto e, portanto, a organização social e a qualidade do povo são prejudicadas e o Estado, por sua vez, era incapaz de servir de poder equilibrante entre os interesses privados e públicos. Para Castro, o Estado brasileiro não tem força contra os interesses privados, deixando desamparados os esfomeados da nação. Nesse sentido, ele defendia uma política pública baseada na “reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades” (CASTRO, 1984, p. 261). É da ponte estabelecida entre seu ideário e suas ações em torno da ideia da fome que ele se propõe a compreender o Brasil e criar algumas teses, na expectativa de intervir.

O livro *Geografia da fome* é considerado a grande obra de Josué de Castro. Podemos atestar isto observando alguns aspectos. Primeiro, é a obra que intensifica as suas pesquisas anteriores, ou seja, é um trabalho de respaldo científico que é fruto de mais de 10 anos de estudos. Nessa releitura de sua própria produção bibliográfica, ele traça um caminho que com muita paciência e competência pesquisou sobre a alimentação brasileira, fazendo deste livro, até hoje, uma referência ao estudo do tema. Segundo, podemos destacar o reconhecimento obtido ainda na sua época de atuação, pois *Geografia da fome* foi traduzido em mais de vinte e cinco idiomas e foi bastante premiado, como, por exemplo, com o Prêmio José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras.

Depois de publicado *Geografia da fome*, Josué de Castro tornou-se conhecido como geógrafo da fome. Nesse momento de sua vida, ocorre a ampliação das suas atuações



através da intensificação do seu prestígio social, onde, cada vez mais, ele conquista espaço no meio político<sup>22</sup>.

Carvalho (2007), analisando como o livro *Geografia da fome* se insere no contexto da ciência geográfica brasileira, constata que o livro constitui um marco para o pensamento geográfico. Primeiro, por Josué de Castro implantar um tema inédito na geografia, a fome. Segundo, ao abrir caminho para os geógrafos estudarem a realidade social. Por último, por relacionar a fome à questões sociais e não apenas observando os aspectos geográficos e biológicos.

Percebemos que no livro *Geografia da fome* há divergências com suas primeiras publicações. Como foi dito anteriormente, na década de 1930, ele atribuía à má alimentação da população a causa dos problemas econômicos da nação. A partir de 1946, o seu enfoque é na ineficiência do Estado e na deficiente estrutura social e econômica como causa da alimentação inadequada da população brasileira. Nessa mesma perspectiva, Magalhães diz que:

a radicalização da linguagem, observada em *Geografia da Fome*, significa uma alteração substancial na perspectiva de Josué de Castro. O autor passa a demonstrar uma postura crítica em relação aos rumos da economia e da política, em contraste com seus primeiros escritos (1997, p. 49).

Depois de 1946, ele substitui o termo “má alimentação” por “fome”. Parece-nos que Josué de Castro pretendia percorrer um caminho diferente e no prefácio da primeira edição ele representa *Geografia da fome* como um livro “bastante delicado e perigoso” (1984, p. 13). No entanto, não discutiremos agora os motivos pessoais e sociais que estimularam essas mudanças na sua escrita.

Vimos que na década de 1940 ele se revela um intelectual atuante e com uma produção literária expressiva. Josué de Castro ganha visibilidade tanto no cenário nacional como no mundial. Possui um discurso sobre a alimentação legitimado pelo governo. Constituiu-se num personagem que, durante seu andamento como cientista, tomou por ponto de partida o saber de sua área de conhecimento para atuar na criação de propostas em torno de um projeto novo para o Brasil.

---

<sup>22</sup> Entre 1946 a 1964, ele ocupa os cargos de: membro, em 1947, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e exerce a presidência desse órgão entre 1952 a 1956; parlamentar na Câmara dos Deputados Federal, cargo que assumiu de 1955 a 1962; embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) de 1962 a 1964; presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM).

Assim, após compreendermos a sua trajetória como escritor, percebemos a maneira como, aos poucos, ele foi-se construindo como um grande intelectual brasileiro, com destaque nacional, até ser silenciado pelo golpe civil militar em 1964.

## 1.2 Josué de Castro e o saber geográfico: movimentos e possibilidades

“Qualquer coisa que digamos sobre a essência da cidade fala mais sobre as nossas vidas e o estado de espírito de cada um. A cidade não tem outro centro que não nós”  
Orhan Pamuk<sup>23</sup>

Este momento do trabalho surgiu a partir da inquietação diante da leitura da obra *Renascimento do acontecimento* de François Dosse. Desse modo, buscamos privilegiar essa nova concepção de acontecimento proposta por Dosse e dialogar com o nosso interesse de pesquisa. O nosso principal objetivo é problematizar um acontecimento na vida de Josué de Castro que implicou em mudanças no seu olhar e na sua postura como intelectual, através da análise da sua relação com o saber geográfico instituído e de sua produção literária.

François Dosse (2013), intrigado pelo retorno de uma nova noção de acontecimento, discute como em diferentes momentos, especialmente no século XX, os campos do conhecimento pensaram o acontecimento, sobretudo nas ciências humanas. Assim, problematiza o conceito de acontecimento com a intenção de entender como esta noção pode ser útil à historiografia do século XXI.

Desde o surgimento da história cultural alguns preceitos do paradigma dos Anales estão sendo ignorados e as suas noções estruturais estão sendo substituídas por outras concepções. No cenário atual da historiografia, observamos o retorno do interesse pelo acontecimento. Esse renascimento do acontecimento vem acompanhado de uma mudança de abordagem onde agora são privilegiadas as ideias de caos, mutação e rupturas. No entanto, o que está ocorrendo não é um simples regresso à concepção limitada de acontecimento do historicismo do século XIX.

---

<sup>23</sup> PAMUK, Orhan. **Istambul**: memória e cidade. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p.365,366.

Entrecruzado em toda essa discussão está o desejo de Dosse de que os historiadores vejam o acontecimento “como desfecho e abertura de possíveis” (2013, p. 6). Nesta perspectiva, sem nos esquecermos de relacionar sua singularidade com uma estrutura mais ampla, pretendemos valorizar o acontecimento, atentos ao que ele produz de novidades.

Essa nova noção de acontecimento que Dosse (2013) apresenta abre uma possibilidade de investigação num universo complexo e ainda muito pouco explorado pelos historiadores. Embora de difícil operacionalidade esse conceito pode ser bastante útil na operação historiográfica. Desse modo, optamos em não continuar querendo nos aproximar da compreensão da realidade social como se não existisse o acontecimento.

É sugerido por Dosse (2013) que os historiadores valorizem os acontecimentos que permeiam seus objetos de estudo. Nesse sentido, consideramos que este olhar possa: privilegiar as discontinuidades, enfatizar as relações e práticas, destacar a relação da linguagem com o acontecimento e suas metamorfoses de sentidos, e garantir ao historiador uma narrativa mais rica implicando numa persuasão.

Em complementação, Gilles Deleuze (2003) nos ajuda a lidar com a prática historiográfica nos alertando que não é fácil a busca pela verdade e que devemos ter cuidado para não tomar a coisa pelo significado. Aprendemos, então, que não precisamos temer as zonas obscuras. Temos que entender que na trajetória de uma pesquisa seremos “violentados” e é necessário estarmos preparados para sairmos das amarras metodológicas e termos flexibilidade. Assim, a partir do questionamento das nossas hipóteses iniciais ficamos diante de novas possibilidades de se narrar a história.

Para fugirmos das objetividades devemos ser críticos e não mergulhar completamente em nenhum mar, tempo, espaço ou pressupostos. Giorgio Agamben (2009) também nos auxilia a escapar das aparências e dos significados únicos. Percebendo o escuro, vendo de forma diferente o objeto podemos “ler de modo inédito a história” (AGAMBEN, 2009, p. 72). Assim, através de muita habilidade o pesquisador não adere algo totalmente. Nesse sentido, o historiador percebendo as variações das temporalidades pode interpretar os signos que lhes chegam.

Ao correlacionar essas leituras e pensar as imagens da cidade do Recife de Josué de Castro, somos levados a discutir um acontecimento relevante que colaborou na elaboração da sua imagem sobre a cidade do Recife, por meio de uma postura reflexiva com o

documento. Assim, privilegiamos essa nova noção de acontecimento proposta por Dosse e conciliamos com o modo de olhar sugerido por Deleuze, o qual consideramos fundamental na relação com as fontes.

Nesse sentido, no ano de 1933, ocorre um acontecimento importante na vida de Josué de Castro: é inaugurada em Pernambuco a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, onde cabe a ele lecionar a disciplina de Geografia Humana<sup>24</sup>. Inclusive, ele participou ativamente do processo de idealização dessa faculdade, aparecendo como um dos fundadores em companhia de outros intelectuais, como: Olívio Montenegro, Nelson Coutinho, Aníbal Bruno, Sílvio Rabelo e Ulisses Pernambucano<sup>25</sup>. Inspirados nas universidades europeias, esses intelectuais desejavam uma instituição que se relacionasse com o conhecimento de forma menos utilitarista e mais direcionada às pesquisas sociais<sup>26</sup>.

No entanto, por que consideramos o ato de Josué de Castro ter que ensinar Geografia numa Faculdade tão decisivo? Por qual motivo damos relevância a este acontecimento quando tentamos interpretar a imagem do Recife construída por Josué de Castro? Por que isto é fundamental para pensarmos uma abertura de possibilidades? Veremos este acontecimento como imprescindível porque foi um momento na vida de Josué de Castro que possibilitou uma mudança, anos depois, na forma como ele olharia a cidade do Recife, para além de sua prática médica.

---

<sup>24</sup> Em 22 de setembro de 1933, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife é concebida a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. (Diário da Tarde, Recife, 22/09/1933). O jornal Diário de Pernambuco também vislumbra a fundação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife e na sua narrativa descreve o evento: “Revestiu-se de muito brilhantismo a sessão solene de ontem, no edifício da Faculdade de Direito, para a instalação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais desta capital. O ato que revestiu-se de solenidade, realizou-se no salão nobre da Faculdade de Direito comparecendo altas autoridades, federais e estaduais, as congregações das Faculdades de Medicina, Direito, Odontologia, Farmácia e Escola de Engenharia, diretorias acadêmicas, jornalistas, intelectuais, famílias e outras muitas pessoas gradadas. A sessão, presidida pelo interventor Carlos de Lima, teve início às 20 ½ horas. Fez o discurso oficial o **prof. Josué de Castro**, livre docente da Faculdade de Medicina, que foi muito aplaudido”. Diário de Pernambuco. Recife, 23/09/1933.

<sup>25</sup> Numa entrevista Josué de Castro relembra: “Fundei, com vários companheiros, uma Faculdade de Filosofia no Recife. Com 23 anos eu era o Diretor. Consegui ser professor da Faculdade [...] de Filosofia (Geografia Humana)”. (Revista Manchete, Rio de Janeiro, abril, 1964).

<sup>26</sup> Sobre a função das universidades, Josué de Castro desejava uma instituição que estimulasse o pensamento científico e declarava que “Não nos faltam apenas técnicos, mas também elementos com cultura teórica bem formada. Esses nos são ainda mais indispensáveis, porque fazer as coisas é muito fácil - o difícil é fazê-las e compará-las com espírito rigorosamente científico. E esse espírito só se forma com uma larga cultura viva, com o conhecimento direto dos fenômenos naturais, do campo sociológico – pela investigação e comparação dos problemas sociais” (O Estado, Recife, 24/09/1933).

Este acontecimento, que para muitos pode parecer banal, é apenas aparentemente insignificante. Apesar de não remeter a um acontecido fora do padrão, percebemos nele uma expansão de alternativa que consiste em transformações. Naquele momento em que Josué de Castro se torna professor de Geografia Humana ele era um jovem recém-formado em medicina, tinha montado sua própria clínica de nutrição e lecionava a disciplina de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife. Nada indicava que, anos mais tarde, seria um geógrafo de prestígio social e reconhecido pelos seus pares<sup>27</sup>. Nesse sentido, consideramos fundamental esse momento na alteração da sua trajetória como intelectual. Assim, destacamos que vemos o acontecimento como sugeriu Deleuze, onde “o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento” (DELEUZE apud DOSSE, 2013, p. 12).

#### 1.2.1 A construção do saber geográfico brasileiro: os encontros de Josué de Castro

Não pretendemos buscar o primeiro contato que Josué de Castro teve com a ciência geográfica. No entanto, atribuímos importância a este encontro, porque vemos nele uma abertura a uma descoberta da ciência geográfica, pois coube a ele, na fundação da Faculdade de Filosofia do Recife, lecionar Geografia Humana durante dois anos de sua vida em um período histórico em que a geografia nem ao menos tinha se firmado no Brasil e nem havia aparecido nas suas produções. Aliás, como veremos mais adiante, é só em 1937 que o método geográfico ocupa uma centralidade na sua obra. Também não queremos afirmar que este acontecimento foi o único a alterar as possibilidades, acreditamos que houveram vários episódios ligados a este, que se tocam e influenciaram o modo de ver e representar de Josué de Castro.

A Geografia Científica na década de 1930 ainda não estava consolidada no Brasil. Enquanto Josué de Castro começava a lecionar geografia nem ao menos existia um curso institucionalizado de Geografia no país. Aliás, só em 1934 que seria estabelecida a Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade no país. Nela seria introduzido o primeiro curso de Geografia do Brasil. Carvalho (2007) com seu trabalho que se insere na

---

<sup>27</sup> Empossado no cargo de professor de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 14 de julho de 1948, por meio de sua tese intitulada *Fatores de Localização da Cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana*.

linha da história do pensamento geográfico, diz que a ciência geográfica até 1948 estava em fase de implantação e que só a partir dos anos 1950 que ela se afirmará no cenário científico brasileiro.

Marieta Ferreira ressalta que os cursos de geografia no ensino superior brasileiro surgem através da presença francesa no ambiente acadêmico em São Paulo e no Rio de Janeiro. Durante a década de 1930, as missões universitárias francesas participaram da fundação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UDF), e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Os geógrafos franceses que foram recrutados para trabalhar no Brasil passaram vários anos no país, onde “viajaram pelo interior realizando pesquisas, formando gerações de novos alunos, criando instituições e elegendo o Brasil como tema central de suas obras” (FERREIRA, 2005, p. 242).

Enquanto as universidades vão se firmando no Brasil no decorrer da década de 1930 o governo federal funda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1936. A intenção do governo é estimular as pesquisas geográficas com intenção de obter informações acerca da realidade brasileira. Segundo Andrade (1999), desejosos de um mapeamento do território nacional, a geografia foi impulsionada por alguns setores nesse período. Era necessário, na ótica do governo, conhecer cientificamente os vários ambientes naturais para o pleno desenvolvimento da nação.

As condições históricas para o surgimento dos saberes científicos no século XIX é uma das preocupações do filósofo Michel Foucault. Ele sugere que a emergência dos saberes depende de elementos externos aos próprios saberes. A sua análise das relações entre poder e saber é uma das contribuições que nos legou Foucault. Segundo o filósofo, saber e poder operam dentro de um mesmo espaço, onde um depende do outro para funcionar.

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber. (FOUCAULT, 2012, p. 28).

A análise de Foucault desconstrói a ideia da neutralidade do saber. Isto não significa que o saber está totalmente subordinado ao poder, aliás, para entendermos o pensamento de Foucault não podemos ver o poder como algo negativo. O saber está inserido numa relação onde há local para liberdade, embora isto não queira dizer que o saber seja imparcial.

Paralelamente ao estabelecimento da Geografia no Brasil, Josué de Castro começa a se utilizar dessa ciência e até favorece sua consolidação no país. Nesse seu pioneirismo vale considerar o diálogo estabelecido entre ele e a geografia e como ele se transformou em geógrafo. Então, abordamos três encontros que entrelaçam o cientista com o saber geográfico na sua época, procurando identificar o que era permitido para ele.

Ampliando as possibilidades vemos que a institucionalização da geografia no Brasil promoveu encontros importantes para a transformação no modo de ser de Josué de Castro. De início o curso de Geografia da USP necessitou, assim como em outras áreas do conhecimento, da vinda de intelectuais europeus, com a finalidade de ministrar aulas e fortalecer esse novo campo científico no país. Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, geógrafos que vieram lecionar no Brasil e no país passaram anos, estabeleceram uma relação com Josué de Castro e quem sabe o quanto eles foram intercessores de Josué de Castro com a ciência geográfica. Sabemos que no decorrer da produção geográfica de Josué de Castro estes geógrafos são referenciados constantemente, como será visto mais adiante.

Esses dois geógrafos que vieram ao Brasil estão atrelados à Escola Francesa de Geografia que era liderada por Vidal de La Blache (1845 – 1918). Essa Escola lança a ideia do possibilismo que consiste em relacionar de forma não determinista a relação entre o homem e o meio. Os preceitos desta geografia ganham notoriedade entre as ciências sociais naquele período, sendo bastante utilizados até pelas primeiras gerações da *Escola dos Annales*<sup>28</sup>. Assim, ocupando um lugar privilegiado nas universidades europeias, a geografia obteve uma grande visibilidade, tornando-se um interessante acontecimento. Desse modo, não descartamos a ideia de Josué de Castro, como cientista, ter escolhido o método geográfico a partir desse novo status destinado à Geografia.

No entanto, simultaneamente ao êxito do saber geográfico, Josué de Castro construía uma amizade com um geógrafo francês: Max Sorre. Esta relação deve ter sido fundamental na produção científica dele. Vemos esses pontos de cruzamentos e cooperação através de suas obras. Trabalhando a questão da alimentação, Sorre admite que anda “seguindo o exemplo de Josué de Castro” (SORRE apud CARVALHO, 2007, p. 32), e reconhece Josué de Castro como companheiro. Por sua vez, Josué de Castro diz:

---

<sup>28</sup> Em Fernand Braudel percebemos a relação entre a história e a geografia em meados do século XX. Na primeira parte do livro *O Mediterrâneo*, Vidal de La Blache é o autor mais citado. LIRA, Larissa Alves de. **Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia** », *Confins* [Online], 2 | 2008, URL : <http://confins.revues.org/2592> ; DOI : 10.4000/confins.2592

“apresentamos os nossos agradecimentos pelas sugestões que nos fêz (Max Sorre) acêrca da Geografia das Cidades e pela indicação de útil lista bibliográfica sôbre o assunto” (CASTRO, 1954, p.11). Assim, Josué de Castro além de mostrar gratidão pela colaboração do amigo, revela que a sua referência bibliográfica para estudar o ambiente urbano foi influenciada pelo companheiro.

Não sabemos ao certo a intensidade e a repercussão desses encontros de Josué de Castro com a ciência geográfica. Mas, consideramos que estes contatos não estão desvinculados do acontecimento da vida de Josué de Castro em 22 de setembro de 1933, pois não concebemos este acontecimento como isolado dos outros. Porém, não entendemos que ocorra uma relação mecânica de sucessividade entre os acontecimentos.

Entretanto, a adesão do método geográfico por parte de Josué de Castro, talvez se deva a outro mediador, que não propriamente os geógrafos franceses. Nesse sentido, o que nos parece aceitável é uma suposta influência pessoal, mais íntima, na trajetória de Josué de Castro. Imaginamos que Mário Lacerda de Melo (1913 – 2004) possa ter sido seu inspirador e o ajudou a trabalhar alguns temas a partir da utilização do método geográfico. Em 1936, antes de Josué de Castro se definir como geógrafo, o jovem Mário Lacerda de Melo publicou vários trabalhos sobre geografia no Jornal Diário de Pernambuco aparecendo como um dos pioneiros no assunto em Pernambuco<sup>29</sup>.

Muito dificilmente Josué de Castro passou longe dos escritos de Mário Lacerda de Melo. Não podemos acreditar que Josué de Castro, leitor e colaborador do Diário de Pernambuco, tenha desconhecido os textos de Mário Lacerda de Melo, no qual Josué de Castro supostamente se interessava pelos assuntos por ele discutidos.

Talvez ali começou a ser construído um outro modo de ver as coisas em Josué de Castro que, aos poucos, e interligados a outros mediadores, acabaram por refletir na sua escrita. Como nos mostra suas produções geográficas no decorrer da década de 1940, nas quais Mário Lacerda de Melo é sempre citado quando Josué de Castro disserta sobre a questão dos mocambos do Recife<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Os textos de Mário Lacerda de Melo começam aparecer na imprensa pernambucana em julho de 1936, ver: Desequilíbrio Geográfico. Diário de Pernambuco, Recife, 04/07/1936.

<sup>30</sup> Ver: CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948. P.74; CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. P. 142.



Embora, aceitemos a ideia que as instituições fortalecem e propagam um determinado saber, não desconsideramos os encontros íntimos e seus entrelaçamentos com aspectos mais estruturais da sociedade.

### 1.2.2 Os movimentos da escrita: o uso do método geográfico

Considerando essa discussão sobre a situação do saber geográfico no Brasil nos anos 1930 e 1940 sob o ponto de vista de Josué de Castro, é importante também refletir acerca de suas práticas literárias, mas precisamente em função de sua produção científica na área da geografia.

Procurando entender como ele se constrói como geógrafo, apresentamos as suas primeiras publicações que já continham um “interesse geográfico” até chegarmos ao ano de 1948 com o estudo da tese que ele submeteu para concurso à Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Privilegiamos essa obra porque é através dela que ele é reconhecido institucionalmente como geógrafo.

Observando a relação de Josué de Castro com o saber médico, percebemos que o discurso da medicina não satisfazia por completo o seu espírito inquieto e verificamos que ele demonstra insatisfação com o curso de medicina. Certa vez ele relembra a frustração que teve com o curso de medicina:

“A princípio uma impressão de deslumbramento e de veneração por seus velhos muros, pela austera fachada da sua escola. Depois de desencanto no que diz respeito ao ensino ali ministrado. Aliás, não só a Faculdade da Bahia, mas depois a do Rio, também me desapontou por completo. Entrei com um grande entusiasmo e saí com interesse quase morto pela maioria dos assuntos, na forma em que eram apresentados. Poucos professores me entusiasmaram” (CASTRO, 2003, p. 17).

Inspirado em Freud, ainda como estudante de medicina na década de 1920, Josué de Castro se empolga pela possibilidade de relacionar literatura com a medicina. Escreve, em 1925, *A Literatura Moderna e a Doutrina de Freud* que foi publicada na Revista de Pernambuco. Assim, consideramos que desde sua formação, ele expressa uma vontade de dialogar com outras áreas do conhecimento. Além disso, ressaltamos a sua descrição refinada

da paisagem do Recife que nos indica a sua sensibilidade às artes, mostrando-se um intelectual que procurava conhecer de diversas maneiras<sup>31</sup>.

O interesse pelas questões sociais foi um dos motivos que levou Josué de Castro a aderir ao método geográfico. Entretanto, a atração pelos estudos acerca do mundo social ocorreu antes dele escolher a geografia como seu observatório. Em 1932 ele realiza um inquérito a pedido do Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco para avaliar as condições de vida de quinhentas famílias que residiam nos bairros operários da cidade do Recife. Através dessa pesquisa demonstra interesse em analisar não apenas o corpo humano, mas também a realidade social<sup>32</sup>. Supomos que neste momento, talvez por não ter tido ainda um contato com a ciência geográfica capaz de provocar mudanças na sua prática científica, a aproximação de Josué de Castro com as questões sociais esteja relacionada com suas leituras das obras de Karl Marx<sup>33</sup>.

Continua trilhando sua forma interdisciplinar de produzir conhecimento e poucos anos depois publica o livro *Documentário do Nordeste*. Salientamos que muito deste livro foi desenvolvido enquanto Josué de Castro lecionava geografia na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. Vemos essa obra como um momento de transição na escrita dele. O livro é formado por um conjunto de textos de caráter literário, biológico e sociológico. Entretanto em alguns textos de tendência sociológica percebemos um olhar direcionado as paisagens do Recife e um pouco do olhar geográfico.

Impresso e publicado em janeiro de 1937, na primeira edição de *Documentário do Nordeste*, encontramos um texto interessante intitulado *Revalorização do Nordeste*, onde Josué de Castro faz um estudo geográfico e acredita que esse conhecimento pode fornecer à nação uma política mais eficiente. Percebemos um esboço de trabalho geográfico e, ainda, um

---

<sup>31</sup> Trataremos dessa relação entre sensibilidade artística e descrição refinada nos capítulos seguintes desta dissertação.

<sup>32</sup> Sobre a sensação de descontentamento com o saber médico, vale destacar esse enunciado de Josué de Castro acerca da experiência que teve nesse inquérito: “Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença dessa gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social”. Ver: CASTRO, Anna Maria de. (Orgs.). **Fome: um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 19.

<sup>33</sup> No *O livro negro da fome*, onde Castro faz uma dura crítica ao capitalismo Marx aparece como um importante referencial. Ver: CASTRO, Josué de. **O Livro Negro da Fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. P.24, 66, 67. Em *As condições de vida das classes operárias do Recife* (1935), Josué de Castro utiliza os termos “classe burguesa” e “proletariado”. Ressaltamos ainda que Apesar de não encontrarmos nenhuma menção ao livro *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1844) de Friedrich Engels, supomos, por meio de semelhança nas narrativas, que Castro teria estudado este livro de Engels.

distanciamento das teorias geográficas, pois não aparece nos autores citados nenhum geógrafo.

Na quarta edição desta obra este texto é retomado, mas agora com o título de *Os preconceitos de raça e de clima*. Antes de chegar a qualquer hipótese Josué de Castro faz uma longa discussão teórica, demonstrando familiaridade com diversas correntes do pensamento geográfico. Um texto com uma cara mais científica, onde diminui ou esconde o tom sentimental do escritor.

Na primeira edição ele pretende ressignificar a imagem do Nordeste, afirmando que a região tem boas condições para o desenvolvimento e um povo forte. Afirma que o problema do Nordeste são as políticas públicas e uma ingratidão do governo federal. Segundo Castro a “observação dos fatos geográficos reais, sobre as possibilidades da vida humana nesta região, fornecerão ao Brasil os fundamentos para argumentação ou por uma política de proteção econômica” (1937, p. 107, 108).

No entanto, percebemos, na quarta edição, além de uma valorização do Nordeste, uma intenção de derrubar algumas ideias relacionadas à raça e ao clima. A partir das premissas da Escola Possibilista, se propõe a estudar um problema não apenas regional. Agora o seu foco são as relações do homem com o meio ambiente. Nesse texto, seu objetivo principal é desconstruir as noções deterministas de raça e de clima.

Reagindo contra o determinismo de Ratzel, que concebia a terra, como um suporte rígido, regulando os destinos dos povos com uma cega brutalidade, Vidal de La Blache orientou a Geografia Humana num sentido de melhor análise e maior prudência, ao encarar as influências mútuas entre o homem e o meio (CASTRO, 1968, p.112).

Podemos observar nessas duas edições uma mudança não apenas na escrita, mas também nas opiniões do autor. Sabemos que cada texto foi escrito no seu tempo e está atrelado a uma configuração de entorno, mas sem o “método geográfico” Josué de Castro não conseguiria se inserir com respaldo naquela discussão teórica. O que vale ressaltar é que entre essas edições ocorreu a consolidação da ciência geográfica no Brasil e o estabelecimento da sua imagem de geógrafo.

Aquele intelectual curioso pelas novas teorias geográficas aos poucos vai consolidando uma nova postura científica. Em meados de 1937 é publicado o livro *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* que inaugura um tema que Josué de Castro irá trabalhar até o fim da sua vida, como também vai marcar sua imagem como um estudioso

da fome. No entanto, o que constitui este livro como sendo bastante importante para o que se discute neste trabalho é que nele, finalmente, o método geográfico ocupará uma centralidade dentro da sua produção. Ele não deixa dúvidas que pretende estudar o problema da alimentação pelo viés geográfico e informa:

Não o método puramente descritivo da antiga geografia, velha como o mundo, mas o método da ciência geográfica que é nova, que é quase dos nossos dias. Que se corporificou dentro dos princípios científicos formulados pelas experiências de geógrafos como Karl Ritter, Humboldt, Ratzel e Vidal de La Blache (CASTRO, 1937b, p.24,5).

Se antes o médico Josué de Castro utilizava, além do saber médico, os preceitos da sociologia e se entusiasmava com a escrita literária, agora, quatro anos após o seu primeiro contato com a geografia como docente, ele passa a se apropriar do conhecimento geográfico para tratar dos seus interesses de pesquisa. Assim, estava surgindo o geógrafo Josué de Castro com uma escrita que implica prospecção, análise e síntese científica, muito embora também enxerguemos uma sensibilidade que identifica formas e produz metáforas<sup>34</sup>.

Esta novidade implica que, mais tarde, a partir de uma obra de caráter geográfico, *Geografia da fome*, Josué de Castro conquistará prestígio e será reconhecido no Brasil e em diversos outros países, constituindo-se como um dos grandes intelectuais brasileiros. Considerada sua obra prima, este livro cria condições para que Josué de Castro ocupe posições de destaque em instituições nacionais e internacionais.

Embora esse dado seja relevante, não nos interessamos aqui em como a geografia mudou a vida de Josué de Castro de forma geral. No entanto, desejamos entender como a partir da mudança de suas práticas científicas e da sua posição social ele mudou seu olhar, firmando uma imagem do Recife ainda hoje presente. Assim, após estes acontecimentos houve uma modificação no seu lugar de fala e em seu modo de ver.

Sobre sua posição dentro do saber geográfico, vale destacar o momento em que ele ingressa na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948, como professor efetivo de Geografia Humana com a sua tese: *Fatores de Localização da Cidade do Recife*. Consideramos esse acontecimento significativo, porque nele vemos Josué de Castro sendo incorporado a uma das principais instituições relacionadas ao saber geográfico e sendo aceito por geógrafos consagrados.

---

<sup>34</sup> A tensão entre essas duas escritas será tratada no quarto capítulo desta dissertação.

Em *Fatôres de Localização da Cidade do Recife*, onze anos após seu primeiro trabalho, quando o método geográfico apareceu com força, percebemos, além de uma sistematização do saber geográfico, uma grande influência da Escola Francesa de Geografia. Por exemplo, ele cita: Vidal de La Blache, Emmanuel De Martone, Pierre Monbeig, Jean Brunhes, Max Sorre, Pierre Deffontaines e Lucien Febvre.

O olhar de Josué de Castro sobre a cidade do Recife é orientado pelas premissas da geografia, principalmente a francesa<sup>35</sup>. Ele pretende estudar o Recife através do “ponto de vista geográfico procurando destacar a ação dos fatores naturais e dos fatores culturais que determinaram a sua fundação, a sua evolução e a sua expressão singular” (CASTRO, 1948, p. 7). Através deste enunciado, vemos uma filiação dele com a Geografia Humana francesa, onde a geografia se interessa em estudar os aspectos não apenas naturais, mas também culturais e expressivos dos espaços urbanos<sup>36</sup>.

O Recife que ele vê em *Fatôres de Localização da Cidade do Recife* é diferente da cidade que ele viu, na década de 1930, em *Documentário do Nordeste*. Em *Fatôres de localização da cidade do Recife*, Josué de Castro, por meio do método geográfico olha a cidade de distâncias distintas, enquanto que em *Documentário do Nordeste* sentimos o Recife através de uma narrativa íntima<sup>37</sup>.

Atribuímos essa mudança de perspectiva ao fato da aproximação de Josué de Castro com o saber geográfico e pensando junto com Deleuze (2003) lembramos que o signo está atrelado a um determinado tempo. Isto talvez explique porque naquele momento Josué de Castro significou a cidade de uma forma específica.

Ele não só altera seu modo de visão, mas acredita que a geografia lhe permite uma melhor abordagem acerca da realidade social. O artigo escrito para o jornal carioca Diário de Notícias mostra que Josué de Castro acreditava na eficiência da ciência geográfica e segundo ele “a geografia moderna veio multiplicar a densidade de percepção do homem, abrindo com

---

<sup>35</sup> No terceiro capítulo desta dissertação, nos ocuparemos em refletir sobre a cidade do Recife vista por Josué de Castro, por meio da análise da sua tese de geografia, *Fatôres de Localização da Cidade do Recife*.

<sup>36</sup> Mais adiante trataremos sobre o interesse da geografia sobre a cidade e o modo como os geógrafos abordavam esta questão

<sup>37</sup> Discutiremos sobre esta forma ambígua de Castro de se relacionar com a cidade no quarto capítulo desta dissertação.

os seus métodos, perspectivas novas ao conhecimento de fatos que durante séculos foram apenas ‘vistos’ mas não ‘compreendidos’<sup>38</sup>.

A abordagem geográfica adotada por Josué de Castro privilegia o estudo de aspectos relacionados à paisagem urbana. Afirmava que via “o método geográfico como uma **técnica que ensina a ver** e a reproduzir com fidelidade os vários elementos que compõem os diversos panoramas naturais”<sup>39</sup>. Acreditamos que esse enunciado é coerente com a sua produção, pois percebemos um forte apelo visual nas suas narrativas sobre o Recife. Ainda ressaltamos que ele, um leitor de Freud, não desconhecia as experiências de visualização espaciais e práticas descritivas<sup>40</sup>. Então, muito desse conhecimento interferiu no seu processo de construção da imagem da cidade do Recife.

Encaramos um intervalo de tempo de quatro anos onde não sabemos como Josué de Castro se apropriou das suas leituras, porém podemos imaginar. Entre o acontecimento dele ter que ensinar geografia em 1933 até o método geográfico ser utilizado em sua pesquisa em 1937, Josué de Castro vai construindo uma nova identidade e um novo modo de produção científica. Ele é favorecido pela década de 1930 onde a geografia como ciência começa a surgir e aos poucos ganha notoriedade, mas não podemos esquecer seu espírito inquieto, suas leituras freudianas, sua aproximação com o mundo artístico e sua formação humanista, como La Blache e Sorre. Supomos que esta circunstância fez com que Castro não apenas desejasse gerenciar sua clínica no centro do Recife optando em se arriscar a caminhar por outras vias.

Seja como for, este olhar geográfico de Josué de Castro foi proporcionado por um momento onde este pensamento geográfico estava em voga, o que lhe permitiu uma combinação de experiências. No entanto, sem o acontecimento de 1933 ele dificilmente mudaria sua forma de pensar. O acontecimento aparece para criar uma possibilidade embora esteja atrelado a uma configuração que vai sendo construída em sua trajetória de escritor. Acreditamos que o acontecimento por si só não explica muita coisa, por isso o relacionamos com a situação do saber geográfico naquele período.

---

<sup>38</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 13/05/1951.

<sup>39</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 13/05/1951.

<sup>40</sup> Este outro modo de conhecer abordaremos no quarto capítulo desta dissertação.

Portanto, pensamos que a transformação de Josué de Castro em geógrafo que ocorreu durante a década de 1930 estimulou mudanças na trajetória de vida dele. Aos poucos ele foi-se convencendo que poderia entender a realidade brasileira através do método geográfico, onde se enfatiza em Castro a prática da experiência visual como um modo de apreender o mundo. Essa mudança, por sua vez, despertou um novo olhar de Josué de Castro sobre vários temas, inclusive sobre a cidade de Recife, que é o nosso interesse nesta dissertação.

## 2. JOSUÉ DE CASTRO E A CIDADE IDEAL

### 2.1 A intelectualidade brasileira e a “cidade progresso” de Josué de Castro

Encontramos desde o final do século XIX uma inquietação intelectual, que em meados do século XX tomará proporções mais intensas, sobretudo nas áreas urbanas do país. É um momento privilegiado para o cenário do Recife, que proporcionou o surgimento de vários movimentos políticos-culturais aglutinando pessoas, desejos e ideias. Deste modo, o primeiro momento deste capítulo pretende abordar o papel desempenhado pela intelectualidade brasileira, sobretudo a pernambucana, num momento específico, 1945 a 1964. A partir daí, buscamos discutir sobre um modelo de cidade em contraponto ao Recife, espelhado na construção de Brasília, para refletirmos acerca da imagem ideal de cidade que era privilegiada na época, sobretudo através de Josué de Castro.

Entre os anos 1850-1930, o debate entre os intelectuais brasileiros passava pela questão de se a miscigenação foi ou não um mal que condenaria o povo brasileiro (REIS, 2006). Para responder essa indagação, Gilberto Freyre, na década de 1930, se dedica à elaboração de uma hipótese, que, por um lado, será um alívio à elite brasileira e, por outro lado, servirá como pilar de instituição de uma identidade do povo brasileiro. É essa hipótese que marca sua principal obra, *Casa Grande & Senzala*. Neste sentido, ele se propõe a elaborar um passado glorioso onde exalta a cultura negra e indígena e elogia a capacidade de colonização dos portugueses, que “triunfaram onde os outros europeus falharam” (FREYRE, 1966, p. 16).

É diante da questão da miscigenação que Freyre se ergue e torna-se uma das maiores autoridades no assunto. Freyre é motivado pela inquietação de o povo brasileiro ser considerado inferior, num momento onde as teorias racistas estavam em pleno sucesso. Ele busca reconstruir a miscigenação e retira seu caráter depreciativo, colocando-a em outro patamar que permitisse às “elites brasileiras” se orgulharem. Nesse caminho, Freyre acaba por colaborar na produção da identidade nacional<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



Considerando que a atuação de Freyre se ajusta às circunstâncias da época, vemos como essas ideias foram compartilhadas por vários intelectuais, em Pernambuco. Tomemos como exemplo os Regionalistas da Geração de 30.

Freyre foi tido como a maior figura do regionalismo, referenciado através do *Manifesto Regionalista* que teria sido escrito por ele em 1926, onde defende as tradições “autenticamente” nordestinas<sup>42</sup>. Desde a década de 1920 que Freyre agrega ao seu redor vários intelectuais, estimulando a criação do Centro Regionalista do Nordeste.

A geração de 30, tendo como norte o manifesto de Freyre, defende os aspectos patriarcais rurais, reagindo diante de uma urbanização avassaladora. Os herdeiros de engenhos de açúcar antiquados enfatizam que “o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero” (FREYRE, 1996, p.49). Assim, o argumento regionalista direciona-se, em parte, para os grandes centros industrializados da época, que se localizavam no Sudeste do país. Freyre buscou diferenciar o regionalismo do Nordeste do modernismo do Rio de Janeiro e São Paulo como uma “forma de evitar a marginalização, de não se sentir fora das trilhas da história, de não se ofuscar com as luzes do progresso” (REZENDE, 1997, p.158).

Nesse sentido, é interessante observar que não é só a defesa da tradição que está em jogo, mas também é importante visualizar que com o Manifesto Regionalista, parte dos intelectuais pernambucanos quiseram conquistar maior visibilidade diante do cenário nacional, como também ocupar posições. Desse modo, através do manifesto regionalista podemos apreender também os conflitos intelectuais.

Assim, acreditamos que a partir da atuação intelectual de Freyre podemos acompanhar os andamentos da intelectualidade pernambucana em boa parte do século XX. Num momento onde a esperança com o futuro é muito forte, no qual a sociedade de modo geral via com encanto a urbanização e a industrialização, Freyre, na contramão, assumia um discurso que buscava a autenticidade da nação e para isso era fundamental um retorno aos valores rurais, numa espécie de volta à Casa Grande.

---

<sup>42</sup> Sobre os enunciados que instituíram um espaço como o Nordeste, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana, São Paulo: Cortez, 1999; Sobre o momento histórico que proporcionou o surgimento da ideia de cultura nordestina, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

Todavia, vale destacar a perspectiva do historiador Denis Bernardes (1996), pois vendo o Recife como uma ressonância do modo de produção capitalista, constata que a atuação do capital e a reprodução da ideologia da oligarquia rural criou na cidade uma espécie de oligarquia intelectual, onde “os não alinhados emigram, os teimosos se queimam ao sol inclemente, fora dos abrigos protetores, mas paralisantes, do aparato intelectual oligárquico” (BERNARDES, 1996, P. 45). Portanto, Bernardes buscando compreender o Recife através das teorias marxistas se depara com um vazio cultural na cidade.

No intuito, ainda, de melhor compreender o papel do intelectual na primeira metade do século XX a partir do desempenho de Freyre, vale refletir um pouco mais sobre o pensamento dele. Nesse sentido, é importante salientar que Rezende (1997) traz a complexidade da concepção freyriana, uma vez que há aspectos do pensamento moderno nele. Esse paradoxo Rezende nomeia de modernidade ao modo tradicionalista, que queria absorver as inovações sem que afetassem a originalidade da cultura brasileira.

Nos seus escritos estão evidenciadas as ambiguidades que enfrentava, entre elas a de querer ser uma liderança intelectual renovadora, mas, ao mesmo tempo, defensora intransigente de emblemas da tradição, profundamente, conservadores (REZENDE, 1997, p. 187).

Em perspectiva semelhante, Arrais (2006) diz que o modernismo que se efetua em Pernambuco é estimulado por Freyre e tem como princípio a conciliação entre a modernização e a tradição. Consideramos interessante este modo de olhar que busca múltiplos significados. Assim, ressaltamos que procuramos encarar as ambiguidades na produção textual de Josué de Castro, enfatizando as tensões entre os significados que emergem da imagem do Recife que ele elabora.

Com a intenção de refletir sobre o cenário intelectual brasileiro e acerca da intelectualidade que atuou em meados do século XX no Brasil, retomamos os trabalhos dos sociólogos Daniel Pécaut e Sergio Miceli.

Com a finalidade de obter maior nitidez no que se concebe como intelectual, torna-se necessário ter como suporte duas concepções do termo. Por um lado, Pécaut (1990) que observa duas gerações de intelectuais brasileiros, uma entre as décadas de 1920 a 1940 e outra de 1954 a 1964 cada qual influenciado pelo momento histórico, mas sempre imbuídas com missões sociais e, além disso, eram pessoas que acreditavam estar acima da sociedade, onde “sentem-se livres de toda a herança do passado e de todo peso do presente, e sabem para

onde devem ir. Não é por acaso que professam sem cessar a urgência de um ‘projeto’ nacional” (PÉCAUT, 1990, p. 8).

Considerando-se capazes de conduzir a nação, a intelectualidade brasileira acreditava estar assim justificando a sua entrada e intervenção na política pública. Julgavam-se ser uma camada social tão excepcional que não hesitaram em agir politicamente com intuito de dar consciência ao povo. Pécaut observa que sobretudo nos anos 1920 e 1930, essa auto-representação de guilões iluminados do povo, fez com que eles fossem atraídos pelo autoritarismo, pois também tinham como desejo organizar a sociedade pelo alto.

Além disso, Pécaut propõe definir intelectual como “aquele que se identifica e é identificado como tal” (PECAUT, 1990, p. 11). Dessa forma, o outro aparece como o ser definidor de identidade, pois, o reconhecimento social é destacado e o indivíduo e sua função social é definido através da forma como ele é visto e identificado por outros indivíduos.

É interessante refletirmos sobre o conceito de cultura política de Pécaut, pois através dessa noção será possível entendermos melhor o processo de legitimação dos intelectuais, o seu lugar social e suas práticas estratégicas. De início, vale lembrar que o conceito serve para aplicar quando se estuda os intelectuais brasileiros das duas gerações que Pécaut se propõe a trabalhar onde é possível visualizar Josué de Castro.

Tentando definir o que é cultura política, salientamos que é uma sociabilidade que está atrelada às camadas intelectualizadas que participaram da vida política brasileira onde ocorreu uma “adesão implícita a uma mesma leitura do real [...] Há um processo de comunicação tal que as ideias se transformam num sentido comum” (PÉCAUT, 1990, p. 184).

A cultura política contribuiu na construção da identidade de um grupo, ou seja, no fortalecimento da identidade das camadas intelectualizadas. Essa solidariedade promove sua própria legitimidade.

Considerando o aspecto da posição social dos intelectuais, Pécaut ignora o critério de classe social e prefere analisar o lugar que os intelectuais destinam a si próprios assim como aquele lugar que o poder lhe delega. Nessa perspectiva, sugerimos que os intelectuais se auto-representavam e foram vistos como elite dirigente, e deste modo aproveitaram-se dos benefícios do seu status social.

As atividades de um intelectual que se coloca como membro de uma elite dirigente faz com que ele assuma responsabilidades quase que extra-humanas diante da questão nacional e “se eles se colocam com tanta frequência acima da sociedade, é porque se identificam com o Estado ou se apresentam como contra-Estado” (PÉCAUT, 1990, p. 9). Na aproximação com o Estado os intelectuais desejavam astuciosamente se apropriar do Estado.

No entanto, Pécaut indica que os intelectuais utilizaram um discurso que enfatizava os aspectos nacionais, sobretudo de caráter político, para disfarçar sua origem social. “Esses intelectuais, entretanto, advogam sobretudo em causa própria. Não pretendiam falar em nome de nenhuma classe social determinada” (1990, p. 31 e 32).

Continuando nessa perspectiva, encobrendo sua classe social, os intelectuais desejavam tornarem-se a elite pensante que construiria uma nação ao seu modo. Então, a intelectualidade brasileira “proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente” (PÉCAUT, 1990, p. 22). Nesse sentido, está implícito o compromisso dos intelectuais em elaborar uma identidade nacional.

Considerando que a produção dos intelectuais nesse período estava inserida, ainda, num período da construção da identidade nacional, se faz necessário dialogar com Renato Ortiz (1986). Desde a segunda metade do século XIX era indispensável pensar a nação. Na sua perspectiva, os intelectuais buscavam interpretar o Brasil e ao fazer isso, tornavam-se mediadores simbólicos. Segundo Ortiz “se os intelectuais podem ser definidos como mediadores simbólicos é porque eles confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global” (1986, p. 139), ou seja, os intelectuais podem transformar práticas culturais locais que são restritas a uma comunidade específica e torná-las expressões da cultura nacional.

Os intelectuais, para interpretar a nação, acabam por se distanciar da memória coletiva, pois, elaboram um conhecimento mais amplo que se estende à sociedade de um modo geral (ORTIZ, 1986). Mas nesse caminho em busca da explicação da nação os intelectuais, por vezes, se relacionam com o Estado, e quase sempre, os interesses interferem na interpretação. Assim, devemos ficar atentos, pois os discursos acerca da identidade estão inseridos nas peculiaridades das relações sociais.

Retornando a Pécaut, quando ele concentra a sua atenção no período entre os anos 1954-1964, ele conclui que os intelectuais são personagens privilegiados naquele cenário.

Portadores do projeto nacional falavam enquanto povo e nação e acreditavam que poderiam transformar povo e nação e vice-versa. Essa postura estava inserida num momento onde acreditava-se no progresso, embora o progresso significasse coisas diferentes entre os intelectuais, também havia fé no poder das ideias e na racionalidade como se elas fossem capazes de fomentar as mudanças.

Por outro lado, Miceli (2001) focaliza a relação do intelectual com a estrutura do poder. Através da análise de sua origem social ele constata que os intelectuais brasileiros eram oriundos de famílias aristocráticas em declínio e desejavam ocupar posições nos setores públicos e privados e quase sempre serviam aos interesses do poder. Por isso, visualizando a vinculação dos intelectuais brasileiros com as instituições políticas, acreditamos ser necessário ficarmos atentos à relação entre os intelectuais e a política.

Deste modo, Miceli serve para nos alertar para o caso de que as motivações dos intelectuais nem sempre estão ligadas a engajamento com questões sociais e nem a “ideias próprias”. Pois, algumas vezes, acomodando-se na neutralidade, eles se utilizarão de táticas para se inserir no meio intelectual e conquistar prestígio, num momento de alargamento do mercado de trabalho relacionado a produção cultural.

Compreendendo o êxito do artista Cândido Portinari nesse período, a partir da reflexão de Miceli (1996) acerca das relações sociais e institucionais e do trabalho artístico e intelectual nas décadas de 1920 e 1930 através dos retratos de Portinari onde estão registrados feições de alguns segmentos da elite brasileira, constatamos que o comportamento do retratista está atrelado a desejos individuais. Miceli enxerga nas suas telas:

suas expectativas de projeção e prestígio social , os modelos de excelência social que pareciam desejosos de imitar, os padrões de gosto que estavam buscando internalizar, em suma, diversas maneiras de sinalizar suas pretensões de posicionamento na hierarquia social brasileira da época na capital do país” (MICELI, 1996, p. 13).

Por fim, Miceli constata que sem observar a relação de Cândido Portinari com as elites é impossível compreender as suas obras. Pois, o sucesso de Portinari se deu através da sua capacidade de atender os interesses das elites.

Assim, a partir desse debate sugerimos, em poucas linhas, que através de Pécaut é possível percebermos que os intelectuais brasileiros estão quase sempre imbuídos com missões sociais, explicando a nação e elaborando caminhos para o futuro. Por outro lado, por meio de Miceli entendemos que durante boa parte da primeira metade do século XX a

intelectualidade brasileira era originária da oligarquia em decadência e buscavam tirar proveito das circunstâncias políticas e sociais. No entanto, supomos que mesmo assim surgiram personagens que destoavam dessa lógica.

Portanto, discutindo sobre a vida dos intelectuais no Brasil durante parte do século XX, compreendemos, a partir dos argumentos de Daniel Pécaut (1990) e Sérgio Miceli (2001), alguns aspectos da intelectualidade brasileira, apesar de focalizarem no sudeste brasileiro. Em ambos os estudos, cada um ao seu modo, foi observado que a intelectualidade brasileira exigia ser o agente principal na condução do povo e na manipulação de teorias relacionadas à questão nacional.

Embora reconhecendo que há vários autores e estudos de relevância acerca dos intelectuais brasileiros, os trabalhos sociológicos de Sergio Miceli e Daniel Pécaut consistem numa grande contribuição a historiografia. Além disso, apesar de sabermos que a definição seja difusa e múltipla, as ciências sociais favorecem a apreensão da conjectura social e a análise do papel que a intelectualidade desempenha num espaço social, contribuindo assim para melhor construirmos a proposta que a nossa pesquisa pretende problematizar.

A nossa pesquisa, na intenção de se aproximar ainda mais do nosso objeto de estudo, discute cinco operações historiográficas (BARBOSA, 2005; TEIXEIRA, 2007; SILVA, 2010; LUCENA, 2010; VERAS, 2010) que contribuiriam com suas análises sobre as práticas dos intelectuais pernambucanos no período entre as ditaduras no século XX. Destacamos que foi a partir de 1945 que as atuações dos intelectuais se intensificaram, no qual participaram de forma mais ativa de projetos de mudanças políticas e sociais até serem abruptamente interrompidos com o golpe civil-militar em 1964.

Focalizando, agora, a discussão sobre a função social dos intelectuais que atuavam em Pernambuco, entendemos que eles, contagiados pela esperança da possibilidade de transformar a sociedade, acreditavam serem os motivadores de um novo futuro para a região. Nesse sentido, faz-se necessário a discussão em torno do papel do intelectual neste cenário político e intelectual do período.

Durante a década de 1950 a cidade do Recife foi repensada por diversos grupos de artistas e intelectuais. Segundo Teixeira (2007), parte da população do Recife estava tão animada com o cenário cultural local, que acreditava ser possível construir um projeto político

diferente. Esse ambiente favoreceu o surgimento de movimentos artísticos significativos na cidade, como o Gráfico Amador e o TEP (Teatro de Estudantes de Pernambuco).

Silva (2010) através da observação do MCP, Movimento de Cultura Popular, focaliza a atuação dos intelectuais que participavam do movimento e suas relações com o povo. O estudo buscou observar não só a relação do intelectual com o povo, como também a relação do intelectual com o poder público.

Nesse sentido, focalizando a intelectualidade pernambucana que participou do MCP, Silva (2010) sugere que eles colocaram o povo em cena e reivindicaram os seus direitos. O MCP serve à intelectualidade porque ela dá meios para estimular uma massa analfabeta e que posteriormente viesse a transformar alguns aspectos da sociedade. Essa relação intensa com o povo, portanto, é uma característica da intelectualidade pernambucana que quase sempre vem atrelada à ideia de engajamento. Assim, quem não se engajasse em causas coletivas era tido como individualista e hedonista.

os intelectuais investem no capital cultural da massa analfabeta brasileira que, uma vez portadora de tal conhecimento, estaria ideologicamente pronta para mover as hélices do moinho das transformações sociais e políticas reclamadas por muitos (SILVA, 2010, P. 101).

Nesse sentido, em meados do século XX, Silva (2010) nos sugere que era frequente em Pernambuco a prática discursiva de defender os aspectos que cercam o povo e a cultura popular. Nessas circunstâncias, o intelectual assume como obrigação a valorização da cultura popular. A missão que desempenham procura afetar o poder político. Então, o seu papel seria “proteger” o povo através do seu conhecimento e capacidade de explicar e interpretar a realidade social.

Lucena (2010), discutindo sobre a situação de algumas mulheres que participaram intensamente dos movimentos políticos e culturais em Pernambuco, viu que, em parte, elas tentaram formas alternativas diante do peso de uma estrutura social secular arraigada no conservadorismo. No entanto, foi a partir da sua releitura social que a “intelectualidade feminina” buscou ressemantizar o Recife, quebrando tabus e estimulando as ideias de mudança. Tudo isso, continua reafirmando que a intelectualidade acreditava que era instrumento de modificação e tinha como papel principal a missão de ser engajado.

Entretanto, os intelectuais tiveram como auxílio para a sua atuação algumas instituições públicas e privadas, dentre elas a Universidade do Recife. Quando lançada a

revista Estudos Universitários, em 1962, ela serviu aos intelectuais como estímulo à produção, como também para contribuir à cultura política. Portanto, o intelectual usufruindo da revista aparece como um crítico social alimentando outras questões externas ao meio acadêmico, pois há sintonia com o espaço cultural local mais amplo (VERAS, 2010).

Em outra perspectiva, analisando as cosmovisões que orientam as práticas dos intelectuais e artistas da classe média pernambucana, Barbosa (2005), problematiza a atribuição de mediador da esfera pública que se atrela a intelectualidade nos espaços urbanos. A partir daí, com a aquisição de legitimidade, os intelectuais conquistam maior visibilidade.

Barbosa (2005) caracteriza o espaço público brasileiro como algo marcado pelo patriarcalismo e pela força da iniciativa privada. No entanto, o papel desempenhado pelos intelectuais nesse contexto está marcado por tais condicionantes, fazendo com que alguns afirmem que a motivação dos intelectuais era a de sustentar interesses pessoais.

De qualquer forma, nesse ambiente, havia uma relação entre a existência de um espaço cotidiano de discussão e a alusão aos intelectuais. Quase sempre a função do intelectual era de conduzir a discussão e, além disso, tinha como papel interpretar a nação. No entanto, não cabia apenas aos intelectuais explicar a realidade, nesse período também era necessário agir visando a mudança. (BARBOSA, 2005)

Ainda, analisando a relação entre o espaço público moderno e a menção dos intelectuais, Barbosa sugere que “geralmente a eles é imputado um papel de intérprete” (2005, p. 68), ora argumentam como cientistas buscando se legitimar e domar a realidade com o estatuto de verdade, ora tentam recuperar a tradição buscando solucionar problemas no presente, criando e utilizando-se de novas perspectivas e imagens. Assim, manipulando a realidade e inventando tradições, compõe-se a missão social do intelectual no cenário moderno.

Contudo, as multiplicidades dos eventos históricos têm muitas faces e dão brechas para várias possibilidades. Nesse cenário moderno ainda tem espaço o intelectual que tem como missão inovar e quebrar as tradições. É a crítica do capitalismo o núcleo central do seu discurso, pois esse intelectual transgressor, assumindo um espírito de vanguarda, vê na perda de sentimento de comunidade um grande mal da época. Assim, vendo-se como marginalizado, acredita que seu papel é direcionar o mal estar social para criticar o liberalismo.



Considerando esses estudos, pensamos nas trajetórias dos intelectuais pernambucanos como que procurando atender às expectativas de alguns setores, esboçar e antecipar um futuro, determinar um passado, dar soluções a alguns problemas sociais, enfatizar algum tema a ser discutido, fortalecer a sua imagem pública, interpretar e explicar a nação, produzir uma identidade nacional, legitimar representações, conduzir o povo.

Nesse sentido, no caminho percorrido pelos intelectuais, eles se engajaram, conquistaram visibilidade, fortaleceram relações sociais, legitimaram-se diante de instituições. Seja como for, a inquietude daquela intelectualidade atinou desejos e estimulou sonhos.

Após a discussão dessas cinco operações historiográficas, acreditamos que o papel primeiro do intelectual era, utilizando-se dos instrumentos que dominavam, interpretar e explicar a nação. Embora, em cada estudo enfatize-se várias outras funções, sempre há menção da necessidade de serem intérpretes da realidade social.

Parece que esse argumento é suficiente para solucionar o problema dessa pesquisa. Entretanto, só aparentemente, pois para melhor compreender esse papel de explicador da vida social teremos que correlacioná-lo a busca pelas inovações por parte dos intelectuais, talvez seja essa a maior peculiaridade do acontecimento. Portanto, foi um momento em que o engajamento social intensificou as energias dos intelectuais em interpretar a sociedade em prol da mudança. Então, as esperanças moviam uma atuação coletiva engajada no intuito de transformar Pernambuco, para além do Recife.

Compreendemos com isso o papel de Josué de Castro como intelectual repleto de limites. No entanto, também percebemos que as suas táticas escapam aos condicionantes e ao mesmo tempo preenchem suas necessidades. Assim, a criação literária e científica de Castro está atrelada a esta circunstância histórica, que é permeada por um imaginário instituído onde sua obra se relaciona e institui novos significados. (CASTORIADIS, 1982).

Nisso, importante contemplar alguns dos princípios do nacional-desenvolvimentismo, atentando para como Josué de Castro se relacionou com esta circunstância que tomamos como um dos discursos hegemônicos que marcam a sua produção. Observando que os discursos de Josué de Castro se inserem num debate em torno da construção de Brasília, acreditamos ser interessante privilegia-los com a intenção de compreender e balizar o pensamento dele acerca da questão da urbanização, mesmo

considerando que Josué já possuía um modelo de cidade ideal, e que a referência de Brasília se afirma a posteriori.

O contexto político nacional na década de 1950 é marcado, sobretudo pela intensificação do processo industrial. Atrelado à industrialização aparecem os dois principais governos da época: Getúlio Vargas (1951/1954) e Juscelino Kubitschek (1956/1960). Em ambos os governos, o Estado interferiu na industrialização e criou diversas instituições estatais, onde muitas dessas instituições serviram para racionalizar as ações governamentais. Assim, ao mesmo tempo que foi-se consolidando o capitalismo industrial, foi surgindo um novo ideário: o nacional-desenvolvimentismo.

Foi um período onde houve vários debates intelectuais sobre qual seria o melhor modelo desenvolvimentista a ser adotado. Por isso, quando olhamos para o cenário intelectual da década de 1950, não podemos ignorar os ideários do nacional-desenvolvimentismo, que consideramos como discurso hegemônico nacional (BARBOSA, 2005). Embora estejam atreladas as políticas governamentais, as ideias do desenvolvimentismo alcançaram os intelectuais que através de um olhar depreciativo para o passado colonial brasileiro desejavam o progresso industrial com bastante otimismo, que resultaria num futuro promissor.

O nacional-desenvolvimentismo conseguiu grande vivacidade a partir de 1956 quando Juscelino Kubitschek torna-se presidente do Brasil, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que possuía um discurso predominantemente desenvolvimentista. Aliás, apesar de bastante diferentes, quase todos os partidos políticos da época tinham em comum a defesa do nacional-desenvolvimentismo (SANTOS, 2009).

Nesse cenário de otimismo, onde os intelectuais acreditavam serem capazes de solucionar os problemas estruturais da nação, via aparato estatal, teremos a intenção de debater como Josué de Castro se relacionava com esses ideários. Destacamos que foi por duas vias que ele dialogou com o nacional-desenvolvimentismo: como cientista e como político.

Como escritor vemos Josué de Castro se aproximar da perspectiva nacional-desenvolvimentista. Em *Geografia da Fome*, publicado originalmente em 1946, já está presente sua preocupação com a questão nacional, onde ele clama por uma política nacional de alimentação para tirar o Brasil da condição de “sub-nação”.

Inclusive a condição de nação subdesenvolvida, no qual era considerado o Brasil, estava relacionada aos retratos da fome que Josué de Castro visualizava. Em *Geografia da*

*Fome* ele afirma que a situação alimentar brasileira expressava a situação do país. Era necessário elevar o padrão da alimentação dos brasileiros para o país avançar rumo ao pleno desenvolvimento. O desenvolvimento econômico eficaz deveria ter como meta o bem-estar social da população, só assim o Brasil poderia se livrar da situação de subdesenvolvimento.

A décima edição de *Geografia da Fome*<sup>43</sup> aparece com o subtítulo “O dilema brasileiro: pão ou aço”. Vale destacar que Josué de Castro preocupado em atualizar sua obra fez constantes alterações nas diversas edições. Essas modificações, por vezes, foram até drásticas. Esse procedimento do autor surgiu na intenção de melhor adequar a obra à realidade brasileira, tendo nisso o objetivo de torná-la operacional do ponto de vista político, isto é, “apontar onde estão os pontos fracos de nossa estrutura por onde o problema deve ser atacado” (CASTRO, 1984, p. 302).

O acréscimo desse subtítulo demonstra a intensificação, na sua produção intelectual, das questões em torno da realidade social, política e econômica que atravessavam o país. Vale lembrar que a partir da década de 1950, Josué de Castro solidifica laços de convivências no meio político e inicia sua trajetória como deputado federal no momento de ascensão das ideias desenvolvimentistas. Nesse sentido, percebemos que a sua interpretação da fome vai se aproximando das suas análises acerca do processo desenvolvimentista. A sua interpretação da fome lança um debate cada vez mais articulado com as questões sociais do período.

Retornando ao subtítulo, o “pão” representa, para Josué de Castro, políticas que privilegiam o mercado interno e tem como foco o bem-estar da população e o “aço” significa uma lógica política que vê no avanço industrial o progresso da nação. Ele acreditava que:

Para levar a efeito o seu programa de desenvolvimento econômico deverá o Governo não só estar mais atento às necessidades dos grupos humanos que vivem no setor da agricultura, como também procurar promover uma melhor distribuição regional em matéria de crédito e investimentos a fim de que o gigante brasileiro não venha a crescer capenga ou torto (CASTRO, 1984, p. 297).

Na época que a décima edição foi reescrita, nos anos 1960, Josué de Castro já estava com a imagem bastante fortalecida e com a sua produção reconhecida. É importante observar que nesse momento ele se posiciona de forma bastante firme quando procura analisar como o tipo de desenvolvimento efetuado no Brasil estava distante de solucionar os problemas estruturais da nação. Josué de Castro condena a política de industrialização a

---

<sup>43</sup> CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

qualquer preço em detrimento da melhoria da condição de vida da população. Desse modo, ele se demonstra decepcionado com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Interessante destacar que durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, no *Livro Negro da Fome*, Josué de Castro já propõe uma nova forma de postura econômica e também demonstra sua política desenvolvimentista que desejava:

É preciso antes de tudo trabalhar para extirpar do pensamento político contemporâneo esta idéia errônea da economia considerada como um jogo em que alguns devem sempre perder para permitir a outros sempre ganhar. É preciso fazer da economia um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra, a fim de que em nosso tempo, já não se possa aplicar a esta ciência a definição amarga que lhe dera Karl Marx no século passado, quando falava “da ciência das misérias humanas” (CASTRO, 1966, p. 66)

Um projeto desenvolvimentista deveria ser equilibrado com o governo atento à distribuição racional do capital, não apenas entre as regiões do Brasil, mas também entre os principais setores da economia, “de forma a atender aos dois setores que são indispensáveis ao bem-estar social: tanto o pão como o aço” (CASTRO, 1966, p. 71). Um plano de ação governamental que funcionasse tratando com igualdade os segmentos industriais e agrícola, era para Josué de Castro o verdadeiro desenvolvimento econômico.

Quando Josué de Castro (1966) contempla a Revolução Chinesa, ele percebe que ali se processa a concretização de suas ideias. O paradigma nacionalista chinês demonstrava-se eficiente para solucionar o problema da fome.

É interessante abordarmos como Josué de Castro se reconhece com o tipo de governo desenvolvido na China. Antes dos comunistas chineses proclamarem em outubro de 1949 a República Popular da China, Josué de Castro já demonstrava crença no triunfo de Mao-Tse-Tung e afirmava que “o sucesso da revolução comunista na China, a meu ver, é consequência de que os seus objetivos, no terreno prático, vão de encontro à mais profunda aspiração deste povo, a de se libertar da fome”<sup>44</sup>. Nessa sua previsão, percebemos a ênfase que Josué de Castro dá a questão da preocupação dos comunistas com a melhoria da qualidade de vida da população.

Josué de Castro continua contemplando a experiência chinesa e na segunda metade da década de 1950 ele não esconde seu encantamento para o método de governo chinês que para ele venceu o espectro da fome. A vitória da China, segundo Josué de Castro,

---

<sup>44</sup> CASTRO, Josué de. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 21/08/1949.

ocorreu devido a um eficiente conjunto de providências direcionado a vários aspectos econômicos, no qual “os seus planos não se fizeram numa prioridade exagerada nem para o pão nem para o aço, mas para o atendimento em proporções razoáveis, tanto do pão como do aço” (CASTRO, 1966, p. 40). Vemos no seu enunciado uma identificação com a sua própria maneira de pensar o desenvolvimento econômico.

É interessante destacar que apesar de Josué de Castro aderir aos ideais desenvolvimentistas do governo de Juscelino, ele não o aprova por completo e aos poucos se distancia cada vez mais e vemos aumentar os seus descontentamentos nas suas declarações. Josué de Castro já percebia na década de 1950 alguns desarranjos na postura política predominante na época. Em plena euforia desenvolvimentista vemos desconfiança nas suas análises evidenciando sua postura inquieta.

Buscamos discutir sobre a construção de Brasília para refletirmos acerca da imagem ideal de cidade que era privilegiada pelos desenvolvimentistas, acompanhando os passos de Barbosa (2005). Vale destacar que o ideário nacional-desenvolvimentista era favorável não apenas à industrialização, mas também à urbanização do país, questão que se destaca na modernidade.

Após eleito, em 1956, Juscelino Kubitschek iniciou a construção de Brasília com a intenção de interiorizar a capital federal. Mas, evidenciamos o aspecto simbólico de Brasília. Assim, percebemos que Brasília serviu ao governo para representar um novo projeto de nação a partir de um “moderno” projeto urbanístico. Desse modo, entendemos Brasília como a materialização das ideias desenvolvimentistas e a sua inauguração, consideramos, teria sido o seu evento-síntese (BARBOSA, 2005).

Vale ressaltar a importância das representações nas relações de poder na sociedade. Segundo Chartier, as representações servem para legitimar algumas práticas de determinados grupos. No caso da construção de Brasília vemos as representações sendo utilizadas para justificar ações governamentais em dois movimentos. Por um lado, essa gigantesca obra foi justificada por representar o surgimento de uma nova nação. Por outro lado, a construção de Brasília foi estimulada pelo discurso nacional-desenvolvimentista para funcionar como imagem de um país urbanizado. Nesse sentido, Brasília é legitimada pelo discurso nacional-desenvolvimentista, ao mesmo tempo, que o fortalece.

Entendemos que a construção da cidade de Brasília faz parte de um projeto que pretende melhorar as operações governamentais. A cidade era capaz de desempenhar uma função civilizatória, levando o Estado ao coração do território nacional.

Nesse sentido, percebemos a importância que era atribuída às cidades nesse período. As cidades representavam um distanciamento do nosso passado colonial que era tão desprezado pelos intelectuais da época. Muitos acreditavam que a cidade poderia direcionar a nação ao futuro. Por isso, Brasília suscitou tanta esperança.

Vale destacar, que os intelectuais aparecem, quase sempre, exaltando uma cidade que era entendida como moderna. Na primeira metade do século XX, no Brasil, o capitalismo se fortalece e promove a intensificação dos ideais modernizadores, cujo modelo estava fora do território nacional. Esta circunstância favorece a atuação de intelectuais atrelados às elites a atuarem na elaboração de uma cidade civilizada (COUCEIRO, 2003).

Demonstrando também supervalorizar a cidade, Josué de Castro via as metrópoles como algo que representava o auge técnico que o século XX proporcionava. Para ele, a cidade significava “a mais alta expressão do agrupamento urbano” (CASTRO, 1957, p. 99). Considerando manifestação concreta do alto nível cultural de um povo, percebemos que ele atribuía bastante importância a questão da cidade como sendo uma unidade geográfica com uma grande influência cultural, política e econômica para uma determinada região.

A cidade é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural. Embora seja, como resultante, um organismo artificial, a cidade é, ao mesmo tempo, uma expressão do natural e do humano: a mais complexa e grandiosa expressão material da ação do homem como fator geográfico. Produto de uma tal força expressiva, que alonga sempre a sua influência além dos seus limites materiais, mudando o fâcias regional em seus mais profundos recônditos, impregnando a região inteira dessa realidade sutil mas tenaz. (CASTRO, 1954, p.26).

A concepção de cidade Josué de Castro está vinculada aos preceitos do saber geográfico. Na década de 1960, é lançada a décima edição de *Geografia da fome*. Nessa ocasião, Josué de Castro (1984) quando trata da área alimentar do Centro-Oeste brasileiro, elege a construção de Brasília como relevante para o seu estudo. Afinal, o método geográfico adotado por ele privilegia a cidade como elemento transformador do meio ambiente natural e social.

Reforçando a importância de Brasília para o pensamento de Josué de Castro, percebemos que no seu estudo ele expõe que Brasília surge através do “impacto material que

se exprime pelo ato de vontade criadora que está levantando no Planalto Central, descampado e deserto, uma grande e moderna metrópole: a mais moderna do mundo” (1984, p. 275). Assim, a cidade de Brasília é considerada por ele como uma grande cidade, um verdadeiro símbolo do progresso científico e tecnológico do século XX. Ele acredita que a edificação, industrialização e os projetos arquitetônicos e urbanísticos que perpassam a construção de Brasília funcionariam para elevar o Brasil ao patamar das nações desenvolvidas.

O planalto de Goiás é considerado por Josué de Castro como algo morto até a inauguração de Brasília. De acordo com Josué de Castro, essa área central do território brasileiro a partir da construção da nova capital “começa a ser vitalizada em todos os setores de sua economia e inovada em sua estrutura social” (1984, p. 273). Ele vê o planalto central do país como sendo uma área “menos evoluída” (1984, p. 273) do que as demais regiões. Entendemos que muito dessa ideia é atribuída ao fato dessa área não possuir em seu território uma cidade considerada importante.

Percebemos no discurso de Josué de Castro a admiração dele sobre a construção de Brasília. O surgimento de uma cidade moderna, planejada, no interior do país significava uma mudança política, social, econômica e cultural para toda a nação. Assim, para ele, a cidade era capaz de promover transformações profundas não apenas no planalto central, como também, em toda extensão nacional.

Em relação a questão do território nacional, naquela época, era comum o debate sobre a integração do Brasil. Josué de Castro, que em vários momentos aparece discutindo essa problemática, aproveita-se da discussão em torno da construção de Brasília para tratar da questão da integração nacional. De acordo com Castro, a função primeira de Brasília era:

de integrar e unificar, cada vez mais, todas as regiões do país num só todo [...] como um instrumento de ação política, estrategicamente colocado, que Brasília vai influenciar de maneira decisiva nos destinos de cada uma das regiões brasileiras (CASTRO, 1984, p. 275)

Apesar de percebermos que para Josué de Castro até as áreas mais distantes de Brasília seriam beneficiadas pela mudança de paradigma que a nova capital federal proporcionaria, não ignoraremos que em um aspecto, apenas a região do planalto de Goiás é que seria beneficiada. Josué de Castro acreditava que em médio prazo as condições alimentares daquela região seriam beneficiadas pelo surgimento de uma metrópole naquela área, quase desértica.

Acreditava que através de uma grande cidade toda uma região poderia superar alguns problemas estruturais que os atrapalhava. Com a construção de uma rede rodoviária que ligava Brasília aos principais centros urbanos e industriais do Brasil, foi estabelecido o fim do isolamento daquela região. Assim, poderia ocorrer “uma mudança total da situação alimentar desta extensa área, até hoje, de precárias condições de alimentação” (CASTRO, 1984, p. 274).

Josué de Castro via nessas estradas uma possibilidade de criar uma conexão entre as produções agrícolas de diversas regiões, favorecendo uma alimentação mais rica em nutrientes para a população que habitava o cerrado goiano. Ele defendia a hipótese que a principal função de Brasília deveria ser melhorar a condição alimentar daquela região e não servir apenas como instrumento econômico e político de integração e controle nacional. Nesse sentido, mostrava-se mais uma vez convicto do alcance de Brasília e do caminho que o Brasil poderia trilhar com “a certeza de que esta região só terá a ganhar em matéria de alimentação” (1984, p. 274).

O Nordeste brasileiro também sofreria um impacto positivo, de acordo com Josué de Castro. Numa entrevista concedida à imprensa do Recife, ele fala sobre a repercussão da construção de Brasília na região nordestina, onde o poder de Brasília era atribuído ao “seu papel de alargar e aproximar as nossas fronteiras econômicas, hoje tão retraídas”<sup>45</sup>. Para ele, Brasília significava que a economia do Nordeste seria beneficiada através de um desenvolvimento econômico nacional ajustado segundo uma política menos assistencialista, que tiraria o Nordeste de uma situação de dependência econômica. Josué de Castro entendia que a construção de Brasília, fora da área mais industrializada do país, iria “determinar o crescimento de outras áreas também pouco desenvolvidas que se beneficiarão deste conjunto de circunstâncias imperativas”<sup>46</sup>. Ele acreditava que Brasília representava o surgimento do equilíbrio entre regiões, favorecendo a construção de uma política econômica eficiente no “triste” Nordeste.

Na década de 1960, após o governo de Juscelino Kubitschek, percebemos em Josué de Castro um pouco de desencanto em relação às ideias desenvolvimentistas. Brasília não poderia apenas servir para o aumento da produção industrial e para a expansão do agronegócio. Para ele o Estado deveria se preocupar com o bem estar social da população,

---

<sup>45</sup> Jornal do Comercio. Recife, 22 de maio de 1960.

<sup>46</sup> Jornal do Comercio. Recife, 22 de maio de 1960.



para isso deveria se dedicar em solucionar a péssima dieta alimentar no qual aquela população estava submetida.

Percebemos que as imagens do Recife, construídas por Josué de Castro, se articulam com esses debates que aconteciam na década de 1950, dos quais ele participou ativamente. Desse modo, a seguir, discutiremos a relação de Castro com a cidade do Recife e tentaremos, então, apreender o processo de sua reconstrução simbólica.

## 2.2 Uma cidade desigual: panorama do Recife nos escritos de Josué de Castro 47

“O que dá a uma cidade o seu caráter especial não é a sua topografia e nem seus edifícios, mas antes o somatório de todos os encontros casuais, de todas as memórias, de todas as letras, de todas as cores e imagens que coalham a memória superpovoada dos seus habitantes”  
Orhan Pamuk<sup>48</sup>

Inspirados nesse debate de uma cidade ideal, obra da arquitetura moderna e do desenvolvimento planejado, passemos a considerar os elementos da paisagem do Recife que Josué de Castro tratou, com a intenção de ficarmos cercados de diferentes imagens, dentro de um círculo. Para isso, pretendemos percorrer pelos inúmeros bairros da cidade e descrever a rua, a arquitetura, a população e o ambiente natural da cidade do Recife que Josué de Castro experimentou, imaginou e também descreveu e que tentamos reconstruir a partir da leitura dos seus textos<sup>49</sup>. Também discutimos sobre um contexto mais amplo, através dos diálogos que Castro manteve com outros intelectuais, principalmente Freyre, num momento onde as táticas de governo intensificaram as transformações urbanas que interfeririam no Recife, na época da sua produção.

---

<sup>47</sup> Aqui utilizamos o termo *panorama*, como nos propõe Walter Benjamin, com a intenção de descrever o Recife que estava ao redor de Josué de Castro, como sendo “uma grande tela circular e contínua, pintada de maneira enganosa sobre as paredes de uma rotunda iluminada por cima e que representa uma paisagem”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1991. p.62.

<sup>48</sup> PAMUK, Orhan. **Istambul**: memória e cidade. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p.120.

<sup>49</sup> Sylvia Couceiro, também aborda como Josué de Castro percebia os bairros centrais do Recife. Ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2003.

Josué de Castro é visto quase sempre como um homem que militou contra a fome, inclusive na academia<sup>50</sup>. No entanto, observando toda a produção escrita dele percebemos uma outra imagem em Josué de Castro que, ao falar da cidade do Recife, muitas vezes, se distancia da sua temática principal, a fome. Quando torna-se conhecido como “Geógrafo da fome”, onde os assuntos tratados por ele giram em torno da fome, o Recife surge, em alguns textos, como um ponto fora da curva. A temática do Recife, às vezes, não fortalece o seu núcleo discursivo central, onde ele não trata da fome e nem dos temas relacionados a ela, como, por exemplo: reforma agrária, subdesenvolvimento, êxodo rural, conflitos sociais, segurança nacional, mortalidade infantil, doenças causadas pela desnutrição.

Quando olhava para o Recife, Josué de Castro não a contemplava apenas com o olhar da racionalidade científica, mas também procurou apreender com amor as imagens da cidade, suas nuances. Para Josué de Castro, só através da relação entre aquele que ama e o objeto é que se poderia capturar a mais bela imagem de algo. No final da década de 1940, quando buscou a perspectiva ideal da cidade do Recife, foi com a intenção de exibir uma imagem positiva da cidade. Ele almejava “exteriorizar [...] os tesouros ocultos no âmago das coisas simples e que só o amor do artista pode milagrosamente revelar aos olhos do mundo” (CASTRO, 1968, p. 126).

Acreditava que para conhecer a verdadeira imagem da cidade era necessário encontrar o ângulo certo. Castro constrói uma imagem harmônica a partir da janela do avião, quando o avião está quase nas nuvens. Vendo a cidade do alto ele evidencia que “os contrastes desnorteantes tomam sentido e se equilibram na mais perfeita unidade geográfica”<sup>51</sup>.

No entanto, para mostrar essa imagem organizada da cidade, Josué de Castro não se desvia por completo de uma abordagem que expõe uma cidade caótica e injusta. Considera que o Recife é uma cidade desigual e desarmoniosa.

---

<sup>50</sup> Podemos ter uma ideia a partir dos títulos de alguns trabalhos acadêmicos sobre Josué de Castro: CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **Pão nosso de cada dia nos dai hoje!** Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos do Brasil. São Paulo: USP, 2007; MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (Re)leitura de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997; NASCIMENTO, Renato cavalheira do. **Josué de Castro – o sociólogo da fome.** Brasília: UNB, 2002; NUNEZ, Jorge Luís R. **Josué de Castro, o Geógrafo da Fome: Uma Abordagem Crítica da Obra e sua Relação com o Contexto Econômico e Político do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2003; SILVA, Tânia E. M. da. **Josué de Castro: Por uma Poética da Fome.** São Paulo: PUC-SP, 1998.

<sup>51</sup> CASTRO, Josué. A perspectiva ideal da cidade. Correio Paulistano, São Paulo, 27/05/1951.

Recife, capital do Nordeste, não é uma cidade duma só cor, nem dum só cheiro [...] o Recife é desconcertante como unidade urbana. Impossível mesmo de caracterizar-se. Casas de todos os estilos. Contrastes violentos nas cores gritantes das fachadas. Cidade feita de manchas locais diferentes, não há por onde se possa apanhar na fisionomia das casas o tom predominante da alma da cidade.<sup>52</sup>

Parece inviável, para Castro, realizar uma imagem harmônica do Recife por meio do traçado urbano e do aspecto arquitetônico da cidade. Acreditamos que essa sua inquietação com um Recife indefinido, perpassa toda sua produção quando a temática é a cidade do Recife.

A cidade do Recife é um tema que aparece a quase todo momento da sua produção escrita, embora que seja esporadicamente<sup>53</sup>. Os textos começaram a ser publicados em 1935, quando iniciava sua trajetória de escritor. Esses textos são republicados diversas vezes nas décadas seguintes, seja em livros diferentes, seja em outras edições do mesmo livro ou circulando por meio da imprensa.

Em doze textos originais escritos por Castro, percebemos que a cidade do Recife emerge como uma temática que será priorizada, mesmo que em algumas situações ela sirva apenas como um cenário da temática central do seu trabalho. Mas, nesses textos podemos identificar as imagens que ele elabora do Recife.

Em 1932, ainda como médico recém formado, Josué de Castro foi escolhido pelo diretor do Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, Décio Parreiras, para realizar uma pesquisa sobre a situação dos trabalhadores empregados nas indústrias, como já indicado anteriormente. Vale ressaltar que o Recife vivia um processo de industrialização

---

<sup>52</sup> Recife: cidade desigual, Revista Carioca, 15/02/1936

<sup>53</sup> A partir de um levantamento, localizamos na produção intelectual de Josué de Castro doze textos originais sobre a cidade do Recife: Uma pesquisa, realizada em 1932, que foi publicada pelo Diário da Manhã (1935), em livro pelo Departamento de Saúde Pública do Recife e posteriormente na 4ª edição do livro Documentário do Nordeste (1968), intitulada As condições de vida das classes operárias do Recife; Quatro textos que foram publicados em jornais, nos anos de 1935 e 1936, (O ciclo do caranguejo, A Platéia, São Paulo, 30/03/1935; Recife: cidade desigual, Revista Carioca, 15/02/1936; O despertar dos mocambos, Diário Carioca, Rio de Janeiro, 16/02/1936; Mocambo: habitação higiênica, Diário Carioca, Rio de Janeiro, 08/03/1936) todos esses estão presente na primeira edição do livro Documentário do Nordeste (1937) e nas demais edições desse mesmo livro; Quatro contos (João Paulo, Ilha do Leite, Assistência social e Solidariedade humana) lançados na primeira edição do livro Documentário do Nordeste (1937) e que são retomados nas edições posteriores do mesmo livro, ainda ressaltamos que esses contos servirão de base para a escrita do livro Homens e caranguejos (1967); No seu principal livro, Geografia da fome (1946), também há várias menções à cidade do Recife; Na sua tese de livre docência, Fatores de Localização da Cidade do Recife (1948), trabalho que foi divulgado também no jornal Diário de Pernambuco (1948) e republicado em livro mais duas vezes em 1954 e 1957; Por fim, também privilegiaremos o texto A perspectiva ideal de uma cidade (1951), que foi divulgado pelo jornal Correio Paulistano e depois aparece na 4ª edição do livro Documentário do Nordeste (1968).

desde o final do século XIX<sup>54</sup> e quando chega a década de 1930 o parque industrial recifense possuía “em torno de 1.148 empresas” e “apenas a indústria têxtil empregava, em 1931, por volta de 5.453 operários” (GOMINHO, 1997, p.13).

São três bairros operários pesquisados por Josué de Castro: Torre, Encruzilhada e Santo Amaro. Oitocentos e cinquenta moradores desses bairros respondem a um questionário que servirá de base para Josué de Castro relacionar o salário médio dos trabalhadores com os gastos com a alimentação.

Quando essa pesquisa é publicada em 1935, intitulada de *As condições de vida das classes operárias do Recife*, Josué de Castro expõe a situação de parte da população que reside no Recife. Ele constata que quase toda a renda financeira das famílias operárias é destinada a aquisição de produtos alimentícios. De acordo com Josué de Castro, esses recifenses vivem sem luxo.

Quando compara a situação dos operários do Recife com outras cidades, ele destaca que a condição de vida dos trabalhadores recifenses é assustadoramente desagradável. Destaca que o salário é muito baixo. O gasto com a alimentação no Recife é o mais elevado entre as cidades proletárias. Assim, a exploração dos operários não é apenas circunstância da industrialização, mas também um problema da cidade.

Nessa configuração esta parte da população recifense é cotidianamente destruída. Josué de Castro demonstra, através de tabelas, que Recife lidera o ranking de mortalidade entre as grandes cidades de vários países. Essa população é descrita por Josué de Castro como “esfomeada”.

Mas, ao mesmo tempo, que ele exhibe os miseráveis, ele deixa aparecer uma cidade desequilibrada que distribui desigualmente a renda e promove áreas urbanas degradadas. Gominho, estudando a intervenção do Estado Novo na configuração urbana e cotidiana da população recifense, acentua que “devido às condições de vida a que estavam sujeitas, tinham as doenças e a fome como assíduas companhias” (1997, p. 20).

Através das publicações de Castro na década de 1930, percebemos a sua inquietação diante uma cidade marcada pela miséria. Ele não desviou seu olhar. Persistiu no debate em torno de um Recife desequilibrado. Buscando solucionar o problema, alertava o

---

<sup>54</sup> De acordo com Pontual (2001), o Recife abrigava, em 1875, várias indústrias “voltadas para as necessidades de consumo: têxtil, de alimentos, bebidas, roupas, artigos de limpeza, etc.” (p. 30).

poder público. Insatisfeito com a situação de vida dos trabalhadores do Recife, ele arrisca-se a falar da classe operária e expõe uma cidade que deixava morrer de fome parte de sua população economicamente ativa.

No entanto, no texto *As condições de vida das classes operárias do Recife*, ele destaca a posição econômica importante que a cidade ocupava e que apesar da situação penosa dos operários, Castro, via o “Recife, sendo a melhor cidade do Nordeste” (1968, p. 78).

Nessa perspectiva, falar de operário implica falar de “burguesia” e Castro também vislumbra esse outro aspecto da cidade. As elites que residem em outras áreas do Recife, que ele contempla neste mesmo período no texto denominado de *Recife: cidade desigual*.

Nessa outra cidade que é evidenciada por ele, são apresentados com maior destaque os bairros centrais da cidade do Recife, que se localizam próximo ao porto da cidade, tais como: Bairro do Recife, Santo Antônio, Boa Vista e São José. Também aparecem os antigos bairros da Madalena e Dois Irmãos, além de citar o bairro residencial de Casa Amarela. Ainda é ressaltado a área que ele denomina nas suas obras como “mocambópolis”, onde são mencionados os bairros de Afogados, Pina e Santo Amaro.

Vale ressaltar que consideramos o texto *Recife: cidade desigual* importante, pois nele Josué de Castro se dedica a apresentar o seu panorama da cidade. Ele evita fazer uma análise crítica e oculta aquele Recife miserável, exposto no texto *As condições de vida das classes operárias do Recife*.

É apresentado por Castro a organização urbana e a arquitetura da cidade. Os bairros centrais são apresentados com admiração, onde ele destaca seus palácios e sobrados. Ele demonstra orgulho, ao comparar esses bairros com algumas cidades europeias. Até mesmo a área dos mocambos aparece de forma encantadora como se ali tivessem resquícios de um tempo perdido.

Zona dos mocambos. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às casas grandes da Veneza americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

No entanto, no decorrer do texto surge um elemento da cidade que é considerado por ele a “alma da cidade”: os rios. Os rios Capibaribe e Beberibe transformam o Recife numa “cidade de paisagem doce”. Os rios deixam mais elegantes as pontes ou alagam terrenos onde serão construídos os mocambos da cidade.

Os rios deram origem à cidade e fizeram do Recife uma metrópole regional. É tão impressionante a importância que Josué de Castro atribui aos rios que eles aparecem com vida. Os rios falam, tem sentimento e intenções. O Capibaribe de Castro percorre um longo caminho a procura do Beberibe para se abraçarem. Nas margens desses rios, os recifenses levantaram seus sobrados e seus mocambos. Próximo desses rios se assentaram os bairros de São José, Bairro do Recife, Santo Antônio, Boa Vista, Madalena, Afogados, Ilha do Leite, Pina e Santo Amaro que serão constantemente privilegiados por Josué de Castro.

Josué de Castro enxerga um Recife de imagens diversificadas, porém sempre em contato com as águas. Então, além do Recife miserável e do Recife com ares europeus, aparece para Castro no panorama do Recife uma cidade aquática.

Recife: telhados, torres e cúpulas. Ondulações. Ruínas históricas. Lendas portuguesas, holandesas e afro-brasileiras. Recife, azulejo lavado de luz, à sombra dos coqueiros, boiando nas águas.<sup>56</sup>

Os rios brotam como a principal paisagem natural da cidade. Josué de Castro encara um Recife múltiplo, caótico, e diante daquelas diversas áreas que ele contempla, os rios surgem para dar sentido à cidade. Toda a imagem do Recife de Josué de Castro é banhada pelos rios.

Então, iremos prosseguir observando os demais escritos de Josué de Castro para observar como ele constrói a sua cidade aquática a partir da relação dos rios com a cidade dos palácios e com a Mocambópolis<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

<sup>57</sup> Mário Lacerda de Melo utilizou o termo em 1940, num trabalho intitulado Pernambuco: traços de sua Geografia Humana, quando se referiu ao território onde se localizava os mocambos do Recife. A partir daí, Josué de Castro se apropria do termo Mocambópolis criado por Mário Lacerda de Melo. Ver: CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948. P. 74. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. P. 142.

### 2.2.1 Poesia e miséria na Mocambópolis: o homem caranguejo

Olhando para a arquitetura do Recife ele demora o seu olhar nos mocambos que se localizam nos locais mais desprestigiados da cidade, como os bairros de Pina e Afogados que no seu terreno de maré aglomera uma grande quantidade de mocambos, “uns por cima dos outros num enovelado de ruelas, numa anarquia desesperadora” (CASTRO, 1937, p. 55).

A Mocambópolis é retratada por Josué de Castro sete vezes em artigos publicados na imprensa durante a década de 1930. Esses textos aparecem no livro *Documentário do Nordeste*, publicado em 1937. São seis contos denominados de *O ciclo do caranguejo*; *O despertar dos mocambos*; *João Paulo*; *Ilha do Leite*; *Assistência social*; e *Solidariedade humana*. E um ensaio intitulado de *Mocambo: habitação higiênica*.

Josué de Castro não viu só o verde que a flora dos mangues exhibe para os que estão nas varandas dos sobrados a beira dos rios do Recife. Ele persiste em enxergar o que acontecia dentro dos mangues e percebeu que naqueles alagados da cidade as casas eram todas mocambos e haviam milhares de pessoas que sobreviviam ali, enlameadas. Sensibilizado com o que via, dedicou-se a construir uma imagem de uma cidade anfíbia, habitada por homens caranguejos.

Na Mocambópolis de Josué de Castro, percebemos que o aspecto arquitetônico é destacado por ele, com um tipo de construção que impera na paisagem: o mocambo. Josué de Castro descreve a habitação do mocambo como um local que é constituído por:

paredes de barro batido, num engradado de ripas, formando a estrutura chamada ‘taipa’, o mocambo tem em regra a forma retangular, com as quatro paredes da mesma altura e é coberto por um toldo de palha em dois planos inclinados, unidos na cumeeira e descansando nas paredes laterais (CASTRO, 1937a, p. 103).

Nessa edificação, Josué de Castro evidencia o seu caráter rural e rústico, onde predomina a utilização de materiais orgânicos encontrados no mangue e com formas de aplicação simples.

A construção dos mocambos nos alagados do Recife não era vista por Josué de Castro como algo diretamente relacionado a década de 1930. A partir de seus estudos, Josué de Castro tinha convicção de que o mocambo “tem suas fundas raízes, difíceis de serem extirpadas” (CASTRO, 1937a, p. 99). Segundo ele, o hábito de morar em mocambos é antigo e está atrelado à cultura nordestina. Assim, Josué de Castro destacando que a forma de

construção dos mocambos se apropriou de técnicas holandesas que foram praticadas ainda no século XVII, relaciona a Mocambópolis à formação da cidade.

O mocambo representa para Castro um tipo de moradia tradicional cuja simplicidade racional lhe confere uma qualidade aos seus moradores. Os mocambos tradicionais do Recife são construídos com materiais que proporcionam ao mocambo um ambiente fresco em pleno clima tropical<sup>58</sup>.

O mocambo, como forma primitiva de habitação, constitui um recinto muito mais confortável de que a maioria das casas das nossas cidades, residências pobres, de tipo europeu, agarradas uma nas outras, forradas de madeira, arrolhadas, sem luz (CASTRO, 1937a, p. 105).

Enxergamos nesse enunciado de Castro, por um lado, um elogio ao estilo da habitação da Mocambópolis, por outro, uma desaprovação às construções de vilas operárias na cidade do Recife. Sobre as vilas operárias, vale ressaltar que desde a década de 1920 através do prefeito Lima Castro que vinha se intensificando a edificação desse tipo de vila no Recife (REZENDE, 1997, p. 38-39).

Conforme destacaram Couceiro (2003), Gominho (1997) e Pontual (2001), desde o início do século XX que o Recife passava por diversas transformações urbanas. Essas intervenções ocorriam no sentido de construir uma cidade mais higienizada a partir da edificação de uma cidade moderna.

Na reconstrução dessa cidade, o Estado demonstrou interesse em demolir as habitações que manchavam a imagem da cidade. A partir da década de 1920, os mocambos se tornaram alvo das políticas públicas.

As representações de uma vida de privação, enfermidade e morte contribuíam para intensificar as ações de políticos e instituições que, respaldadas nas idéias higienistas, buscavam exercer vigilância e controle sobre a vida dos moradores dos mocambos (COUCEIRO, 2003, p. 57).

---

<sup>58</sup> Sobre a arquitetura que prezava pelos ventos que entram e saem das residências, vale ressaltar as reflexões de Walter Benjamin acerca do exterior e interior no espaço. Por meio de Giedion ele nos diz que “os prédios de Corbusier não são nem espaçosos nem plásticos: o ar sopra através deles! O ar se torna fator constituinte!” In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1991. p.194.



Diante dessa situação, ocorre na cidade uma polêmica em torno da preservação ou destruição dos mocambos. Nesse sentido, vemos Josué de Castro atuando junto a outros intelectuais em defesa dos mocambos<sup>59</sup>.

Josué de Castro considera que a construção de vilas operárias na cidade não era capaz de solucionar o problema urbano em que a cidade se encontrava. A questão urbana do Recife estava atrelada às questões sociais de toda a região Nordeste, sobretudo a miséria rural causada pelo sistema latifundiário da zona da mata.

Qualquer solução apressada, que os poderes públicos procurem dar a tão complexo problema, talvez fracasse, dando a emenda pior do que o sôneto. Dando na construção de gaiolas, verdadeiras assadeiras em série, com material improprio, disposição arquitetônica em desacordo com as condições do meio, (como a maioria das vilas operarias, construídas entre nós) (CASTRO, 1937a, p. 105, 106).

Para Castro o problema não era os mocambos, e sim o local em que o mocambo se instalava. O aspecto higiênico dos mocambos era apresentado por Castro de forma positiva. No entanto, o mocambo se encontra em situação adversa, por causa da “zona onde ele é geralmente edificado. Zona baixa, úmida, dos mangues” (CASTRO, 1937a, p. 105). Assim, em defesa dos mocambos, num momento em que o poder público estava contra esse tipo de habitação, Josué de Castro, enfaticamente expõe o lado em que ele se inseria nesse conflito em torno do mocambo, no texto *Mocambo habitação higiênica*, publicado originalmente em 1937:

A meu ver, a melhor solução, no momento, para o problema dos mocambos, é cuidar duma porção de outras coisas ligadas ao ambiente cultural que os envolve e não mexer nos mocambos (CASTRO, 1937a, p. 106).

Enquanto o Estado tentava aniquilar com os mocambos da cidade, Castro via na Mocambópolis um lugar cultural extraordinário. Naquele ambiente urbano confuso, ele conseguia se encantar com as práticas culturais daquele povo. Relembrando o contato que teve com a zona dos mocambos durante a sua infância, Castro nos diz que:

Lá moravam a negra Filomena contadora de estórias da África e do Reino e o mulato Nascimento Grande, valente de profissão. Era de lá que saía pelo carnaval o maracatu e onde eu assisti pela primeira vez um bumba-meu-boi (CASTRO, 1937a, p. 55).

---

<sup>59</sup> Pensando sobre a modernidade, Benjamin nos alerta sobre alguns espaços que serão destacados na paisagem: “O flâneur se sente atraído por essas construções ‘mal vistas’, ordinárias”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1991. p.235.

Em outro momento, Castro não se esforça em mostrar a miséria que assolava a Mocambópolis, tema que ele tanto estudava, durante a década de 1930. Ele novamente exalta a originalidade cultural dos mocambos, transformando um lugar em algo encantador.

Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana (CASTRO, 1937a, p. 15).

Nessa sua fala, percebemos que ele olha para a Mocambópolis, menos como médico e mais como um indivíduo que sentiu de perto o cotidiano daquela área. Castro demonstra ser um espectador atento construindo uma narrativa que parte de sua visão. É descrição que não se preocupa em ser racional, ao contrário nela ele valoriza o caráter mágico da Mocambópolis e através de sua sensibilidade ornamenta o seu Recife.

Gilberto Freyre foi um dos intelectuais que defenderam o mocambo como símbolo da cultura pernambucana. Freyre foi um intelectual que se dedicou a criar uma identidade para nação. Ele colaborou na transformação de vários elementos em algo com valor cultural, sobretudo a partir da sua obra Casa-Grande e Senzala, de 1933. O mocambo não escapou de Freyre e em 1936, quando é publicado Sobrados e mocambos, percebemos a importância cultural que ele atribui aos mocambos, que “conservaram até hoje, na paisagem social do Brasil, a primitividade dos primeiros tempos de colonização” (FREYRE, 2004, p. 350).

Assim como Castro, Freyre sabia que a zona dos mocambos era um ambiente desgraçado. Ele compreendia que era um espaço com uma alta taxa de mortalidade. Com um discurso semelhante ao de Castro, ele atribui a miséria na região dos mocambos ao local e não ao tipo de habitação.

O que não é justo é julgar-se o mucambo de palha pelas suas deformações e pelos seus vícios. Pelos seus defeitos de zona – lama, mangue, beira de riacho, em que é de ordinário levantado; e não pelas qualidades puras do seu material de construção (FREYRE, 2004, p. 349, 350).

Diante das políticas públicas que se interessavam em extirpar os mocambos, Freyre apresentava um caminho para essa questão urbana que se aproximava à perspectiva de Josué de Castro.

O mucambo higienizado, com saneamento e piso parece ser solução inteligentemente ecológica e econômica do nosso problema de habitação proletária do norte do país, tal como esse problema se apresenta há longos anos aos administradores: exigindo solução imediata. Solução inteligente não só dentro de nossos recursos econômicos imediatos como de acordo com o ambiente, o clima, a paisagem regional (FREYRE, 2004, p. 349).

Assim, em meio a essa polêmica em torno dos mocambos, principalmente durante a década de 1930, identificamos onde Josué de Castro se localiza e percebemos que para ele, a Mocambópolis não significava apenas um espaço urbano de uma “anarquia desesperadora” que abrigava uma população de miseráveis, mas também significava uma “poesia primitiva”, uma originalidade da cultura regional.

A Mocambópolis de Josué de Castro é extensa e engloba vários bairros. Um deles é a Ilha do Leite, um bairro bem próximo ao centro do Recife, mas com características semelhantes a qualquer outra zona da Mocambópolis. Cercada pelas águas do rio Capibaribe, o bairro da ilha do leite liga-se ao centro da cidade por uma ponte. Essa ponte, para Josué de Castro, une mundos distintos. De um lado, se localiza uma área calma, com mocambos vazios e mangues abarrotados de homens e caranguejos. Do outro lado da ponte, encontra-se uma cidade agitada com luzes e carros que faz parecer um outro mundo para os assustados homens caranguejos. Na relação dessas duas cidades, Josué de Castro, também evidenciava o amedrontamento dos habitantes da Mocambópolis diante à cidade moderna.

As pontes da área central do Recife que contam histórias antigas do grandioso passado da cidade, serviram para Josué de Castro “atravessá-la” e perceber que do outro lado havia a Mocambópolis. Ele entendeu aquela área dos mocambos como sendo uma “zona de vida fervilhante, com um enxame de gente atulhada, comprimida, empastada na lama” (CASTRO, 1937a, p. 55,56). A Mocambópolis, para ele, não era apenas um concentrado de mocambos, mas também, haviam os indivíduos que eram figuras importantes na sua paisagem da zona dos mocambos.

No conto *O despertar dos mocambos* Josué de Castro busca relatar o cotidiano dos moradores dos bairros de Afogados, Santo Amaro e Ilha do Leite. Quando amanhece, os habitantes da Mocambópolis saem logo cedo dos seus mocambos. Os adultos vão trabalhar, os homens nas fábricas e as mulheres se dirigem às residências burguesas para exercer atividades domésticas. Os meninos procuram os mangues para se divertirem e até os deficientes físicos abandonam seus lares em direção ao centro da cidade para mendigar. Para Josué de Castro, durante o dia os mocambos da Mocambópolis estão abandonados.

O bairro fica deserto; o sol brilhando, dando reflexos prateados, nas águas lamacentas dos mangues, os caranguejos imóveis escumando na beira d'água. (Durante o dia inteiro a paisagem dos mocambos é uma paisagem morta) (CASTRO, 1937a, p. 24,25).

Interessante destacar que a visão de subúrbio de Castro é semelhante à concepção de Benjamin, que ele expõe a partir de Dubech, como um “lugar habitado onde não havia ninguém, um lugar deserto onde havia alguém, a noite mais selvagem que uma selva, o dia mais sombrio que um cemitério” (1991, p.195).

Retornando a Josué de Castro, ele entende que, enquanto os mocambos ficam esvaziados, os mangues da cidade do Recife estão cheios de vida. As crianças e os adolescentes entram no mangue não apenas para pegarem caranguejo, mas também para “vagabundagem”. Percebemos bem isso através do personagem Zé Luís presente na história *O ciclo do caranguejo*<sup>60</sup>.

Zé Luís, morador do bairro de Afogados, bem poderia ser um daqueles trabalhadores que Josué de Castro conheceu na sua pesquisa, em 1932, sobre as condições de vida da classe operária recifense. O salário que Zé Luís recebe não é suficiente para a despesa com alimentação da família. Assim, a solução encontrada por ele é aproveitar-se da comida que o mangue proporciona: o caranguejo. Enquanto ele está trabalhando na fábrica, a sua família está no mangue catando caranguejo. Ele vai trabalhar “tranquilo”, pois sabe que a família tem acesso à alimentação vinda do mangue. Para Josué de Castro, naquela situação de miséria em que estavam submetidos os trabalhadores do Recife, o mangue aparece como um paraíso.

Josué de Castro insistindo em olhar para os mangues dessa cidade aquática cria um outro personagem, o menino João Paulo, que habita a mesma área da cidade de Zé Luís. Com dez anos de idade, João Paulo já era experiente na arte de pescar caranguejo. Narrando a história dessa criança, mais uma vez, Josué de Castro retoma o movimento dentro dos mangues repletos de caranguejos e homens, onde até mesmo podia se encontrar padres pegando goiamum.

Zé Luís e João Paulo são personagens construídos por Josué de Castro para representar os milhares de habitantes do mangue<sup>61</sup>. Gominho, salienta que na década de 1930 a cidade provoca encantamento nesses indivíduos, que são oriundos de diversas áreas,

---

<sup>60</sup> O ciclo do caranguejo. A Platéia, São Paulo, 30/03/1935.

<sup>61</sup> A Comissão Censitária dos Mocambos do Recife registrou, em 1939, 165.000 habitantes de mocambos. Ver: CASTRO, Josué. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948. P.74. Ainda através do censo de 1939, evidenciamos que os mocambos totalizavam 45.581 prédios, abrangendo 63,7% dos imóveis do Recife. Ver: PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001. P.33.

sobretudo do sertão nordestino, para serem marginalizados no Recife. Nesse sentido, se desloca para o Recife uma população atraída pela “possibilidade de trabalhar no comércio, na indústria, *pegar no pesado* nas docas, numa variedade de atividades que só a mais importante capital do Nordeste poderia oferecer” (1997, p. 13).

A maior parte dos indivíduos que se deslocam em direção ao Recife em busca de uma vida melhor, são provenientes da zona da mata nordestina, onde exerciam a atividade de trabalhadores na monocultura do açúcar. Para Castro, são os latifúndios que provocam a miséria no meio rural que se transforma numa das causas da “miséria urbana do Recife”.

Esta situação de vida nas usinas provoca a fuga dos inadaptados ao trabalho do açúcar e de todos aqueles que se não podem manter pelos encargos de família dentro deste quadro econômico. E a fuga se processa quase sempre para a cidade, para o Recife, que é foco de atração de todo o Nordeste (CASTRO, 1937a, p.100, 101).

Josué de Castro destaca que durante a década de 1930 foi propagado a ideia de que os trabalhadores citadinos tinham seus direitos garantidos e na cidade desfrutavam de alta qualidade de vida. A implicação dessas propagandas acarretou numa vinda exagerada de famílias do interior dos estados nordestinos, animadas com o que podiam encontrar na cidade. No entanto, a partir da história da família Silva, que Josué de Castro aborda no conto *O ciclo do caranguejo*, é ilustrado como os retirantes eram recebidos no Recife:

Logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa pros olhos, pouca coisa pra barriga (CASTRO, 1937a, p. 26, 27).

Castro realça os desconfortos dos emigrantes que eram mal recepcionados no Recife. No entanto, é importante destacar que ele não foi o único a enxergar esse movimento. Mais uma vez, enfatizamos que as circunstâncias históricas favorecem um sentimento comum. Nesse sentido, também é interessante tratar, mesmo que brevemente, o modo de ver de João Cabral de Melo Neto (1920 – 1999), que entendemos que opera a partir de um repertório compartilhado com Castro.

No poema *Morte e Vida Severina*<sup>62</sup>, João Cabral realça os mesmos elementos na paisagem do Recife: mangue, mocambo e retirante. Vemos na história de vida do personagem Severino de João Cabral muitas semelhanças com o personagem Zé Luiz de Castro. No

---

<sup>62</sup> Ver: MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

poema de João Cabral, temos a sensação de estarmos diante do ciclo do caranguejo num ambiente marcado pela miséria e morte. Assim, entendemos que eles partilham desse sentimento de inquietação diante do espetáculo da miséria nos mangues recifenses e investem na produção de imagens semelhantes.

Castro com a intenção de explicar o movimento migratório que influencia na paisagem do Recife, contempla o semiárido do Nordeste. No sertão nordestino a situação alimentar é considerada mais miserável. Devido a essa configuração, de acordo com Castro, persiste a migração dos sertanejos para o Recife, construindo, nos mangues do Capibaribe, “uma verdadeira cidade de mocambos que cresce em seguida a cada seca com os novos casebres levantados no charco por levas de retirantes” (1984, p. 241).

Para Castro, devido aos holandeses, o Recife desenvolveu-se como área urbana prematuramente. Desde o seu surgimento, Recife atrai uma população de vários locais, sobretudo do Nordeste brasileiro, fazendo do Recife uma “cidade inchada”. Gominho destaca que o Recife aumentava a sua população de “miseráveis” através de uma “marcha macabra” de homens, mulheres e crianças, vindos não só do sertão pernambucano como também do Ceará e da Paraíba, em busca de um reservatório de vida” (1997, p. 10). Assim, a capital do Nordeste proporciona a capital dos mocambos.

Percebemos, então, a Mocambópolis como um elemento de destaque na composição do panorama do Recife de Josué de Castro. A Mocambópolis de Josué de Castro engloba uma zona constituída pelos mangues, próximos as margens do Capibaribe e do Beberibe. São nesses terrenos alagadiços, onde estão construídos os mocambos, que habitam os homens caranguejos. É dessa forma que Josué de Castro desenha a sua cidade anfíbia.

### 2.2.2 A fisionomia europeia dos bairros centrais do Recife: uma cidade moderna

Durante a década de 1930, vários textos sobre a Mocambópolis de autoria de Josué de Castro foram publicados pela primeira vez. Esses textos são republicados até o fim da sua vida. Depois que Josué de Castro torna-se o “geógrafo da fome” a Mocambópolis é retomada e nessa nova configuração a temática serve de cenário para falar da fome do litoral nordestino.

No entanto, na década de 1930, ele deixa escapar nos seus textos a ideia de que o Recife não era apenas a Mocambópolis, e que “as condições de vida dessa parte da população, dos habitantes da “mocambópolis” são bem inferiores aos dos habitantes das 25.000 vivendas de padrão mais elevado” (CASTRO, 1984, p. 142). Existia um outro Recife aos olhos de Josué de Castro que aparecia menos nos seus textos desse período. Naquele momento, ele tinha como foco de pesquisa a zona de mocambos, trabalho que ele iniciou quando era um jovem médico, em 1932, a pedido do diretor do departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco.

O Recife que Josué de Castro fornece nos seus escritos é uma cidade desarrumada. Além da Mocambópolis, a imagem da cidade do Recife de Josué de Castro também abrange outra unidade urbana, uma área mais limpa e disciplinada. Nessa área de fisionomia “europeia” é contemplado, principalmente, os bairros centrais da cidade: Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

No período em que Josué de Castro escreve esses textos sobre o Recife, a cidade passava por grandes transformações urbanas. Como colocou Pontual, durante o governo municipal de Novaes Filho (1937 – 1945), o saber urbanístico foi largamente utilizado em busca da modernização e higienização da cidade. O plano de reforma do bairro de Santo Antônio empreendido por Novaes Filho, contribuiu para a construção de “uma representação de cidade bela, limpa e monumental” (2001, p. 227). Assim, atrelado às edificações arquitetônicas ocorreu o fortalecimento de uma imagem de um Recife moderno. Aliás, as transformações urbanas no Recife, com intenção de impor uma modernização, já ocorriam antes do Estado Novo.

Nas primeiras décadas do século XX, com a chegada da modernização ao país, vai-se esboçando uma nova visão de urbanidade e dos significados do “viver na cidade.” A imagem concreta da cidade de tijolo e cal ganha novos contornos com a transformação dos aspectos físicos e estéticos expressos num panorama renovado (COUCEIRO, 2003, p. 41).

Na primeira metade do século XX, o Recife, principalmente os bairros centrais, foi remodelado e cada vez mais era percebido como uma cidade moderna. O encantamento que Castro demonstra diante do aspecto urbano desses bairros é compatível com discursos de muitos outros intelectuais da época. Esses bairros centrais do Recife representavam a supremacia econômica do Recife, que nessa ocasião é denominado por ele de capital do Nordeste.

A cidade já expressava, na perspectiva de Castro, a sua tendência cosmopolita desde a sua fundação. Recife se origina, de acordo com Castro, como cidade-porto, tornando-se, mais tarde, o centro financeiro do Nordeste açucareiro.

Em perspectiva semelhante, Bernardes (1996) também destaca a importância do porto do Recife para o surgimento da cidade, além de ampliar sua capacidade econômica e sua atuação política na região nordestina. Dessa vinculação tão intensa entre o Recife e o porto, Bernardes coloca a cidade como um espaço intermediador entre a produção rural e o mercado externo.

A povoação dos Arrecifes pela sua função portuária, pela sua posição de intermediação entre o setor rural e o mercado metropolitano, e consequente capacidade de se apropriar de parte da renda gerada na colônia apresentava as condições da sua própria expansão, alimentando um processo de diferenciação que refletiria igualmente a dinâmica do setor rural e o aprofundamento dos mecanismos do comércio mundial ao qual se submetia. Suas potencialidades e limites de crescimento advinham portanto de sua inserção nos quadros do sistema colonial e da sua capacidade, enquanto espaço diferenciado, de oferecer oportunidades de negócios que possuíssem relativa autonomia face ao setor rural (BERNARDES, 1996, p. 26).

Nesse aspecto, a visão de Castro sobre o Recife é semelhante a de Bernardes, pois também defende a ideia de que a cidade foi fortemente impulsionada pelo desenvolvimento do porto. A sua função portuária do Nordeste açucareiro transformou o Recife rapidamente e “enquanto no resto do Brasil continuava um violento contraste entre a pujança da vida rural e a mesquinhez urbana, com cidades sujas e desleixadas, neste Nordeste agrário surgiu, levantada pelas mãos dos holandeses, em pleno século XVII, a cidade do Recife” (CASTRO, 1984, p. 141). Assim, no decorrer de seus textos, encontramos uma cidade-porto, mas que só foi potencializada pelos os holandeses, com áreas mais modernas e civilizadas.

No final da década de 1940, no livro *Fatores de localização da cidade do Recife*, Josué de Castro exalta a importância da presença holandesa no Recife durante o século XVII a partir das premissas da geografia urbana. Nesse livro, ele se propõe a estudar a cidade do Recife correlacionando a situação geográfica com os elementos históricos e culturais. A intenção de Josué de Castro é identificar os motivos que determinaram o surgimento dessa cidade no litoral nordestino.

A origem da cidade do Recife, de acordo com Castro, está atrelada à invasão holandesa. Até 1630, a imagem do Recife era de um bairro pequeno em contraste com a cidade de Olinda que possuía uma população maior e uma organização urbana que foi



impulsionada pelo português Duarte Coelho desde a sua chegada, na primeira metade do século XVI.

Mais de quatro décadas depois de Castro publicar *Fatores de localização da cidade do Recife*, vemos Bernardes recusar parte das interpretações de Castro acerca das “origens” do Recife. Percebendo a situação do Recife no período que antecede a colonização holandesa de forma diferente de Castro, Bernardes, nos alerta que o Recife “conheceria no episódio da ocupação holandesa não o seu ponto inicial, mas o aprofundamento de um processo já presente nos fatores que explicam sua formação” (1996, p. 26). Assim, para valorizar essa advertência, Bernardes (1996), valoriza os acontecimentos que durante o século XVI já apontavam o Recife como um centro urbano.

A partir da análise da carta Foral de Olinda de 1537, Bernardes trata das primeiras ocupações e delimitações do solo onde hoje se localiza a atual cidade do Recife. Segundo o autor, a ocupação da cidade não fica restrita ao porto e em pleno século XVI a urbanização da cidade já se amplia em direção ao bairro de Santo Antônio. Assim, entendemos que desde o período inicial da história da cidade do Recife, a cidade não ficou totalmente presa ao funcionamento do porto.

No entanto, Josué de Castro demonstra convicção que sem a chegada dos holandeses o Recife aumentaria sua área urbana em direção as colinas de Olinda e, mais tarde, se juntaria a cidade vizinha. Antes da colonização holandesa em terras brasileiras, a imagem do Recife “concentrava-se num porto a serviço da capitania açucareira e ligado diretamente, em suas funções imediatas, à cidade de Olinda” (CASTRO, 1948, p. 35). Josué de Castro entendia que a colonização portuguesa não tinha interesse e nem capacidade técnica para enfrentar o solo duvidoso e as impiedosas águas da cidade anfíbia.

Os holandeses quando chegaram, encontraram uma paisagem a qual eles já estavam acostumados. Logo começaram a construir uma cidade numa planície encharcada, formada por ilhas e cortada por rios, assim como o ambiente geográfico de Amsterdam ou Roterdã. Josué de Castro destaca a competência urbanística de um povo acostumado a construir suas edificações “dentro da água”. Denominando os holandeses de “os dominadores da água”, Josué de Castro exalta a eficiência urbanística dos holandeses em lidar com as águas.

Não era a primeira vez que aquele povo de dominadores da água se aventurava fora de seu país àquele tipo de empreendimento. Encontrando condições semelhantes em

outros continentes ou latitudes, haviam procedido de maneira idêntica, sem se assustarem com a grandeza das obras a realizar nem dos obstáculos técnicos a vencer (CASTRO, 1948, p. 53, 54).

Josué de Castro salienta que a partir de 1630, os holandeses começaram a construir uma nova cidade. Intensificaram os aterros dos terrenos, abriram canais, ligaram as ilhas através de pontes, levantaram os primeiros sobrados, expandiu-se as áreas residenciais e ocorreu a composição do centro administrativo da cidade, na ilha de Antônio Vaz. Josué de Castro destaca que a cidade Maurícia foi pensada e erguida seguindo os preceitos da escola urbanística de Amsterdam.

Josué de Castro enxerga o surgimento do Recife já inserido num modelo de fisionomia semelhante aos das grandes cidades europeias. Ele ressalta que na cidade Maurícia haviam expressões típicas das cidades disciplinadas do ocidente, ressaltando os palácios, o jardim botânico, o zoológico e o observatório astronômico. Assim, acredita que os holandeses fundaram na costa do atlântico uma cidade moderna.

Percebemos em alguns trechos um encantamento por parte de Josué de Castro em relação à capacidade técnica e cultural dos holandeses. Por um lado, o surgimento do Recife representa “um milagre de criação que harmoniza, o estético e o funcional, a aspiração e a contingência” (CASTRO, 1948, p. 81). Por outro lado, identificamos a sua fascinação pelos holandeses, quando ele compara o Recife com Salvador, de criação lusitana, e Buenos Aires, de origem espanhola.

O próprio confronto de mapas ou gravuras da época, representando as três cidades em apreciação, evidencia a superioridade do plano urbano do Recife, com as suas construções ordenadas por um ato de forte vontade criadora, em contraste com as outras duas cidades (Bahia e Buenos Aires), construídas com um certo desarranjo quase sem disciplina na distribuição dos seus edifícios (CASTRO, 1948, p. 73).

Por meio de mapas<sup>63</sup> Josué de Castro busca evidenciar o alto nível do conjunto urbano recifense, no período colonial, em relação às demais cidades da América do Sul. O Recife de Castro é o núcleo urbano mais disciplinado, o menos associado a questões rurais e o que melhor está inserido no mercado econômico mundial.

Tudo que Josué de Castro observa na paisagem central do Recife é bem semelhante ao traçado urbanístico das cidades do norte europeu. Recife repetia o mesmo desenho de Amsterdam e aparentava aos olhos de Castro, em meados do século XX, não

---

<sup>63</sup> Nessa sua tese de livre docência, Josué de Castro utiliza como fonte do seu trabalho vinte e quatro figuras: desenhos, pinturas, mapas, fotos e plantas da cidade do Recife, principalmente.

conseguir se livrar da “pressão modeladora inicial e três séculos ainda lembra muito o seu modelo de imitação – Amsterdão” (CASTRO, 1948, p. 61). Assim, para Josué de Castro, os holandeses fundam o Recife e influenciam na definição da sua paisagem urbana durante os séculos posteriores.

Quando ele descreve os bairros centrais do Recife, do seu século, ele demonstra contemplar as características europeias da cidade aquática. No entanto, esses aspectos europeus que ele via na cidade era relacionado às expressões urbanísticas ligadas aos colonizadores europeus, principalmente os holandeses que colonizaram a região durante o século XVII. Benjamin nos auxilia a refletir sobre essa relação entre espaço e tempo:

Os elementos temporais mais heterogêneos se encontram, portanto, na cidade, lado a lado [...] um prédio se associa a outro, independentes das camadas de tempo às quais pertencem; assim surge uma rua [...] os pontos culminantes da cidade são as suas praças, onde desembocam radialmente muitas ruas, mas também as correntes de sua história (LION apud BENJAMIN, 1991, p. 209).

Ao percorrer essa cidade de temporalidades entrelaçadas Josué de Castro parece buscar no passado alguns elementos para compor a sua imagem da cidade, através da leitura das ruas e dos prédios. O Bairro do Recife, que ele se diz semelhante a cidade de Hamburgo, era um “espetáculo típico de cidade européia e das grandes” (CASTRO, 1937a, p. 12). Nesse sentido, o Bairro do Recife, apesar da sua urbanização remeter ao século XVII, representava a modernidade, com:

Cinco avenidas se abrindo em leque, com magníficos estabelecimentos comerciais. Ruas largas, limpas, retas, com as filas inquebrantáveis dos edifícios uniformemente solenes. Bancos, telégrafos, companhias de vapores... prédios asseados, com um ar de disciplina e de riqueza.<sup>64</sup>

Através das ruas e edifícios da cidade, ele não apenas revive um passado, mas também cria sua imagem. A representação de Recife como uma cidade civilizada não se restringe quando ele olha para o Bairro do Recife, pois as pontes arremessadas “elegantemente” sobre o Capibaribe o faz vislumbrar o bairro de Santo Antônio repletos de palácios, lembrando um cenário urbano europeu. O bairro de Santo Antônio funciona como centro administrativo, mas também aparece como um bairro residencial, onde ele destaca a rua Nova com seus “casarões de três, quatro andares, pregados a meias-águas só de andar térreo”<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

<sup>65</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

No outro lado do Capibaribe, no bairro da Boa Vista, predomina no olhar de Castro o ambiente residencial da rua da Imperatriz. Desta rua são exaltados os estreitos sobrados da Boa Vista, com as “varandas de ferro”<sup>66</sup>, que contam histórias da influência inglesa sobre a arquitetura do Recife. Então, olhando o Recife em que vivia, ele externa sua admiração por aquela fisionomia urbana de ares europeus.

Gilberto Freyre, na mesma época de Castro, também caminhou por essas ruas e escreveu sobre as suas impressões. É interessante destacar que os olhares deles estão atrelados à uma circunstância histórica específica. Por meio de Castoriadis entendemos que os discursos deles se apoiam naquilo que já estava instituído e isto nos indica que as produções deles estão vinculadas ao mesmo imaginário social, e que apesar disso não estão imóveis<sup>67</sup>.

Vejamos um trecho da descrição de Freyre sobre o caminhar nesses bairros centrais da cidade do Recife que encontramos no livro *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, publicado originalmente em 1934, dois anos antes da publicação do texto *Recife: cidade desigual*, onde Castro fala sobre os bairros centrais do Recife.

De dentro do Recife – isto é, da “ilha do Recife” [Bairro do Recife] onde se desembarca, e onde estão os grandes bancos, as casas de alto comércio, o Telégrafo Inglês, vários consulados – são ruas graves e europeias [...] as ruas principais do bairro de Santo Antônio – as ruas do comércio elegante, das modistas, das perfumarias, das confeitarias, das joalherias, as ruas cívicas – do Palácio do Governo, do Palácio da Justiça, do Teatro Santa Isabel – são predominantemente europeias (FREYRE, 2007, p.169).

Freyre enxerga os bairros do Recife e de Santo Antônio de modo bastante parecido com o de Castro. No bairro do Recife ambos exaltam as largas avenidas, os bancos, os telégrafos. No bairro de Santo Antônio eles destacam as ruas elegantes e os palácios. Assim como Castro, nas ruas dos bairros centrais, Freyre vê uma fisionomia europeia.

Entendemos que no caminhar de Castro e de Freyre pelas ruas do Recife eles sentem a cidade através do contato imediato. No entanto, ao mesmo tempo, que eles conhecem a cidade através da relação entre corpo e espaço material, eles já tinham

---

<sup>66</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

<sup>67</sup> Castoriadis nos sugere que só é possível criar algo dentro de circunstâncias sociais que possibilitem, ou seja, é através do instituído que se pode instituir. Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

frequentado aquelas ruas através da imaginação, ou seja, aquelas ruas já foram sentidas por meio de uma tradição oral, literária e visual, que instituiu um significado<sup>68</sup>.

Caminhando pelas ruas, Castro insistia em olhar para as antigas residências. Como tantos outros elementos da paisagem urbana recifense, para Castro, os sobrados também surgiram na cidade através das construções holandesas no século XVII. Mas os sobrados que ele via no Recife do século XX, tão “altos e magros”, que erguiam o visual dos edifícios e lançavam sua beleza para longe, não eram influência da arquitetura holandesa em terras tropicais. O crescimento no sentido vertical do Recife era entendido como consequência de privações de solo para ocupação nos bairros centrais da cidade.

O que se passou no século XVIII foi a angústia cada vez maior de terreno em relação com as necessidades de espaço para construção, diante das exigências do porto cada vez mais movimentado, e destarte, a solução mais natural foi a do sobrado daquele tipo, universalmente criado como solução única para o caso. (CASTRO, 1948, p. 80).

Assim, a cidade do Recife cresce em dois sentidos. Para Castro, parece muito natural, pois na capital do Nordeste se localiza um dos principais portos da América e espontaneamente seriam levantados os altos sobrados nas margens do Capibaribe tão semelhantes aos de Lisboa ou Amsterdam, onde se localizava os principais portos da Europa.

No entanto, vale destacar ainda mais dois bairros que estão presente na fisionomia dessa cidade: São José e Madalena. O bairro de São José, dentre os bairros centrais, parece ter uma aparência diferente das demais, contrastando no cenário. Na visão de Josué de Castro, São José é um bairro pouco atraente, onde se desvia da elegância europeia e se aproxima dos aspectos orientais, com “ruas estreitas, becos, travessas. Confusão”<sup>69</sup>. As características principais do São José são de um intenso comércio, alta densidade demográfica e desorganização urbana. É um bairro menos luxuoso formado por “casinhas” e lojas de produtos baratos.

Na paisagem urbana da cidade do Recife de Josué de Castro também pode ser visto o bairro da Madalena. É um bairro que não se localiza no centro da cidade e nem está

---

<sup>68</sup> Sobre essas diversas formas de experimentar a cidade, ver: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1991. Vale destacar este trecho: “Aquele embriaguez anamnética em que vagueia o flâneur pela cidade não se nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar; com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos, como de algo experimentado e vivido”. (p.186)

<sup>69</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.

inserido na Mocambópolis, no entanto, assim como as demais áreas, também se localiza às margens do Capibaribe.

Vale ressaltar que no bairro da Madalena Josué de Castro viveu dos oito aos quatorze anos. Quando lembra da residência da sua infância, ele destaca que parte do terreno ficava quase dentro das águas do Capibaribe. Castro considera Madalena um bairro antigo com velhas casas coloniais que possuíam “trinta quartos, com oito, dez janelas de frente” (CASTRO, 1937a, p. 13). O bairro da Madalena, e as suas velhas e enormes casas, também está presente na imagem do Recife de Castro.

No entanto, a Madalena da sua infância, constituída por sítios que eram cercados por sapotizeiros e mangueiras é uma imagem que ele, na década de 1940, só poderia reconstruir através da memória. Assim, nos parece que ele caminha na cidade como um flâneur, onde a rua lhe conduz a um tempo passado, nesse caso é o “tempo da infância”. (BENJAMIN, 1991, p.185).

Em meados do século XX, as ocupações nos subúrbios se expandiram. Mário Lacerda de Melo, observou que a área urbana do Recife se amplia rapidamente em direção à periferia, onde “os bairros e os subúrbios foram se ampliando e se soldando melhor uns aos outros e ao espaço central para formar uma massa de construções contínuas” (1978, p. 71). O espaço urbano do Recife não era mais restrito aos bairros de São José, Santo Antônio, Boa Vista e Bairro do Recife, na década de 1940 a urbanização da cidade já abrangia diversas outras áreas.

Castro também percebeu a expansão urbana da cidade. Atribuiu aos antigos engenhos o início da ocupação dos terrenos mais distantes do Porto. Foi o aumento das populações e o fortalecimento de um comércio ao redor dos engenhos, que no decorrer do século XIX transformaram-se em sítios, que começou a ocupação territorial no interior do município. Para Castro, foi a partir da comunhão desses núcleos populacionais, que concentravam cada vez mais gente, que expandiu-se a urbanização da cidade.

Pontual (2001), ressalta que as transformações urbanas que ocorriam na cidade, onde alargou-se a área urbana, gerou nos intelectuais uma estranheza. Vendo aquela cidade, Evaldo Cabral de Mello dizia que “o Recife está ameaçado. Ameaçado terrivelmente de descaracterizar-se. De ser absorvido por um outro Recife: o Recife que está começando a

nascer” (MELLO Apud PONTUAL, 2001, p. 27). Percebemos no enunciado um medo. Medo que o “verdadeiro” Recife seja aniquilado pelo acelerado ritmo de crescimento urbano.

No entanto, diante disso, Castro não demonstra temor de uma desconfiguração do Recife. A expansão da urbanização da cidade era entendida como algo inerente ao Recife por ser a cidade um centro financeiro de uma vasta região. Para Castro, um grande porto precisa de uma grande cidade para se sustentar. Desde as pontes do período holandês, que ligavam as áreas mais distante do mar ao porto, que a cidade demonstrava querer tomar posse da planície do Recife.

Castro compreende que o Recife quando ainda era uma vila, um povoado com pescadores e marinheiros com a vida diretamente relacionada ao porto, se sentia “atraído” não apenas pelo mar, mas também pelo verde dos canaviais. Assim, “a cidade, logo que tomou raízes nos alicerces dos seus sobrados e palacetes, foi-se estendendo envolvente para o lado dos engenhos [...] essa marcha ou invasão da cidade foi-se fazendo rios acima” (CASTRO, 1948, p. 66, 67).

Entretanto, embora sem nostalgia diante das transformações, Josué de Castro identificava no crescimento do território e da população da cidade um problema que poderia atrapalhar o desenvolvimento da cidade. A capital do Nordeste funcionava como um centro magnético que atraía uma população de uma vasta região.

O que alguns sociólogos chamam de “cidades inchadas”, como a do Recife, com 200 mil marginais improdutivos, oriundos do interior, são uma demonstração evidente de que, longe de se atenuar, se vai agravando no Brasil nos últimos tempos o desequilíbrio entre a cidade e o campo (CASTRO, 1984, p. 296).

A cidade tinha que suportar milhares de indivíduos vindos de áreas rurais, devido a uma ineficiente política agrária. Recife não conseguindo lidar com o deslocamento de uma enorme massa humana, via seu cenário urbano ser afetado por uma população que não se integrava a cidade. Entendemos que para Castro o problema não é o crescimento da cidade, mas sim a forma torta em que a expansão se estabelece.

### 2.2.3 A harmonização da imagem da cidade: os rios

Ali na Madalena, Josué de Castro via as águas calmas do Capibaribe narrar o seu percurso pela cidade. Num momento, o Capibaribe alagava os mangues e invadia os

mocambos. Em outro momento, passava por debaixo das pontes proporcionando elegância à Veneza Americana. Através dos rios, sobretudo o Capibaribe, que cortam a cidade, Josué de Castro consegue atribuir ao Recife uma coesão.

As trajetórias desses rios começam em terras distantes e após percorrer um perigoso caminho se encontram no Recife<sup>70</sup>. Os rios corajosos enfrentam um itinerário “aos quais o caboclo do Nordeste empresta, em sua fantasia, uma alma impetuosa e violenta de quem nasce predestinado à aventura”<sup>71</sup>. Os rios Capibaribe e Beberibe tinham almas ousadas, para Josué de Castro.

Acompanhando o caminho percorrido pelo rio Capibaribe, Josué de Castro destaca as várias paisagens que o rio contempla. No sertão, passando por entre pedras no Cariri, o Capibaribe tem “medo” de ser sugado até a última gota pelos sertanejos sedentos. Mais adiante, em terras mais moles e de cenário mais verde, o Capibaribe passa “surdo” e “cego”. Já quase dentro do mar, o Capibaribe encontra-se com o Beberibe num poderoso entrelaçar de águas.

Dois aventureiros de fama que se juntam com satisfação para contar suas aventuras. No ímpeto do abraço bárbaro, as águas se avolumam, se espalham e tontos da alegria do encontro, os rios perdem o rumo, saem embriagados a cambaleiar pelos baixios, a se esfrangalhar pelos charcos, a se deitar pelos remansos, formando, nessa boemia de suas águas, as ilhas, os canais, os mangues, os pauis, onde assenta esta saborosa cidade do Recife, resumo das aventuras heróicas que os rios contaram e continuam contando, ao se encontrarem numa praia do atlântico (CASTRO, 1937a, p. 19, 20).

Quando Josué de Castro narra o curso do rio Capibaribe, entendemos o rio como um personagem destemido que desbrava terras inóspitas para no fim realizar seu maior ato, junto com o Beberibe formar a planície aluvial onde será levantada a cidade do Recife.

Assim, diante de um Recife com imagens conflituosas, o Capibaribe e o Beberibe de Josué de Castro têm a força de organizar a imagem da cidade. As águas enfraquecem a força da imagem dos mocambos, como também da cidade moderna. O rio é a chave que o faz compreender a paisagem confusa da cidade do Recife. O Recife de Josué de Castro, através do Capibaribe, sustenta uma identidade própria. Assim, ele concede aos recifenses um diferente modo de ler o Recife, por meio da sua imagem.

<sup>70</sup> O rio Capibaribe nasce no agreste pernambucano, no município de Poção. Possui 240 km de comprimento e banha 42 municípios. O rio Beberibe nasce na cidade do Camaragibe, município vizinho do Recife. Possui 19 km de comprimento.

<sup>71</sup> Recife: cidade desigual. Revista Carioca, 15/02/1936.



Num estudo geológico sobre o território que o Recife atualmente ocupa, Josué de Castro destaca que em tempos pré-históricos essa área era constituída pelas águas do oceano. Os rios que desaguavam nessa área foram os primeiros a aterrar a região com seus materiais aluviais. Castro, acreditava que foi “sem dúvida alguma o rio, ou melhor, os rios – o Capibaribe e o Beberibe – os elementos preponderantes naquela ciclópica atividade arquitetônica da criação do solo do Recife” (1948, p. 18). Os rios são verdadeiros heróis que lutaram contra a força impiedosa do mar. Assim, o Recife é uma fabricação dos rios, uma área de solo planificado pelos rios.

Os rios reduzem a importância do trabalho humano na formação da cidade. Quando chegaram os primeiros colonizadores europeus, de acordo com Castro, encontraram ainda uma baía entulhada como ambiente natural. No entanto, quando eles começaram a construir, os rios já tinham feito quase todo trabalho de aterro, deixando o solo repleto pelo mangue, uma flora especializada em sobreviver e sedimentar os solos de terras moles. Josué de Castro descreve o aspecto geográfico da região no século XVI, assim:

Planície aluvional, produto da ação convergente de múltiplos fatores naturais, individualizada por traços geográficos bem marcantes: seus arrecifes de pedra, estendendo-se como um friso à flor das águas, sua língua de terra ou Recife de areia, alongando-se por trás do primeiro, das encostas de Olinda até alcançar em sua extremidade sul, a ilha do Recife, suas outras ilhas sonolentas entre os braços embaladores dos seus rios, suas terras continentais alongadas em várzeas, mangues, charcos, pauis, entrecortadas de braços d'água e alteiando-se, pouco a pouco, em cotas hipsométricas de fraco pendor, até alcançarem a cinta das colinas que se perde de vista no horizonte” (CASTRO, 1948, p. 24).

Josué de Castro acredita que os colonos portugueses pouco fizeram para alterar essa imagem do ambiente natural. Então, quando, em 1630, os holandeses invadiram Pernambuco, a imagem era praticamente a mesma. Os dominadores da água desejaram, desde que aportaram, criar uma cidade nas ilhas, aproveitando-se dos rios. No entanto, os mangues que tanto vinham contribuindo em solidificar o solo incerto, teve seu processo acelerado pelos os holandeses, por meio do seu aterramento.

Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidado – mistura incerta de terra e de água – que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdão e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro da água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas. (CASTRO, 1948, p. 16).

Admirado pelo poder das águas, Josué de Castro vê um Recife aquático. A “magnífica” cidade do Recife nasce das águas. O Recife, inicialmente, funciona como um porto da cidade de Olinda devido ao seu “rio morto”. Em frente a ilha do Recife havia um mar

tranquilo, seguro pelos arrecifes de pedra. Consistia num excelente ancoradouro para as caravelas.

Conectado ao porto estavam os rios. Eram os rios que traziam, no tempo da colônia, aquilo que foi cultivado nas áreas mais distantes do mar. Os engenhos de açúcar se localizavam próximos dos rios Capibaribe e Beberibe, e se utilizavam dele como via para escoar a produção. Através desses rios a cidade se expandiu, e no século XX a área urbana já ocupava todo o território da planície aluvial, com exceção do bairro da Várzea e do bairro de Dois Irmãos.

No entanto, na construção da história da fisionomia da cidade do Recife, Josué de Castro destaca a importância das pontes no direcionamento da expansão da cidade. Contudo, as pontes, apenas direcionaram o núcleo urbano do Bairro do Recife para Santo Antônio, que depois alargou-se para São José e Boa Vista.

Por outro lado, os rios estenderam o Recife para áreas mais distantes, os engenhos localizados as margens do Capibaribe e Beberibe. “A cidade cresceu na direção dessas águas em busca dos pequenos núcleos de povoação representados por esses primeiros engenhos” (CASTRO, 1948, p. 67).

Os engenhos forneceram vários núcleos urbanos que a partir do século XIX tornaram-se repletos de sítios e com alta densidade demográfica. Para Castro, esses antigos engenhos resultaram nos bairros residenciais da cidade, como o bairro da Madalena onde ele viveu. Apesar de se localizarem dentro da água, esses bairros não tinham muita semelhança com a Mocambópolis. Castro via nesses bairros, oriundos dos engenhos, o orgulho dos recifenses pelos seus palácios de “belas fachadas sempre voltadas para a água” (1948, p. 69).

Da associação desses núcleos populacionais foi construído o seu mapa da cidade do Recife do século XX. Ele cita alguns bairros que são provenientes dos engenhos, como: Torre, Madalena, Várzea, Caxangá, Cordeiro, Dois Irmãos, Apipucos, Monteiro, Casa Forte, Beberibe e Jiquiá. O espaço da cidade é constituído pelas áreas por onde passam os rios. Nesse sentido, Josué de Castro não consegue enxergar parte da área sul da cidade, onde ele não faz nenhuma menção aos bairros do Ipsep, Imbiribeira, Ibura e até mesmo a moderna

praia de Boa Viagem<sup>72</sup>. Assim, percebemos o rio como um elemento marcante na paisagem da cidade do Recife.

Mais uma vez predomina a influência da água nas vicissitudes e nos esplendores da vida dessa cidade. Sempre a presença da água, sempre o mar ou os rios – principalmente os rios – dirigindo a sua localização, a sua evolução e a sua direção, enfim, a sua colonização urbana da paisagem. (CASTRO, 1954, p. 134).

Entendemos que os rios Capibaribe e o Beberibe, para Josué de Castro, tinham um enorme poder sobre a cidade. A cidade não consegue escapar dos rios e caminha para onde o rio determina. Através de Josué de Castro capturamos uma imagem de uma cidade aquática que retira sua energia dos rios: “Êste ar e êste solo onde assenta a cidade do Recife, e donde a cidade tira tôda a vida de sua fisionomia, são efeitos exclusivos dos rios que a banham” (CASTRO, 1937a, p. 16).

Nesse sentido, o Recife de Josué de Castro deve tudo à água, inclusive a sua paisagem, que é o que nos interessa. Ele utiliza as águas para harmonizar a imagem da cidade. O Recife que ele expressa é com “todo o corpo e toda a alma da cidade deitada ao longo do Capibaribe”<sup>73</sup>.

Assim, no capítulo seguinte deste trabalho, iremos focalizar naquilo que consideramos o elemento mais significativo da imagem do Recife de Castro, que contribuíra para enxergarmos o seu Recife: as águas, especialmente os rios.

---

<sup>72</sup> Na década de 1920, Boa Viagem já ostentava uma moderna avenida e uma linha de bonde. Ver: COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Recife: UFPE, 2003.

<sup>73</sup> CASTRO, Josué. A perspectiva ideal da cidade. Correio Paulistano. 27/05/1951.

### 3. MITO, PAISAGEM E IMAGINÁRIO

No livro *Paisagem e memória*, o historiador britânico Simon Schama se dedica a entender como as paisagens interagem com a cultura. Ele acredita que os significados coletivos que as sociedades carregam condicionam a leitura da paisagem. Por outro lado, a partir da relação com essas paisagens estabelecidas é que a sociedade, em parte, será moldada.

Através de Schama compreendemos que a força da narrativa sobre as paisagens é sustentada pelos mitos da natureza que, inclusive, nunca desapareceram, pois “nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 24). Assim, está presente na cultura ocidental uma herança irracional que aparece em momentos e locais mais inusitados. Schama identifica esses mitos irracionais quando ocorre a sacralização da natureza através da relação do homem com o ambiente, no qual é atribuído à natureza poderes mágicos.

Vale destacar, que não entendemos o mito como mera fabulação e nem como um testemunho de um nível primitivo da cultura humana. De acordo com Detienne (1976) o mito indica aspectos sociais do lugar onde ele é produzido. O mito não está desligado do mundo e por isso é um meio para compreendermos a cultura em que ele está inserido. Detienne também propõe que o mito seja estudado levando em consideração o seu contexto e a sua relação com outros mitos para serem decifrados<sup>74</sup>.

Mircea Eliade estudando as civilizações primitivas e do mundo antigo também entende que os mitos revelam as atividades humanas, assim como são formas complexas de entendimento do mundo que precedem as palavras. No entanto, “se a palavra falta, a coisa existe: só que ela é dita – isto é, revelada de modo coerente – por símbolos e mitos” (1984, p.18). Diante dos mitos do “homem arcaico”, Eliade nos provoca a refletir sobre como as coisas se tornam reais.

---

<sup>74</sup> Para compreender os significados da mitologia do mel grega que envolve os personagens Aristeu, Orfeu e Eurídice, Detienne aborda o contexto mítico e etnográfico em torno do mito: “o ódio das abelhas pelos sedutores, estatuto social do apicultor, posição sociológica da jovem casada, definição do mel em relação à caça e a não caça, tantos aspectos e dimensões dão a conhecer o horizonte mítico, sem o qual o infortúnio de Aristeu e de Orfeu permanece confinado nos limites de uma narrativa de caráter literário”. Ver: DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.63.

O mito cria realidades através da sua capacidade de atribuir significados as coisas. É o mito que promove a transformação de um objeto comum em objeto sagrado. Assim, o mito é uma narrativa de criação que aparece através da metáfora de um acontecimento onde algo começou a ser. Enxergamos o mito localizado entre a cultura e a natureza.

As sociedades pré-modernas, segundo Eliade, recusam a forma de compreensão de tempo irreversível, pois para eles “a realidade só é atingida pela repetição” (1984, p.49). Por isso que os arquétipos são tão importantes nessas culturas. Os mitos reutilizam os objetos e atos mágicos, vindos de “tempos primordiais”. Eles buscam reviver uma realidade ancestral. No entanto, nesse retorno os mitos são atualizados, tornando-se contemporâneos.

Através dessas reutilizações os mitos chegaram até nós e estão estreitamente vinculados ao nosso imaginário, pois não existe cultura humana sem mitos. Esses mitos são fundamentais para o entendimento da sociedade pelo indivíduo, assim como exercem uma função reguladora da sociedade. Assim, os mitos também operam na materialidade, sendo um elemento necessário para o funcionamento das civilizações.<sup>75</sup>

Em busca das ressignificações míticas que as sociedades operam, Schama elenca três elementos: Mata, Água e Rocha. A partir daí elabora uma narrativa que sugere um modo de olhar que privilegie os mitos para entender a relação do homem com a natureza e a construção e apropriação de significados.

Schama nos ajuda a compreender essa relação entre mitos antigos e novos significados culturais através de alguns personagens que se utilizaram dos mitos da natureza para significar o seu mundo. Destacaremos a observação de Schama sobre a operação efetuada por Joel Barlow em torno do valor da água no processo de formação de civilizações.

Schama descreve Barlow como um americano que desempenhava a função de poeta, auditor, diplomata e mitógrafo. No entanto, o que Schama enfatiza é a sua inquietação diante das revoluções francesa e americana e a sua capacidade de criar um conjunto de ideias, baseadas nos mitos antigos, para significar essas revoluções ao seu modo.

Para Barlow, essas revoluções que o ocidente estava experimentando durante o século XVIII representavam a chegada de um novo tempo, a idade da razão. No entanto, anos

---

<sup>75</sup> Castoriadis também sugere que o racional para existir depende do imaginário. Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. Assim, o imaginário e o mito, ambos com poder criador, interferem na “realidade social”.

depois de iniciada a Revolução Francesa, ele, frustrado, considera aquele evento um verdadeiro fracasso. Ele entendia que a irracionalidade tinha vencido os princípios da razão iluminista. A causa do insucesso republicano foi ter subestimado a permanência dos mitos no imaginário coletivo.

Incomodado com esse dilema, Barlow procura conhecer mais sobre os mitos antigos. A partir daí, ele retoma as narrativas mitológicas e começa a construir uma visão de mundo menos mecânica.

Dos mitos que Barlow tem contato, é o mito do Egito Antigo que mais lhe encanta, principalmente o mito de Ísis e Osíris. Na antiguidade, os egípcios acreditavam que o pênis amputado de Osíris, jogado no Nilo, deu ao rio poderes mágicos. Ele percebeu que o mito de Ísis e Osíris estava vivo, ainda estava bem presente na imaginação das pessoas. Ele identificava isso através dos comportamentos e cultos à natureza.

Barlow sabia que ver um rio equivale a mergulhar numa grande corrente de mitos e lembranças, forte o bastante para nos levar ao primeiro elemento aquático de nossa existência intra-uterina. E, com essa torrente, nasceram algumas de nossas paixões sociais e animais mais intensas: as misteriosas transmutações do sangue e da água; a vitalidade e a mortalidade de heróis, impérios, nações e deuses (SCHAMA, 1996, p. 253).

Percebemos uma simpatia de Schama com esse jeito de imaginar o mundo de Barlow. O pensamento de Barlow aparece como modelo para construirmos uma visão de mundo que perceba na cultura um intenso encontro entre o racional e o irracional, pois como o próprio Schama nos alerta: “os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas – da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada –, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem” (SCHAMA, 1996, p. 24).

Um outro aspecto importante que queremos abordar é como o presente se utiliza de mitos antigos para ressignificar as coisas. Através do próprio Barlow conseguimos perceber isso. Schama destaca que Barlow, querendo enfatizar o valor positivo da ideia da liberdade para as repúblicas democráticas que começavam a se configurar, transforma o falo de Osíris em vara da liberdade. Ele encontra as origens do culto da liberdade recompondo as narrativas dos mitos fluviais. Com o mito revisado, Barlow relaciona a liberdade à natureza, criando um símbolo para as revoluções francesa e americana.

O que Schama nos mostra com isso é que o ocidente se relaciona com a paisagem não apenas de forma racional. Ele destaca que desde as primeiras civilizações houve uma busca em domesticar a natureza, ao mesmo tempo, em que ela significa algo sagrado. O que

explica construções de parques e reservas florestais em pleno processo de industrialização do século XIX? A cultura ocidental já não possui tecnologia suficiente para explorar e destruir por completo a natureza? Se o homem ainda não aniquilou por completo a natureza é porque ela ainda serve de consolo, assim como vem servindo desde o tempo da pré escrita. Schama nos instiga a pensar que a nossa relação com a paisagem é mediada pelos mitos.

O exemplo disso é a criação, em 1890, do Parque Nacional do Yosemite no estado da Califórnia nos Estados Unidos da América. Os ambientalistas americanos desejavam encontrar uma natureza selvagem para servir de “antídoto para os venenos da sociedade industrial” (SCHAMA, 1996, p. 17). Antes mesmo de sua inauguração, fotógrafos, pintores e escritores já representavam a topografia do Yosemite carregada de significados. Como a natureza não se venera, coube aos artistas fazer do Yosemite um “local de um novo nascimento, uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana” (1996, p. 17). Essas imagens positivas sobre o parque demonstram que na relação cultura e natureza não podemos ver apenas as catástrofes ambientais.

Schama identifica na narrativa que se constrói sobre o Yosemite uma idolatria, onde os estadunidenses transformam o parque em um Éden americano. Vale destacar, que, como a paisagem, o parque surge através da percepção humana. Foram os americanos que viram naquele ambiente um lugar especial para transformá-lo em sagrado. Assim, como sugere Schama, vemos na relação do homem com a natureza menos desprezo e mais veneração.

Esse exemplo é interessante porque nele está contido o objetivo de Schama que é mostrar aos seus leitores a força da ligação que une cultura e natureza. Em diversos momentos do seu livro ele vai contestar a separação entre natureza e cultura e, vale ressaltar, que a concepção de paisagem dele está atrelada a essa sua concepção de mundo, onde se enfatiza complexas relações.

Para entender o que significa paisagem, Schama retorna ao século XVI, quando a palavra paisagem (*landscape*) aparece na língua inglesa, proveniente dos Países Baixos. Durante o século XVI, os holandeses iniciaram uma tradição de pintura paisagística onde a utilização da paisagem foi largamente contemplada. Seria a Holanda em relação com outras culturas que lançaria a moda da pintura de paisagem<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Por meio de Bazin identificamos um grande número de artistas holandeses do século XVII que praticavam a pintura do gênero paisagístico, tais como: Salomon van Ruysdael (1602 – 1670), Jacob van Ruisdael (1628/9 –

Na Inglaterra, Henry Peacham procurou, no século XVII, construir um guia explicativo sobre maneiras de se desenhar e pintar paisagem. Ele partia da ideia de que “a vida campestre devia ser valorizada como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade” (SCHAMA, 1996, p.21). Na pintura da paisagem da Inglaterra deveria estar presente a essência da nação.

Schama nos faz perceber que as paisagens de Peacham dialogavam com o mito da Arcádia<sup>77</sup>. Nesse sentido, na obra de Peacham “a verdade da imagem era mais poética que literal” (1996, p. 22). Assim, mais uma vez, os mitos aparecem com força suficiente para criar paisagens.

A poesia invade a imaginação e provoca fantasias. A imagem poetizada, então, tem uma força incrível, como nos sugere Orhan Pamuk em seu livro *Istambul*. A relação que Pamuk tem com o Bósforo é mediada pelas pinturas de Melling sobre o próprio Bósforo.

A despeito da grande atenção que dedicava a prédios e figuras, ele às vezes os representava infantilmente fora de proporção, mas é exatamente nesses defeitos que encontramos a poesia de Melling, e é essa visão poética que faz dele um pintor que fala aos Instambul de hoje (PAMUK, 2007, p. 80).

Conseguindo capturar a poesia nas gravuras de Melling, Pamuk tem seu olhar manipulado por Melling. A sua “realidade” foi invadida por aqueles traços, cores, luz e sombra. Seu olhar consegue ir além de uma visão apenas geográfica do Bósforo e experimenta uma *Istambul* de beleza sublime.

Schama sugere que é a imaginação que transforma a natureza em paisagem. Essa ideia é fundamental para entendermos o seu conceito de paisagem. Quando olhamos para algo já abrigamos no nosso olhar uma memória que significa as coisas no instante em que a contemplamos. Assim, entendemos que a paisagem é uma construção da mente humana e “compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p.17).

A concepção de paisagem de Walter Benjamin também nos faz valorizar o aspecto interno do observador. Através da literatura de Marcel Proust, ele destaca que os sentidos despertam lembranças e que elas se confundem com a paisagem:

---

1682), Meindert Hobbema (1638 – 1709), Aert van Neer (1603 – 1677), Philips Wouwerman (1619 – 1668), Jan Wynants (1630/5 – 1684), Willen van de Velde (1610 – 1693).

<sup>77</sup> Arcádia é um lugar descrito na mitologia grega como sendo um ambiente tranquilo, onde o homem vive em harmonia com a natureza.



Então, fora de todas essas preocupações literárias e sem estabelecer nenhum vínculo com elas, de repente, um telhado, o reflexo de sol sobre uma pedra, o cheiro de um caminho, me faziam parar por um prazer especial que me davam e também porque pareciam esconder, para além daquilo que eu via, alguma coisa que me convidavam a vir apanhar e que, apesar de todos os meus esforços, eu não chegava a descobrir (PROUST Apud BENJAMIN, 1991, p. 191).

Benjamin também entende que a paisagem está dentro do indivíduo. Por meio de Balzac, ele também nos oferece uma ideia de natureza mágica, que permeia o imaginário do indivíduo, pois “a natureza sempre significa outra coisa, uma alusão ao espírito” (1991, p.211). Então, assim como Schama, Benjamin nos sugere uma ideia de paisagem que se elabora nas profundezas do indivíduo.

Assim, a percepção humana não captura a realidade da paisagem, pois, já está inserida no olhar uma poderosa ação que significa as coisas. O nosso olhar, impregnado de memória, não descansa. Em contato com as representações da natureza elaboramos paisagens que “têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 29).

Para Schama “é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos” (1996, p. 17). Um rio, uma rocha ou a mata não se nomeia, nós o fazemos. É impossível, para o homem, alcançar a natureza em estado bruto. Mesmo que exista uma natureza “selvagem”, “virgem”, ela se modifica a partir do simples olhar do homem.

Schama enfatiza a ideia de que a paisagem é uma construção interna daquilo que é externo. Entendemos que a tela de René Magritte, *A condição humana*, serve para nos dizer, por outra via, a complexa relação entre o interno e o externo.



78

Magrite pintou um quadro em cima de um cavalete que se situa diante de uma janela onde se pode ver o “real”. Podemos visualizar na tela, a imagem do real que continua através do quadro e a imagem do quadro que continua pelo real. Também é possível pensar que a paisagem comporta uma árvore que é escondida pela própria tela. Se aquela árvore existe no mundo dito real, não sabemos. No entanto, sabemos que ela existe na paisagem de quem pintou o quadro. O pintor carrega aquela árvore dentro de si e vê aquilo que ele pinta.

Magrite não nos oferece uma imagem tranquilizadora, ao contrário, somos inquietados. Se o que está fora é uma ilusão, parece que é necessário olhar para dentro para superar esse labirinto. Através desse quadro de Magrite, percebemos como estamos presentes no nosso olhar.

Seja como for, através dessa tela de Magrite, entendemos que é inútil tentar separar natureza e percepção. Assim, entendemos que a paisagem é uma construção que surge na relação do interior com o exterior.

O que está fora da pessoa só pode ser compreendido após uma reconfiguração dentro do indivíduo. Só conseguimos ver a paisagem que está dentro da gente e “é a cultura, a

---

<sup>78</sup> René Magritte. La condition humaine. 1933. Óleo sobre tela, 100 x 81 cm. Washington DC, National Gallery of Art.

convenção, e a cognição que formam esse desenho; que conferem a uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza” (SCHAMA, 1996, p. 22).

Refletindo sobre o modo como as sociedades se relacionam com a natureza e constroem suas paisagens, destacamos como as águas foram apropriadas em algumas situações pois compreendemos que, no caso de Josué de Castro, seria esse seu recorte de uma visão primordial onde ele sente e entende a cidade do Recife.

Schama nos faz entender que os lugares que são atravessados por rios, mantêm com eles uma relação de intimidade, onde é atribuído ao rio um aspecto mágico. Dessa relação com o rio surgem significações complexas provenientes do olhar do homem que comporta lembranças.

Os rios parecem fluir levando a história, contando uma história. As sociedades são estimuladas a pensar que na origem do rio está o primórdio da sociedade. Schama acredita que por trás de uma narrativa sobre os rios oculta-se uma tradição pagã que vê os rios como um nascedouro das sociedades.

Nem todas as civilizações se relacionaram com o rio de forma semelhante. Podemos destacar dois tipos de convivência com os rios. Primeiramente, abordamos uma narrativa que identifica no rio um caráter circular, figura perfeita onde estão contidas todas as linhas de força e ritmos temporais. Muitas civilizações enxergaram, a partir de reminiscências, o Nilo como um ciclo. Era uma narrativa poética diante de um rio inexplicável.

Se, entretanto, o mundo era um organismo tão perfeitamente harmonioso e capaz de auto-reabastecer-se, a inteligibilidade de seu funcionamento não era nada simples. E em nenhum outro lugar as molas de seu mecanismo eram mais misteriosas que no Nilo (SCHAMA, 1996, p. 262).

Os egípcios não sentiam a necessidade de explicar o rio. Os mitos fluviais do Antigo Egito exaltavam a morte e ressurreição de Osíris. Está contido no mito a ideia de um ciclo perfeito como a circulação do sangue pelo corpo. O princípio de circulação presente nos mitos egípcios demonstravam a regularidade do Nilo, servindo de consolo. Eles se satisfaziam com o mito de Ísis e Osíris.

Diferente dos orientais, os romanos não se relacionavam com o Nilo de forma tranquila. O Nilo para os romanos significava algo imprevisível e aterrorizante. Muito desse incômodo com o Nilo é porque eles tinham uma visão não circular do rio. O rio deveria ter um começo e um fim como um segmento de reta. Na narrativa dos romanos os rios aparecem

como algo que deve ser governado e o Nilo era um rio autogovernado em seu ciclo próprio da vida.

Como os romanos, os holandeses foram grandes domadores das águas e ressaltamos que estes são a referência de Josué de Castro para, em sua época, pensar o Recife como civilização das águas, imagem principal da cidade que Josué de Castro desenha.

Com sua visão linear, controladora, semelhante ao seu tipo de governo, os romanos queriam dominar o rio. Localizar a nascente e controlar as inundações. Os rios deveriam ser domesticados para serem um curso d'água seguro, previsível. Assim, o imperador romano Júlio César, tentou desvendar os segredos do Nilo para dominá-lo, “pediu um mapa e obteve um mito. Esperava engenharia e recebeu poesia” (SCHAMA, 1996, p. 268). O Nilo manteve seus mistérios, continuou circular, conservou-se “cleopátrico”, ou seja, um rio de difícil decifração.

O misterioso Nilo estimula uma vasta literatura que exalta o seu aspecto mágico, inclusive na Europa ocidental. Durante a idade média, no entanto, a visão do Nilo transforma-se numa oposição ao rio Jordão. Era o rio Jordão, mais controlável, que emitia signos de purificação e redenção. No entanto, Schama destaca que o rio Jordão mantinha ligações com a tradição pagã. Aliás, a Europa se viu obrigada a tolerar a insistência do mito de Ísis e Osíris, pois “práticas semipagãs de propiciação e sacrifício persistiram nos rios de toda Europa até fins da idade média” (1996, p. 270).

No final do século XV, com a renascença, ocorre o ressurgimento do Nilo na Europa ocidental, onde “passou a revestir-se da grandiosidade imperial que os eruditos e os artistas clássicos achavam irresistível” (SCHAMA, 1996, p. 272). Acreditamos que essa tradição paisagística está bem próxima da nossa forma de significar as águas.

Entendemos que, no século XX, o Nilo mágico ainda aparece para mediar o nosso contato com o rio. O século XX, com suas máquinas, não conseguiu mecanizar tudo, pois, percebemos que na nossa relação com o rio ainda estão presentes mitos e lembranças que expressam o caráter sagrado da natureza que, Schama nos sugere pensar, estariam presentes em todo o rio que assume esse lugar na paisagem social de uma cidade.

Assim, percebemos a necessidade dos homens de evocar os mitos fluviais. Apesar da permanência dos mitos durante os séculos, “nem todas as culturas abraçam a natureza com igual ardor, e as que a abraçam conhecem fases de maior ou menor entusiasmo” (SCHAMA,

1996, p. 25). Devemos, então, ficar atentos às singularidades que cada tempo impõe às sociedades. Como sugeriu Schama, devemos observar como em diferentes tempos e espaços as sociedades se conectam com as paisagens.

### 3.1. Brasil Holandês: Josué de Castro recriando uma tradição simbólica

No livro *Fatôres de localização da cidade do Recife* Josué de Castro enfatiza, num momento específico da história da cidade do Recife, a presença holandesa na cidade (1630 – 1654) que, supomos, fundamenta sua imagem do Recife. Para escrever sobre o Brasil holandês<sup>79</sup>, Josué de Castro se utilizou de uma vasta referência bibliográfica para construir seu texto sobre esse tema<sup>80</sup>. Iremos privilegiar na sua leitura duas obras: *O Brasil holandês sob o conde Maurício de Nassau* de Gaspar Barleus e *Tempo dos Flamengos* de José Antônio Gonsalves de Mello. A primeira obra foi escrita durante o governo Nassau, no século XVII, a segunda foi publicada em 1947, um ano antes de ser lançado o livro de Castro, que faremos dialogar com essas duas obras anteriormente citadas. Consideramos interessante priorizar esses dois autores porque eles são os nomes mais citados no decorrer do livro *Fatôres de localização da cidade do Recife*<sup>81</sup>.

É importante, nesta dissertação, evidenciarmos a leitura de Castro sobre o Brasil Holandês porque acreditamos que ele significa o Recife a partir desta produção anterior. Ele constrói sua imagem da cidade através dessas narrativas antigas e também tendo em conta sua trajetória de formação e estudos anteriores, pautados nas artes, na psicanálise e na geografia.

A nossa intenção com isso é mostrar que a imagem do Recife construída por Josué de Castro está duplamente vinculada a uma tradição simbólica instituída no Recife da

---

<sup>79</sup> O termo Brasil Holandês serve para denominar o período da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil. Há uma discussão sobre o conceito Brasil Holandês em: VIEIRA, Hugo Coelho. **O teatro de guerra e a invenção do Brasil holandês**: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 a 1635. Dissertação (Mestrado em História), Recife, 2011, p. 26.

<sup>80</sup> Em *Fatôres de localização da cidade do Recife* Josué de Castro menciona dezoito livros que trata da temática do Brasil holandês.

<sup>81</sup> Barleus é mencionado dez vezes. Já Gonsalves de Melo aparece oito vezes. Os demais aparecem duas vezes ou uma única vez.

primeira metade do século XX, e, por outro lado, considerando seu traço distintivo, a partir da afirmação desta tradição.

Seguindo as premissas de Castoriadis (1982), entendemos a produção de Josué de Castro como instituidora de sentidos, muito embora as suas obras se insiram num imaginário social específico, onde a sua produção é partilhada com outros artistas e intelectuais que atuavam em Pernambuco durante a década de 1940. Nesse sentido, acreditamos que os conceitos de imaginário e autonomia de Castoriadis nos ajudam a refletir sobre a produção da imagem da cidade do Recife de Josué de Castro<sup>82</sup>.

Quando o texto de Barleus é lido por Castro, três séculos depois, o sentido da obra se modifica, são incorporados novos significados e a temática do período holandês ocupa um novo espaço, sendo vista de outra forma. O relato de Barleus é transformado em informação de uma realidade, produzindo, em decorrência, algum conhecimento. Assim, consideramos esta determinada leitura realizada por Castro importante neste trabalho por nos fazer pensar sobre o seu recorte historiográfico e como através dessa delimitação temporal, ele constrói sua imagem do Recife.

Gaspar Barleus (1584 – 1648), atuou como escritor e professor nos países baixos. Viveu seus últimos anos na agitada Amsterdam do século XVII, cidade que experimentava uma intensa produção artística e intelectual, onde ele não se ausentou, nesse ambiente cultural<sup>83</sup>.

Em 1647 é publicado o livro de Barleus *O Brasil holandês sob o conde Maurício de Nassau*, a partir da encomenda do próprio Maurício de Nassau (1604 – 1679) em 1644, onde Barleus exalta os “serviços prestados gloriosamente” por Nassau à república holandesa. Não é por acaso que constantemente Barleus compara Nassau a algum imperador antigo, como é próprio dos relatos renascentistas, onde, entre os mais citados encontra-se Júlio César. Segundo Barleus, o seu livro propõe abordar:

---

<sup>82</sup> Através de Castoriadis, entendemos que o imaginário está em constante movimento e incessantemente ressignifica as coisas. A ideia de realidade neste sentido é percebida como criação. Por meio do conceito de autonomia entendemos a ação inventiva do homem na relação com o imaginário social instituído. É interessante para refletirmos sobre as fabricações do social histórico e íntimo de Castro. Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>83</sup> Cláudio Brandão, tradutor da obra de Barleus para o português, em nota à edição de 1940 destaca que o convívio intelectual de Barleus, o “Círculo de Muiden”, era composto por figuras, como: Gross, Voss, Espinoza e Rembrandt. BRANDÃO, Cláudio. Nota sobre a edição de 1940. In: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil**. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

Os feitos que, em favor do povo holandês, foram praticados durante o governo do ilustríssimo conde João Maurício de Nassau, em outro continente entre bárbaros e espanhóis, adversários duvidosos ou declarados (BARLEUS, 2005, p.39).

Vale destacar que Barleus nunca esteve no Recife, por sinal, não esteve presente na comitiva de Nassau em terras americanas, mas escreveu um longo livro registrando a administração e a admiração que tinha por Maurício de Nassau. Para a realização de sua obra, Barleus utilizou-se de vários materiais que os holandeses produziram durante o período que estiveram no Brasil<sup>84</sup>.

Visualizamos Barleus inserido em um grupo: a elite letrada holandesa do século XVII. Entendemos que os grupos sociais partilham entre si uma visão de mundo semelhante, onde as suas produções, artísticas ou científicas, são moldadas pelo imaginário social instituído<sup>85</sup>. Então, a partir da leitura da sua obra acreditamos ser possível compreender a produção artística e intelectual holandesa, sobre o Brasil holandês, e como essas obras interferem na leitura dessa temática, sobretudo entre os intelectuais que atuavam no Recife em meados do século XX, onde destaca-se, neste caso, a figura de Josué de Castro.

Barleus se dedica a mostrar o desempenho do governo Nassau, de 1637 a 1644. De acordo com ele, o governo Nassau “lançou para o império que surgia sólidos fundamentos de progresso” (BARLEUS, 2005, p.69). Percebemos que a intenção do autor é em enaltecer o projeto de governo de Maurício de Nassau como também positivar a imagem de Nassau.

Entendemos que Barleus tem sua obra, vista como relatório do governo de Nassau, como se fosse um discurso fiel da realidade, servindo como documento para quase todos os trabalhos que tratam da temática do Brasil holandês, como veremos mais adiante.

A leitura da obra de Barleus se intensifica no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, devido ao surgimento do desejo de construir uma identidade nacional “livre” dos portugueses. Também vale destacar, que na época de Josué de Castro, especialmente em Pernambuco, o acervo do Arquivo Real de Haia, que em meados do século XIX reuniu uma vasta documentação relativa ao Brasil holandês, passou a ser alvo de interesse e ser consultado por historiadores brasileiros.

---

<sup>84</sup> Por exemplo, a produção visual de Frans Post. Inclusive, os desenhos de Post estão presentes na obra de Barleus.

<sup>85</sup> Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

Então, nessas circunstâncias, Francisco Adolpho de Varnhagen que tem sua obra marcada pela valorização da colonização portuguesa e buscava fortalecer a ideia de um Brasil unificado<sup>86</sup>, lança o livro *Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil*, publicado em 1871. A partir da publicação, em 1853, do livro *Les hollandais au Brésil* do holandês Pieter Marinus Netscher, entendemos que na Holanda também começava a se intensificar o interesse pela temática.

No entanto, queremos acentuar nesse processo a figura do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1847 – 1901)<sup>87</sup>. Consideramos, ele o pioneiro em Pernambuco dos estudos historiográficos sobre o Brasil holandês, iniciando uma tradição que versa sobre essa temática, onde o trabalho de Josué de Castro sobre o domínio holandês está inserido.

Evidenciamos a importância de Hygino como pesquisador e explorador de documentos referentes ao século XVII da história holandesa<sup>88</sup>. Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Hygino viajou para a Holanda, em 1885, com o intuito de coletar documentos nos arquivos de Haia. De acordo com Galindo, a postura de Hygino seguiu a “tendência documentalista e positivista da época e coletou nos Países Baixos uma extensa massa documental, nativamente escrito em língua holandesa” (2012, p.297).

Assim, uma desconhecida documentação foi recolhida e entregue ao IAHGP, em 1886. Essa documentação, décadas depois, foi utilizada por José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002), na escrita do seu livro *O Tempo dos Flamengos*. Através de Evaldo Cabral de

---

<sup>86</sup> Ver: ODALIA, Nilo. **As Formas do Mesmo**: Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>87</sup> “José Hygino Duarte Pereira nasceu no Recife em 22 de janeiro de 1847. Formou-se em Direito em 1867 e doutorou-se em 1876. Exerceu o cargo de juiz municipal na cidade do Desterro, atual Florianópolis. Chegou a desempenhar atividade política na província de Santa Catarina, mas acabou Retornando ao Recife, onde foi nomeado professor na Faculdade de Direito do Recife. Em 1878 assumiu o posto de Secretário da Presidência da Província. Quando jovem, ainda estudante, chegou a alistar-se como Voluntário da Pátria para lutar na guerra contra o Paraguai. Não foi autorizado a sentar praça por ser de compleição física frágil. Manifestava – assim como seu avô José Hygino de Miranda, participante da Revolução de 1848 – fortes tendências liberais que se aproximaram do republicanismo positivista”. In: SOUZA, George Félix Cabral de. O Instituto Arqueológico e os estudos sobre o Brasil Holandês. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012. p.263.

<sup>88</sup> Vale ressaltar que na segunda metade do século XIX, Joaquim Caetano da Silva também coletou documentos em Haia a pedidos do imperador D. Pedro II. GALINDO, Marcos. Memória e cultura partilhada. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012. p.301.



Mello compreendemos como José Antônio iniciou seus estudos sobre o Brasil holandês e chegou até os documentos coletados por Hygino:

Por sugestão de Gilberto [Freyre], José Antônio começou a aprender alemão e holandês para ler a rica documentação relativa ao período batavo no Nordeste que em fins do século XIX José Higino Duarte Pereira fizera copiar nos Países Baixos. Desde o falecimento de Alfredo de Carvalho em 1916, não havendo na terra quem dominasse a língua do herege, o acervo, empoeirado e esquecido, dormia no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. José Antônio encetou sua leitura (trata-se de cerca de trinta códices). E já em 1934 contribuiu com um estudo sobre “A situação do negro sob o domínio holandês” para o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife (MELLO, 2012, p.27).

Em *Tempo dos flamengos*, publicado originalmente em 1947, percebemos como José Antônio estava próximo de Gilberto Freyre e do pensamento regionalista. Quem assina o prefácio da primeira edição é Freyre. Nela, Freyre não se intimida em revelar a sua importância na trajetória intelectual de Gonsalves de Mello, expondo seu conselho dado a ele, quando tinha ainda 13 anos: “aprenda holandês antigo para especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira” (FREYRE, 2001, p. 18).

Ainda no prefácio, Freyre enaltece *Tempo dos flamengos* pela sua abordagem sociológica, diferenciando-se dos trabalhos anteriores produzidos sobre o Brasil holandês. Evaldo Cabral de Mello, acredita que a interpretação sociológica de Gonsalves de Mello resulta da influência de Freyre.

A inspiração de Gilberto Freyre é detectável em *Tempo dos flamengos*, que constitui basicamente uma história social do Brasil holandês, explorando, por conseguinte, uma perspectiva até então inédita na historiografia do período, cujas obras fundamentais (Netscher, Varnhagen e Watjen) ou eram de história militar e administrativa ou de história econômica (MELLO, 2012, p.27).

Assim, não se limitando apenas na narração das batalhas ou no governo de Maurício Nassau, como tantos outros fizeram, Gonsalves de Mello se preocupa em tratar como essas questões, políticas e econômicas, se relacionaram com a vida urbana e a vida rural do Nordeste brasileiro no século XVII.

Percebemos as circunstâncias que favoreceram *Tempo dos flamengos* surgir na década de 1940. No entanto, aqui nós nos interessamos menos pela influência de Freyre e a utilização de uma vasta documentação presente no IAHGP e mais pela bibliografia utilizada por Gonsalves de Mello. O motivo do nosso interesse se justifica por termos identificado que Gonsalves de Mello e Josué de Castro utilizam uma referência bibliográfica semelhante.

Para a composição dos seus livros, eles se utilizaram das obras elaboradas durante o século XVII. Foi compartilhado entre eles o interesse pelos os autores: Gaspar Barleus, João Baers, Duarte Albuquerque Coelho, Joan Nieuhof e Frei Manuel Calado.

Esses autores na década de 1940 tiveram seus livros divulgados pelas editoras brasileiras. No ano de 1940 houve a edição em português do livro de Barleus, *O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau*. Dois anos depois, é publicado o livro *O valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade* de Frei Manoel Calado, um contemporâneo de Barleus. Outra obra do século XVII que também é publicada no Brasil no ano de 1942 é a de Joan Nieuhof intitulada *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Nesse mesmo período, mais precisamente no ano de 1944, é lançado o livro, *Memórias diárias da guerra do Brasil*, do cronista Duarte de Albuquerque Coelho.

Isso nos indica o interesse de uma geração sobre o Brasil holandês, a partir das traduções e divulgações dessas obras do século XVII, na década de 1940. Vemos Josué de Castro inserido nessa tendência da época, pois, como vimos, essas quatro obras são referenciadas no seu trabalho, *Fatôres de localização da cidade do Recife* que foi publicada originalmente no fim desta década, em 1948<sup>89</sup>.

Os grupos sociais partilham práticas culturais e tradições simbólicas. Sendo assim, vale destacar a figura de Câmara Cascudo (1898 – 1986), outro estudioso do assunto da influência holandesa na paisagem do Recife que também fazia parte desse mesmo ambiente intelectual<sup>90</sup>. Cascudo trata da temática do Brasil holandês como algo íntimo que

---

<sup>89</sup> Sobre o interesse em torno da temática do Brasil holandês na década de 1940, vale destacar a repercussão nos jornais da tese de Josué de Castro, *Fatôres de localização da cidade do Recife: Um trabalho sobre o Recife*. Diário de Pernambuco. Recife, sem data; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, março-abril, 1947; Estudo sobre o Recife. Revista do Comercio. Rio de Janeiro, abril, 1948; Mesa redonda de geografia humana. O Globo. Rio de Janeiro, 05/04/1948; A fundação da querida Recife. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 06/04/1948; Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 04/04/1948; Sobre Recife. O Jornal. Rio de Janeiro, 09/04/1948; Jornal do Comercio. Recife, 10/05/1948; Diário de Natal. Natal, 15/05/1948; Análise de geografia urbana. O Globo. Rio de Janeiro, 30/06/1948; Correio da Noite. Rio de Janeiro, 09/06/1948; O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, maio, 1948; Ao sair do prelo. República. Lisboa, 25/04/1948; A cidade do Recife ou um ensaio de geografia urbana. Folha do Norte. Belém, 01/06/1948; Estudos sobre o Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 15/08/1948; A Tribuna. Vitória, 13/04/1948. Recortes de jornal extraídos do Acervo Josué de Castro – FUNDAJ.

<sup>90</sup> Através da leitura das correspondências trocadas entre Cascudo e Castro, identificamos uma produção partilhada. Em carta datada de 19/12/1937, Cascudo demonstra aderir as sugestões literárias de Castro: “Seu esquema é ótimo e eu o adoto com todas as letras. Digo por que. Os títulos servirão para capítulos gerais e os detalhes serão divididos em secções, na forma abecedária” (pasta: 555 – cartas, localizada no Acervo Josué de Castro – Fundaj).

pode ser alcançado através da memória<sup>91</sup>. No seu texto *Geografia do Brasil holandês*, publicado no mesmo ano de *Fatôres de localização da cidade do Recife*, ele demonstra que se relaciona com esse período da história do Nordeste, não apenas através dos livros e dos documentos, mas também:

Na recordação inconsciente de sua visita de vinte e quatro anos, inapagável na memória nordestina. São familiares aos meus olhos e ouvidos lugares e nomes citados em Barleus, Moreau, Nieuhof e nos frades cronistas da reconquista [...] uma fase quase doméstica nas lembranças coletivas (CASCUDO Apud PUNTONI, 2012, p.32).

O que queremos dizer é que Josué de Castro está inserido nesse mesmo contexto de produção “inconsciente” de Câmara Cascudo, onde partilhavam uma imaginação sobre a história do Nordeste, no qual a presença holandesa era priorizada. Numa crítica, divulgada num jornal potiguar, sobre *Fatôres de localização da cidade do Recife*, Cascudo entende que a tese de Castro não é apenas um estudo de geografia urbana, mas também é um trabalho historiográfico, “uma contribuição preciosa aos estudos do Brasil Holandês”<sup>92</sup>.

O interessante é que na releitura dessas obras eles fizeram interpretações semelhantes. Castro e Gonsalves de Mello narram os mesmos acontecimentos e, às vezes, de forma bem parecida. O que ajuda a explicar isso é o fato de ambos se dedicarem nas suas obras a estudar o espaço urbano recifense. No entanto, também identificamos nisso o modo de pensar coletivo dos intelectuais recifenses na década de 1940.

Quando, a partir da bibliografia do século XVII, eles narram os vinte e quatro anos da presença holandesa no Brasil, destacam-se os temas: a recusa da cidade de Olinda pelos holandeses; a preferência dos holandeses pelo Recife como capital da nova Holanda; a alta densidade demográfica no Recife, a partir de 1635; a urbanização da ilha de Antônio Vaz; o plano urbano holandês; e a arquitetura do Recife.

Desses autores do século XVII, o que mais aparece tanto em *Tempo dos flamengos* (1947) quanto em *Fatôres de localização da cidade do Recife* (1948) é Barleus. Portanto, mais uma vez identificamos a aproximação entre essas obras.

---

<sup>91</sup> Sobre as marcas deixadas pelo período da dominação holandesa na memória do povo nordestino ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>92</sup> Diário de Natal. Natal, 15/05/1948. Ainda destacando como a obra *Fatôres de localização da cidade do Recife* foi sendo apropriada por um determinado grupo, realçamos o texto de Clovis de Melo, *O Recife, como as ninfas, nasceu da água*, que aparece na imprensa pernambucana em 1956. Neste texto, Josué de Castro é o autor mais citado, onde a obra *Fatôres de localização da cidade do Recife* é mencionada e Recife é identificada como “Nova Amsterdam”. Ver: Clovis Melo. *O Recife, como as ninfas, nasceu da água*. Revista Clube Internacional. Recife, Jan-Fev, 1956.

Entre as cinquenta e seis imagens que perpassam a obra de Barleus, vale destacar o mapa do castelo de Friburgo, desenhado por Franz Post<sup>93</sup> que, tanto Castro quanto Gonsalves de Mello, mencionam nas suas obras. No entanto, antes de abordarmos como eles leram esta figura de Post, iremos fazer uma reflexão sobre a produção visual onde Post se inseria.

A produção visual holandesa do século XVII, foi considerada até o século XIX como uma descrição fiel da realidade. As pinturas paisagísticas neerlandesas eram vistas como sendo cópias do mundo externo<sup>94</sup>. Nesse sentido, esta figura de Post, por se tratar de um mapa, é fortemente vinculada a uma imitação da realidade. Os desenhos de mapa procuram se aproximar da natureza, onde é comumente conferido a este tipo de figura um status de realidade. (AUMONT, 1993).

No entanto, apesar de reconhecermos que qualquer produção visual deriva de um real, entendemos que quando Post pinta o Brasil holandês o seu processo de produção é fortemente marcado pelo repertório imaginário do mundo holandês.

Sendo influenciada pelas práticas culturais do seu país, o mapa do castelo de Friburgo de Post deve ser compreendido “não só como parte de um conjunto mais amplo de produtos culturais; mas também como relacionada ao contexto maior do imaginário sobre o Brasil” (VIEIRA, 2012, p.95). Assim, na produção de Post o que vemos é também o modo de olhar holandês do século XVII.

Entretanto, não podemos negar o aspecto descritivo da produção holandesa do século XVII, que percebemos nas obras de Post e Barleus. Ambos produziram a partir da encomenda de Maurício de Nassau, dando a impressão que suas concepções de mundo se combinam. Mas, não há apenas um aspecto conotativo, vemos também a denotação, pois a tradição holandesa da época era falar por meio de uma minuciosa descrição.

A marca dessa construção cultural foi a ambiguidade entre, de um lado, a descrição visual como aspecto denotativo do impulso etnográfico; e, de outro, a remissão visual como dimensão conotativa de analogias etnocêntricas. Demonstramos que essa ambivalência está presente tanto na estrutura discursiva da narrativa de Barlaeus quanto na composição dos desenhos de Post” (VIEIRA, 2012, p.116).

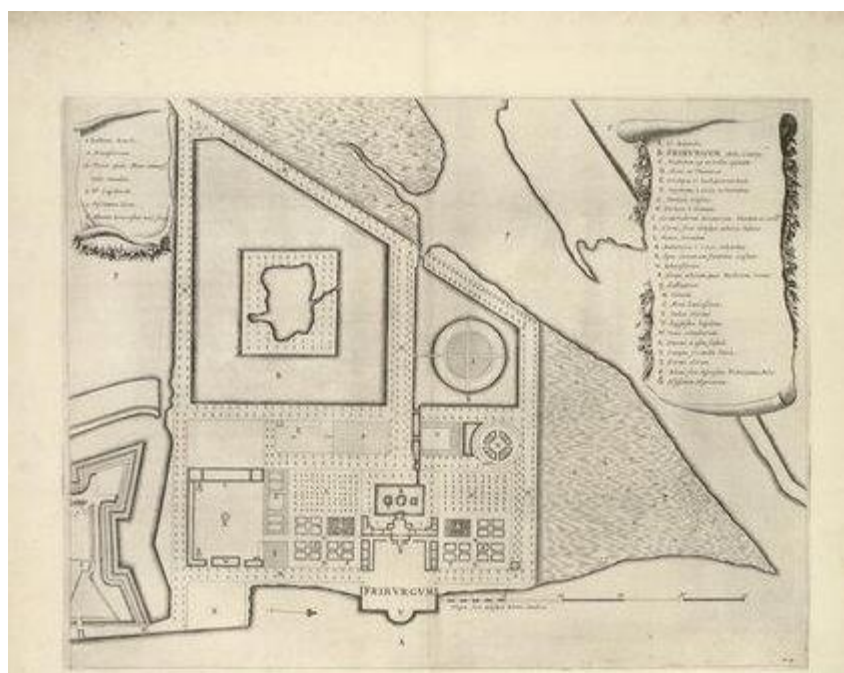
---

<sup>93</sup> Ver: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005, p. 241.

<sup>94</sup> Ver: ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever**: A arte holandesa no século XVII. São Paulo: EDUSP, 1999.

Percebemos como a obra de Post está próxima da de Barleus. Pois, é diante dessa produção compartilhada holandesa que os intelectuais pernambucanos irão se basear para construir suas próprias significações.

Retornando ao mapa do castelo de Friburgo de Post, destacamos que Josué de Castro e Gonsalves de Mello citam a gravura quando estão tratando do consumo de água na cidade do Recife no período holandês. Ambos interpretam que o Recife possuía água potável e isso era um ponto favorável na sua escolha como capital do Brasil holandês em detrimento de Olinda. Gonsalves de Mello afirmava que “a ilha constituía, para segurança do Recife, um ponto que devia ser mantido a todo custo; além das razões militares, aí é que se abasteciam de água os habitantes” (MELLO, 2001, p.55). Nisso, Castro realça a importância da descoberta de água potável no Recife e que “sua presença em Antônio Vaz significava uma grande comodidade” (CASTRO, 1948, 56).



95

Importante assinalar que além de elegerem a mesma gravura para defenderem a mesma tese, eles ainda fazem leituras bem parecidas. No mapa de Frans Post são abordados vários elementos do grande palácio onde residia Maurício de Nassau, mas ambos direcionam

<sup>95</sup> Friburgum. In: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil**. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. (figura 41).

o seu olhar para as cacimbas<sup>96</sup>. Gonsalves de Mello retira da gravura a seguinte ideia: “havia as célebres cacimbas de Ambrósio Machado – que surgem com a indicação ‘Putei’ no mapa do ano de 1637 do livro de Barleus – mas o abastecimento de água do Recife anteriormente ao domínio holandês era feito principalmente no varadouro de Olinda” (2001, p.55). Castro também enxerga as cacimbas no mapa de Post: “Barleus, em cujo livro essas cacimbas são representadas num mapa do Castelo de Friburgo, sob o nome de ‘Putei’” (CASTRO, 1948, 56).

As cacimbas do castelo de Friburgo desenhadas por Post, são utilizadas por Castro e Gonsalves de Mello para destacar as vantagens da situação do Recife em detrimento de Olinda, sua independência das águas. A cacimba é apenas mais um elemento entre tantos que eles elencam para demonstrar os pontos favoráveis para os holandeses escolherem o Recife como capital do Brasil holandês.

Enquanto Gonsalves de Mello expõe as incertezas dos holandeses na escolha da capital, onde Recife disputava com Olinda e Itamaracá a honra de ser a escolhida, Josué de Castro vai mais longe. Na narrativa de Castro, através dos relatos de Pernambuco que chegavam na Europa, os holandeses vieram “reencontrar, deste outro lado do atlântico, um tipo de paisagem até certo ponto familiar” (1948, p. 40). Para Castro, os habitantes de Amsterdam se sentiram “em casa” na planície encharcada do Recife devido as semelhanças geográficas entre as duas cidades.

Surge, pois, como algo familiar aos olhos dos holandeses aquela paisagem da planície do Recife, com os seus linguados de areia, suas ilhas, seus mangues, seus pauis, seus braços de mar, seus arrecifes, seus deltas, seus dédalos fluviais. Só um traço dessa paisagem parece absurdo e chocante ao olhar agudo do invasor: a colina edificada de Olinda (CASTRO, 1948, p. 42).

A impressão que temos é que das caravelas, antes mesmo de pisar em terra firme, os holandeses, na visão de Castro, já tinham certeza que naquela planície alagada iriam construir uma cidade aos moldes do padrão do norte europeu<sup>97</sup>. Enquanto isso, à Olinda só restava o sentimento de repúdio.

---

<sup>96</sup> Não é possível identificar, precisamente, a cacimba no mapa, pois a legenda da figura se encontra ilegível. No entanto, supomos que a cacimba seja o círculo que se encontra no centro do desenho.

<sup>97</sup> Destacamos a importância da obra do português Gabriel Soares de Souza, que no século XVI descreve o litoral pernambucano, inclusive os rios. Ver: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. Quando Josué de Castro descreve a eficiência do ancoradouro do porto do Recife, menciona Gabriel Soares de Souza: “com razão escrevia Gabriel Soares de Souza, em 1587, que, ‘entrando para dentro ao longo do Arrecife, fica o rio morto’”. CASTRO, Josué. **Fatôres**

O Recife parece destinado a ser a capital do Brasil holandês, por causa dos elementos propiciados pela natureza. Não era à toa, que os intelectuais pernambucanos professavam, durante a década de 1940, que o Recife era a capital do Nordeste. Enfatizando o Recife como a cidade que indiscutivelmente seria a “Nova Amsterdam” servindo como a capital dos Países Baixos na América, eles ajudam a cristalizar uma ideia de Recife como cidade moderna e centro do Nordeste.

Essa ideia de Castro está atrelada à tese principal do livro que é analisar os fatores que influenciaram no surgimento da cidade do Recife. Em outro momento, iremos demonstrar a ênfase de Josué de Castro na invasão holandesa, nesse processo de germinação do Recife. No entanto, prosseguiremos confrontando as obras de Gonsalves de Mello com a de Castro.

Destacamos outra ocasião em que ambos abordam a mesma fonte. Castro e Gonsalves de Mello analisam a gravura denominada *T’Recif de Pernambuco*<sup>98</sup>. Novamente, a fonte que é utilizada pelos dois aparece para tratarem do mesmo problema. Agora o tema tratado por eles é a elevada população do Recife nos primeiros anos da dominação holandesa em terras nordestinas.



99

**de Localização da Cidade do Recife:** Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. P. 31.

<sup>98</sup> Obra que se encontra localizada atualmente no Museu do Estado de Pernambuco.

<sup>99</sup> Panorama do Recife a partir do ângulo do mar, onde se exalta a edificação da cidade que se localiza no centro da figura. Recife dos primeiros anos da ocupação holandesa – reprodução da gravura que leva o título “T’Recif de Pernambuco”, sem data nem indicação de autor. In: CASTRO, Josué. **Fatores de Localização da Cidade do Recife:** Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. (figura 4).

Ambos destacam que após Olinda ser incendiada a população de Recife alcança o número de sete mil pessoas e a partir daí começa o seu desenvolvimento. Através da gravura, eles destacam a urbanização do Recife enfatizando a verticalização dos prédios. De acordo com Castro, “com o levantamento dos andares das casas, como se pode ver numa gravura da época, que corresponde ao período de 1632 a 1635, e que leva o título T’Recife de Pernambuco, na qual surgem os primeiros sobrados” (1948, p. 46, 47). Para Gonsalves de Mello a gravura “nos mostra o Recife bastante edificado, sobressaindo casas com dois andares” (MELLO, 2001, p.54).

Outra vez, a partir de uma documentação do século XVII, eles constroem uma mesma significação para Recife. O olhar do século XVII procura descrever a situação urbana dos primeiros anos da ocupação holandesa no Recife. Parece querer dizer que em poucos anos levantaram uma cidade onde antes só havia areal e mangue. Talvez para conseguir apoio da Companhia das Índias Ocidentais em fazer do Recife a nova capital.

Três séculos depois, a gravura é vista com admiração fazendo dessa imagem um marco para criar a identidade da cidade. Eles consideram a obra uma descrição fiel da realidade. Transformando um relato pictórico em informação exata, fundam uma imagem do Recife de uma cidade que já nasce estritamente urbana.

Alpers, nos alerta que a arte holandesa do século XVII, é compreendida até o século XX como uma descrição do real. A partir de uma leitura de Panofsky ela sugere que vejamos nas figuras holandesas os significados secundários, pois “os iconógrafos concluíram que o realismo holandês é apenas aparente” (1999, p.36).

Entre as imagens pictóricas presentes no livro de Barleus há uma em especial, que Castro se demora sobre ela. A imagem é denominada *Mauritiopolis Reciffa et circumiacentia castra*<sup>100</sup>. Intitulada em latim<sup>101</sup>, podemos traduzir por “Ilhas do Recife e campos

<sup>100</sup> A imagem se encontra em: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. p.249.

<sup>101</sup> O livro de Barleus foi escrito originalmente em latim. Ver: BRANDÃO, Cláudio. Nota sobre a edição de 1940. In: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. Vele ressaltar, que Alpers estudando o holandês Constantijn Huygens (1596 – 1687) destaca que ele também escrevia seus textos em latim, nos fazendo acreditar que Barleus se insere numa prática comum entre os letrados holandeses do século XVII. In: ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever**: A arte holandesa no século XVII. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 47.



circundantes”. Como indica o título, a gravura expõe uma vasta área, o centro urbano e a área rural. No entanto, a maior parte da imagem é composta por ambientes naturais e molhados. As únicas áreas urbanas diretamente identificáveis são o que conhecemos hoje como o bairro do Recife e o bairro de Santo Antônio que não abrangem um terço do total da gravura.

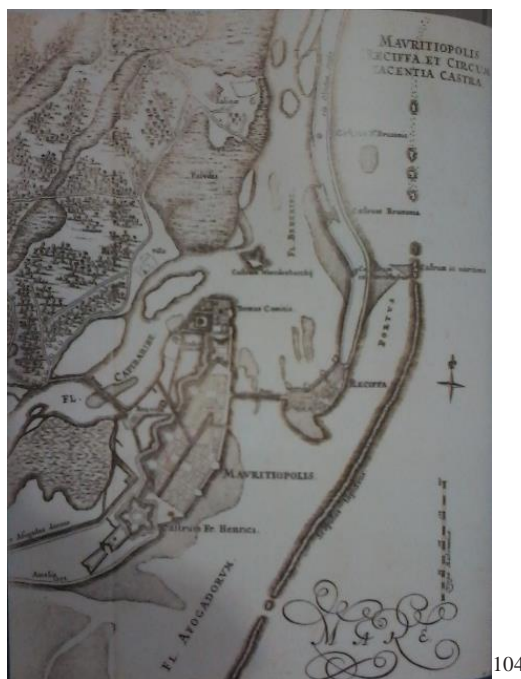


102

No entanto, essa imagem aparece no livro de Castro recortada<sup>103</sup>. Pouco da área natural permanece. No recorte de Castro, a ilha de Antônio Vaz fica no centro e é nela que ele concentra sua atenção. Destaca nas imagens o Forte das Cinco Pontas e o Forte Ernesto. Também realça as partes molhadas, os canais que “drenam a ilha pantanosa e servem de meio de transporte” (1948, p. 58).

<sup>102</sup> Mauritiopolis Reciffa et circumiacentia castra. In: BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005. (Figura 40).

<sup>103</sup> Na lista de ilustrações utilizadas na tese de Castro, ela é a figura número oito.



Na gravura, para Castro, “o que, de logo, chama atenção no plano é a sua precisão geométrica” (1948, p. 58). Além disso, ele percebe nos traços do desenho da cidade, a presença da Escola Urbanística de Amsterdão, no qual ele considera capaz de promover uma cidade moderna como se via no norte europeu.

Castro se propõe a elaborar um texto de geografia urbana em *Fatôres de localização da cidade do Recife*, por isso, na leitura que ele faz da obra de Barleus, ignora a maior parte do livro, pois Barleus se preocupa excessivamente em narrar as batalhas militares. Mas, tem um momento específico da obra de Barleus que mais lhe interessa: quando Barleus se dedica a descrever as obras de Maurício de Nassau. Por conta das intervenções urbanísticas causadas pelas obras de Nassau, como a construções de palácios e pontes, é de se supor que essa é a parte do livro mais privilegiada por Castro.

Barleus narra passo a passo como Nassau edifica a ilha de Antônio Vaz que será rebatizada e conhecida como Mauriciópolis. Segundo Barleus, Nassau “adquiriu a sua custa aquele terreno, transformando-o num lugar ameno e útil tanto à sua saúde e segurança como à dos outros” (2005, p.176)<sup>105</sup>. Assim, Barleus aponta os parques, a plantação de árvores

<sup>104</sup> Plano da cidade Maurícia – Mauritzstadt – reprodução da obra de Barleus. In: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. (Figura 8).

<sup>105</sup> Gonsalves de Mello discorda de Barleus. Ele defende a tese de que o terreno foi adquirido pela WIC e diz que se repete a ideia de que Nassau comprou a ilha de Antônio Vaz, porque “um dos vícios da antiga historiografia, que parece considerar mais importante a lição dos ‘mestres’ do que a dos documentos”. In: MELLO, José

frutíferas, os canais, os dois palácios, as duas pontes como as grandes construções de Nassau na ilha de Antônio Vaz.

Castro faz várias menções a essa parte do livro de Barleus<sup>106</sup>. E talvez por influência de Barleus, Castro trata dos mesmos temas e faz interpretações, diferente de Gonsalves de Mello, não entrando em choque com as de Barleus. O próprio Castro trata o livro de Barleus como uma fonte valiosa e evidencia a importância de seus escritos:

O grande Barleus, que tão bem compreendeu o Brasil, apesar de nunca aqui ter estado, e que, com tanto entusiasmo e fidelidade, contou a epopeia nassoviana, exprime bem essa atitude ambivalente da cidade em sua infância inquieta (CASTRO, 1948, 66).

No entanto, acreditamos que essa fonte quando utilizada por Castro torna-se outro discurso. Os trechos de Barleus são recombinaados, deslocando o significado primeiro. Se por um lado, para os leitores de Barleus no século XVII, aquela descrição seria entendida como um elogio à bravura militar e a capacidade mercantil dos holandeses, por outro, para os leitores de Josué de Castro em meados do século XX, os trechos que aparecem de Barleus servem para enaltecer o plano urbano da cidade do Recife, domado às águas, evocação que ele quer instituir como imagem do Recife.

Evidenciamos como o livro de Barleus é um documento precioso para Castro, pois, para entender o século XVII, não foi possível para ele se utilizar da vasta documentação presente no Arquivo Real de Haia. No prefácio da sua obra, ele expõe os locais onde coletou matérias para construir sua tese<sup>107</sup>. Apesar de relatar que realizou uma viagem para a Holanda, ele não menciona o arquivo de Haia. Ele exalta a colaboração do H. N. Ter Veen, professor de Geografia Urbana da Universidade de Amsterdão. Entretanto, nos parece que o que ele procurou na Holanda foi mais uma contemplação da paisagem, onde se surpreende com os “traços culturais da maior significação para o estudo das possíveis influências holandesas na paisagem cultural do Nordeste do Brasil” (1948, p.6).

---

Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p.75.

<sup>106</sup> Encontramos em *Fatores de localização da cidade do Recife* citações, retiradas deste momento da obra de Barleus, nas páginas: 54, 57, 60, 66.

<sup>107</sup> Menciona: o Museu do Estado de Pernambuco; a Biblioteca do estado de Pernambuco; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Diretoria e de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife; Diretoria de Estatística da Prefeitura do Recife; Centro de Estudos Geográficos de Lisboa.

Vale ressaltar, que possivelmente Josué de Castro não dominava a língua holandesa do século XVII. Todos os textos utilizados por Castro em *Fatôres de localização da cidade do Recife* são quase sempre em língua portuguesa e algumas poucas vezes aparecem textos em francês. Assim, entendemos que Castro se beneficia da tradução e publicação dos textos holandeses no Brasil na década de 1940.

Além dos já citados autores do século XVII, vários livros dos contemporâneos de Josué de Castro também foram publicados na década de 1940 sobre a temática do Brasil holandês<sup>108</sup>. Castro se utiliza dessas obras para construir a sua. Como já foi dito, dentre os seus contemporâneos, o mais citado é o historiador Gonsalves de Mello.

Gonsalves é citado por Castro para enfatizar que o Recife antes da chegada dos holandeses era uma pequena vila portuária dependente de Olinda, um “burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha que vir de Olinda” (MELLO Apud CASTRO, 1948, p.35). A expressão “burgo triste”, aparece mais uma vez na obra de Castro (1948, p.99), mas, nesse momento, Castro não referencia Gonsalves. A apropriação desta expressão por Castro, nos indica que eles tinham a mesma compreensão desse recorte histórico.

Em outro momento do livro *Fatôres de localização da cidade do Recife* Gonsalves é mencionado para reforçar o argumento de Castro de que a Companhia das Índias Ocidentais tinha boas informações do Nordeste brasileiro antes mesmo da invasão. Eis o trecho de *Tempo dos flamengos* que brota no livro de Castro:

Há anos que vinham sendo reunidos na Holanda dados e informações sobre a capitania de Pernambuco, a configuração da sua costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos; a sua riqueza, a sua agricultura. Navios holandeses visitavam pacificamente portos pernambucanos, prontos sempre, porém, para se transformar em piratas. Há relações detalhadas em documentos de origem holandesa sobre a costa pernambucana” (MELLO Apud CASTRO, 1948, p.40).

Quando Castro deseja enfatizar a ideia de que Recife era o lugar ideal para os holandeses levantarem a cidade que seria a capital do Brasil holandês, ele novamente encontra em Gonsalves de Mello ideias com as quais ele concordava. Assim, para eles os holandeses se sentiam “mais garantidos junto ao mar, perto dos seus navios” (MELLO Apud CASTRO, 1948, p.49).

---

<sup>108</sup> Entre os seus contemporâneos, são citados na sua obra: José Antônio Gonsalves de Mello, Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, José Honório Rodrigues, Joaquim Ribeiro, Gilberto Freyre, Olímpio da Costa Filho, Mário Sette.

Além disso, vale destacar que Gonsalves de Mello teve acesso à uma larga documentação holandesa do século XVII que ele utiliza para tratar do conhecimento holandês sobre o litoral brasileiro antes da invasão, material que indiretamente Castro se apropria por meio de longa citação que vimos acima.

Nesse sentido, realçamos que não foram apenas as interpretações de Gonsalves de Mello que são apropriadas por Castro, como também ele utiliza-se de quatro documentos tratados por Gonsalves de Mello, como: um relato do Conselho dos XIX e três cartas trocadas entre os militares holandeses<sup>109</sup>. Estes documentos versam sobre o dilema dos holandeses na escolha da capital do Brasil holandês.

Em outro momento de *Fatores de localização da cidade do Recife*, Castro discorda de Gonsalves de Mello. Nessa ocasião, Castro se aproxima de Cascudo para refutar os argumentos de Gonsalves de Mello sobre a questão da influência da presença holandesa na arquitetura do Recife<sup>110</sup>. Vejamos abaixo um trecho da fala de Josué de Castro contestando os argumentos de Gonsalves de Mello sobre a influência da arquitetura holandesa no Recife:

É uma pena que o Sr. Gonsalves de Mello Neto que em todo o seu livro se documenta tão escrupulosa e maciçamente para fazer qualquer afirmação, tivesse lançado esta, certamente se deixando influenciar por opiniões anteriores [no caso, as de Gilberto Freyre], sem se deter um pouco mais na análise dos fatos. Se ele o houvesse feito, teria verificado que não houve no caso qualquer influência holandesa [na arquitetura do Recife]. (CASTRO, 1948, 76).

Entendemos que o incômodo de Castro com as reflexões de Gonsalves de Mello acerca da arquitetura do Recife é porque Castro identifica que Gonsalves de Mello fala a partir dos estudos de Freyre. Então, Castro se dedica a desconstruir as afirmações de Freyre, assim como fez contundentemente em outra obra de sua autoria<sup>111</sup>. Esses conflitos que Castro

---

<sup>109</sup> Na obra de Castro, estes quatro documentos se encontram, em: CASTRO, Josué. A fundação da cidade. In: **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. No livro de Gonsalves de Mello, estes documentos são expostos, em: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Os holandeses e a vida urbana. In: **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

<sup>110</sup> Esse debate em torno da arquitetura do Recife encontra-se em: CASTRO, Josué. Localização e crescimento da cidade. In: **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948.

<sup>111</sup> Em *Geografia da fome*, Castro ao discordar de um argumento de Freyre, parece desmerecer a figura dele como cientista e com hostilidade deprecia a sua principal obra: “A rigor, o sociólogo [Freyre] não deveria escrever ‘os mais bem alimentados’, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta, destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. Quando um sociólogo ignora que proteína e albuminóides vêm a ser a mesma coisa e cai na pachecada de escrever que a nutrição da família colonial brasileira é de má qualidade ‘pela pobreza evidente de proteínas e possível de albuminóides’, (Casa Grande &

trava com Gonsalves de Mello e, principalmente, Freyre, indicam que apesar deles produzirem a partir de um mesmo imaginário social instituído, eles buscaram fazer leituras próprias e, assim, instituíram novos significados<sup>112</sup>.

Quando *Fatôres de localização da cidade do Recife* é lançado, surge em companhia de diversas outras obras que tratavam da mesma temática, como já foi mencionado. O aparecimento dessas obras não é casual. Ao contrário, essa convergência indica que havia entre os intelectuais um desejo de construir uma nova história para o Nordeste brasileiro, principalmente o Recife. Procuraram reforçar um imaginário que colocaria a influência da cultura holandesa no Nordeste do Brasil em lugar de destaque, onde tudo que se via parecia ser do tempo dos flamengos<sup>113</sup>.

Estas obras sobre o Brasil Holandês produzidas na década de 1940, parecem perdurar no imaginário social, principalmente em Pernambuco. A imagem de um Recife aquático que Castro oferece parece ter influenciado a imaginação de uma geração. Nesse sentido, entendemos que Clovis Melo, por meio da produção de Castro, também enxerga o Recife como “uma planície sedimentar, quase abaixo do atlântico, cortada e entrecortada pelos braços do Capibaribe e favorecida pelo conúbio deste rio com o Beberibe”<sup>114</sup>. Neste texto de Clovis de Melo, percebemos a aproximação da descrição do seu Recife com as descrições que Castro expõe em *Fatôres de localização da cidade do Recife*. Entendemos que Clovis de Melo opera uma releitura, fazendo daquilo que Castro instituiu seu material para produzir a sua própria narrativa<sup>115</sup>.

---

Senzala, 1.<sup>a</sup> edição, p. 63) não se pode mais levar a sério a sua obra científica. Porque a verdade é que esta ignorância lapidar daria para reprovar qualquer aluno secundário que estivesse fazendo seu exame de história natural, de química ou mesmo de economia doméstica”. Ver: CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p.145,146.

<sup>112</sup> Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>113</sup> No prefácio da obra *Tempo dos flamengos*, Gilberto Freyre retoma a ideia de Alfredo de Carvalho de que diante de uma construção antiga, um morador questionado sobre a origem dela, ele irá responder: “é obra do tempo dos flamengos”. O próprio Freyre também constata esse imaginário social: “a lenda persiste, ainda há pouco encontrei-me face a face com ela, viajando por terras de Alagoas outrora ocupadas pelos holandeses. ‘Coisas do tempo dos framengos’, disse-me mais de um homem rústico diante de ruínas perdidas entre o mato”. Ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. P.20.

<sup>114</sup> Ver: Clovis Melo. O Recife, como as ninfas, nasceu da água. *Revista Clube Internacional*. Recife, Jan-Fev, 1956.

<sup>115</sup> No entanto, destacamos que Castro em 1940, antes da publicação de *Fatôres de localização da cidade do Recife*, já aparece como uma referência quando o assunto é a cidade do Recife. Ressaltamos ainda que ele já

Assim, a narrativa sobre o Brasil holandês serve para Castro reforçar no imaginário social o Recife como sendo uma cidade moderna. Retornando ao século XVII, Castro ainda estabelece a origem da cidade e a sua própria identidade: as águas.

### 3.2 Os rios míticos de Josué de Castro: as duas margens

"Tu não podes descer duas vezes no mesmo rio,  
porque novas águas correm sempre sobre ti"  
Heráclito de Éfeso<sup>116</sup>

Quando olha para o Recife Josué de Castro enxerga os rios. Contemplando aquele elemento da paisagem<sup>117</sup>, ele deseja explicar aquilo que vê. Nessa sua narrativa sobre o rio, percebemos um conjunto de significados que transformam aquilo que o seu olho apreende em imagem. Na paisagem do Recife que Josué de Castro vê, o rio aparece como principal elemento e está presente nas suas mais diversas narrativas sobre a cidade. Assim, consideramos que a imagem do Recife que aparece na produção de Josué de Castro é fortemente transpassada pelos rios. O Recife que ele significava na época é todo penetrado pelos rios, inclusive a questão da colonização holandesa. Então, convém nos aproximarmos dos significados atrelados aos rios para compreendermos a imagem do Recife de Josué de Castro.

---

aparece vinculado a um grupo de intelectuais que fazem do rio Capibaribe um elemento de destaque na paisagem da cidade. Nesse sentido, evidenciamos o texto de Nélio Reis, em 1940, que ao falar da paisagem do Recife menciona Josué de Castro para destacar a importância do rio Capibaribe: “foi o Capibaribe quem contou a José Lins do Rego as aventuras do moleque Ricardo; foi ele quem narrou, tim-tim por tim-tim, a Gilberto Freyre, a vida dos mocambos; foi ele que andou esgravatando coisas interessantes e dando para Josué de Castro contar pra gente; e é ainda este abelhudo de mão-cheia que anda metendo coisas no ouvido de Mário Sette para um magnífico romance”. Ver: O encanto da cidade e os mil aspectos de sua fisionomia. Revista Carioca. Rio de Janeiro, 01/06/1940.

<sup>116</sup> Através dessa imagem proposta por Heráclito, enxergamos no rio o seu fluxo e este rio nos ensina a ver o mundo numa constante transformação. Sobre a metáfora do movimento, Ver: ÉFESO, Heráclito. In: **Os pré-socráticos**: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.32.

<sup>117</sup> Ressaltamos que entendemos paisagem como algo que é elaborado internamente pelo o indivíduo. Ver: SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996; BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991. Realizamos uma discussão mais detalhada na introdução desta dissertação.

Refletindo sobre o modo como Josué de Castro se relaciona com a natureza e constrói sua paisagem, destacamos como as águas foram significadas. Pois compreendemos que no caso de Josué de Castro, seria esse seu recorte, de uma visão primordial, onde ele sente e entende a cidade do Recife.

Schama (1996) nos faz entender que os lugares que são atravessados por rios, mantêm com ele uma relação de intimidade, onde é atribuído ao rio um aspecto mágico. Dessa relação com o rio surgem, num determinado momento histórico, significações complexas provenientes do olhar do homem que comporta lembranças, mas também investem numa projeção de futuro devido ao caráter criador do imaginário.

Assim, é importante destacar que analisamos a narrativa de Josué de Castro sobre os rios, a partir das reflexões do Simon Schama. Schama (1996), estudando como a paisagem interage com a cultura, enumera três elementos da paisagem que possuem uma forte carga de significados: Terra, Água, Rocha. No elemento Água o rio aparece como o componente que tem o significado mais acentuado. É atribuído isso à propagação do mito de Ísis e Osíris<sup>118</sup> que fundou no ocidente uma tradição literária do rio mítico, como exposto anteriormente<sup>119</sup>.

O mito fluvial dos egípcios tem um significado incerto, pois a história de Osíris trata da vida e da morte, das grandiosas cheias do Nilo que fertilizam e ao mesmo tempo trazem consigo o poder nefasto. Essa ambiguidade será constantemente retomada, fazendo emergir tensões de significados sobre o rio em diferentes espaços e tempos. Em uma determinada louvação a Osíris no Livro dos mortos, podemos perceber a dupla face do Nilo:

O Nilo surge com tua morte, fazendo os homens viverem com os efluxos que escoam de teus membros, fazendo todas as terras cultivadas vicejarem com tua vinda, grande fonte das coisas que florescem, seiva das plantas, senhor de milhões de anos, sustento das feras, dono do gado; o esteio do que existe no céu é teu, do que existe nas águas é teu (Apud SCHAMA, 1996, p.263).

Um rio que disponibiliza meios para a sobrevivência humana é o mesmo rio que pode engolir tudo que está nele ou próximo dele. O Nilo frutifica, mas exige sacrifícios. É essa imagem de um rio que fecunda e mata que parece estar presente no imaginário de Josué de Castro a respeito, principalmente, do Capibaribe.

---

<sup>118</sup> O mito de Ísis e Osíris, narra a história da morte e ressurreição de Osíris que representa as cheias do rio Nilo. Ver: SCHAMA, Simon. Fluxos da consciência. In: **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996

<sup>119</sup> Schama demonstra que o mito de Ísis e Osíris foi relido pelos gregos e romanos e desde então permanece a ser retomado. Ver: SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996.



Josué de Castro também consegue enxergar esses dois significados míticos nos rios que atravessam o Recife, o Capibaribe e o Beberibe, onde “corriam, para um lado, os rios da fortuna e, para outro lado, os rios da miséria” (CASTRO, 2007, p. 70). Sendo assim, inicialmente, abordaremos o rio que fecunda, desenvolve e fomenta a prosperidade do Recife. Depois, trataremos do rio como destruidor, mortífero, que é cenário do ciclo do caranguejo.

Encontramos na produção de Castro um discurso que trata dos rios como sendo algo linear, sem mistérios. É um rio comportado que identificamos em alguns momentos dos seus textos quando ele se propõe a decifrá-lo. Esse rio surge quando Castro olha de longe, com racionalidade e, às vezes, utilizando mapas. Neste momento do trabalho, iremos privilegiar os rios, Capibaribe e Beberibe, aos quais são associados a fertilidade do Recife, onde a cidade toma posse deles e os controla.

Percebemos que a tradição literária do grande rio do Egito não foi totalmente tragada pela pretensão do racionalismo ocidental e, ao contrário, ainda está bem presente no imaginário social do século XX. A frase “o Egito é um dom do Nilo” de Heródoto é considerada como uma frase que surge do primeiro contato de um grego com o Nilo. Heródoto serviu de base para a elaboração dos dois textos mais famosos sobre o Nilo na Roma Antiga: o livro *Sobre Ísis e Osíris* de Diodoro Sículo e o livro *Obras morais* de Plutarco. Essa versão helenizada do Nilo foi instituída na Europa e desde então as suas releituras obteve visibilidade<sup>120</sup>.

Josué de Castro parece ter consciência da tradição literária sobre o rio Nilo. Ainda jovem, em um dos seus primeiros textos sobre o Recife ele diz: “Heródoto dizia que o Egito era um dom do Nilo. Tudo lá era fruto das águas: terras, economia e religião. Também o Recife [...] é um dom dos seus rios”<sup>121</sup>. Doze anos depois, em 1948, Josué de Castro retoma a frase de Heródoto para falar do Recife: “da mesma forma que o Egito é um dom do Nilo que lhe deu terra, economia e religião, também o Recife é um dom dos seus rios” (1948, p.67).

Aproximando o Egito do Recife, mais precisamente o Nilo do Capibaribe e do Beberibe, entendemos que isso indica que a visão que Castro tem do rio que ele contempla está atrelada a uma tradição literária milenar. Schama (1996) destaca que os mitos fluviais influenciaram todas as culturas ocidentais que se estabeleceram e conviveram nas margens de

---

<sup>120</sup> Sobre a literatura em torno do rio Nilo, ver: SCHAMA, Simon. Fluxos da consciência. In: **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996

<sup>121</sup> Recife: cidade desigual. Rio de Janeiro. Revista Carioca, 15/02/1936

rio. Assim, antes dos primeiros viajantes europeus escreverem sobre o Capibaribe, antes mesmo de verem o rio Capibaribe, as mentes dos europeus já estavam impregnadas com os mitos fluviais que vinham sendo revisitados desde o Egito Antigo.

Quando Castro recua na literatura para colocar o Recife como um dom dos rios, assim como o Egito, percebemos que nessa associação com o império egípcio Castro estabelece uma relação entre os rios, Capibaribe e Beberibe, com a noção de fertilidade.

### 3.2.1 *A ciclópica atividade arquitetônica: o rio fértil*

Para compreendermos como o Nilo tornou-se um elemento natural que significa fertilidade é necessário nos aproximarmos mais dos mitos que o cercam, do que com a sua descrição geográfica. Através de Schama compreendemos que a força da narrativa sobre a paisagem é sustentada pelos mitos da natureza que, inclusive, nunca desapareceram, pois “nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 24). Nesse sentido, narraremos brevemente a história do mito egípcio de Ísis e Osíris.

Relembrando: o mito conta a história de Osíris, o grande rei que transformou o Egito num lugar agradável e rico. Mas o seu irmão, o malvado Set, assassinou Osíris e jogou seu corpo no Nilo. Ísis, a viúva de Osíris e irmã de Set, consegue encontrar o corpo do marido e o leva para o Egito. Mas Set novamente “assassina” Osíris e dessa vez o corta em pedaços que são arremessados para lugares distintos. Um tempo depois, Ísis recupera todas as partes do corpo de Osíris, menos a sua genitália que foi jogada no Nilo. Assim, os egípcios acreditavam que era o pênis de Osíris que concedia ao Nilo um poder fecundante<sup>122</sup>.

Como mencionamos, Josué de Castro atribui aos rios que cortam o Recife essa mesma capacidade construtora. Nesse sentido, destacamos algumas expressões que ele utiliza

---

<sup>122</sup> Schama relaciona a ideia do falo de Osíris com os obeliscos egípcios que representam o raio solar significando a vida. Também ressalta essa tradição que perdura destacando que nas cidades ocidentais e inclusive nas margens dos rios é constante a presença dos obeliscos na paisagem. Os mitos fluviais repousam suas narrativas nos obeliscos que estão presentes até mesmo na praça de São Pedro no Vaticano. ver: SCHAMA, Simon. Fluxos da consciência. In: **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996.

para se referir ao Capibaribe e Beberibe que indicam esse seu imaginário, tais como: “ciclópica atividade arquitetônica”<sup>123</sup>, “colonização urbana”<sup>124</sup>, “mothers of islands”<sup>125</sup> e “makers of land”<sup>126</sup>. A seguir iremos desenvolver algumas reflexões sobre cada uma dessas expressões do Josué de Castro, pois elas se desdobram no sentido que dos rios fundou-se uma civilização.

Inicialmente o que nos chama atenção em suas referências é o termo ciclópico utilizado por Castro para aludir uma atividade do Capibaribe e do Beberibe. Castro utiliza o termo ciclópico para mencionar o trabalho dos rios na sua missão arquitetônica de formação do solo onde hoje se assenta a cidade do Recife.

A área onde se encontra a cidade do Recife que Josué de Castro contemplou, pode ser descrita geograficamente como uma planície que tem sua vegetação marcada pelo manguezal. No entanto, utilizando-se dos conhecimentos geológicos Castro acredita que essa zona dos mangues em tempos anteriores era preenchida por águas oceânicas, portanto de base areal.

Josué de Castro visualiza o trabalho árduo dos rios e exalta a sua força destacando a sua luta para transformar aquela área aquática numa planície. Castro narra assim a estruturação do solo do Recife:

O Capibaribe, trabalhando em estreita colaboração com o mar, foi depondo, pouco a pouco, seus sedimentos aluvionais em pequenas coroas lodosas e em ilhotas que, crescendo e soldando-se umas às outras, acabaram por constituir uma estrutura deltoide através da qual o rio foi lançando seus diferentes braços em meandros caprichosos, semeados de mangues e pauis. O outro rio, o Beberibe, desemboca primitivamente mais para o norte, no sopé de Olinda, no ponto chamado o Varadouro da Galeota; mas uma língua de terra que se foi formando, batida pelas areias do mar, barrou-lhe a saída e se estendeu até alcançar a pequena ilha do Recife, construída pelo Capibaribe, num ponto ao norte da ilha de Antônio Vaz (CASTRO, 1948, p. 18).

Na narrativa de Castro, nessa determinada região do litoral nordestino, o mar do oceano atlântico entrava nessa parte da costa, formando uma pequena baía cercada por morros

---

<sup>123</sup> Ver: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. p.18.

<sup>124</sup> Ver: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. p. 67.

<sup>125</sup> Significado direto, em inglês: mães das ilhas. Ver: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. p. 22.

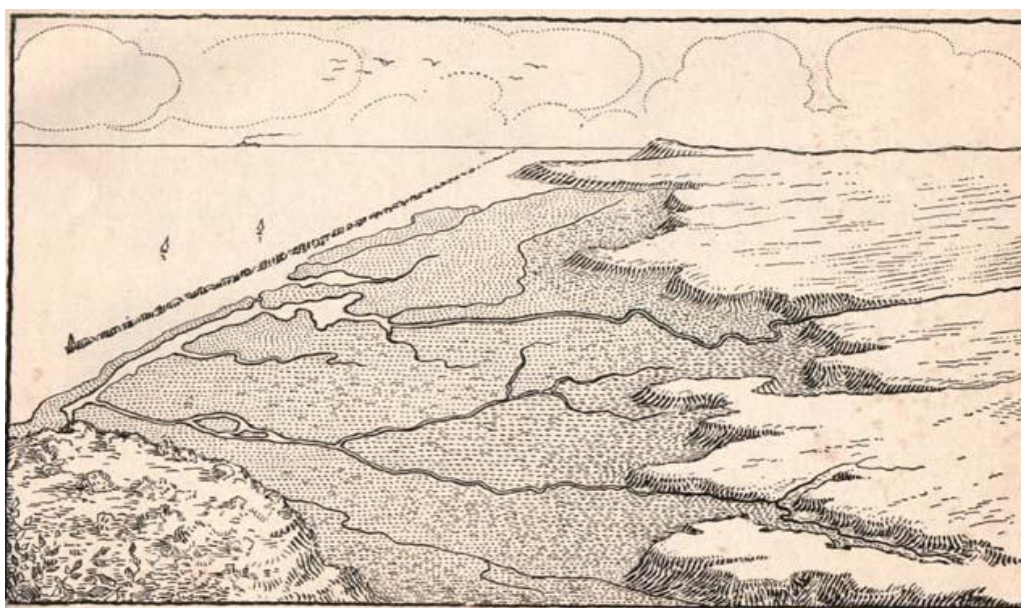
<sup>126</sup> Significado direto, em inglês: fabricantes de terra. Ver: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. p. 22.

“que em tempos pré-históricos correspondeu a uma larga enseada” (1948, p.17). É o desaguar do Capibaribe e do Beberibe nesse mar que lentamente vai construindo “pequenas coroas lodosas” que se infiltram naquelas águas e parece ter um poder de fecundar, assim como um espermatozoide quando penetra no óvulo fértil.

O recuo do mar indica um convite para os rios se lançarem e jogarem seus sedimentos. Atraídos pelo mar os rios conseguem forças suficientes para vencerem as águas salgadas do mar e iniciar a solidificação daquele ambiente. Assim, entendemos que Castro imagina que a cidade do Recife ocupa um solo de formação recente que surge fantásticamente da natureza e do sobrenatural. Desse cruzamento do mar com os rios, percebemos que são os rios que representam miticamente o elemento ativo, ciclópico, nessa fecundação.

São os rios que se destacam como elemento decisivo na formação da planície do Recife. Parece que para Castro os rios não construíram qualquer coisa, os rios construíram algo gigantesco semelhante a tantas outras narrativas empolgantes sobre os rios ao longo do tempo.

Na sua tese de geografia urbana, quando ele trata da questão da composição do solo onde assenta o Recife, ele se utiliza de um desenho como material para refletir sobre o processo geológico da região. Castro acredita que através dos estudos geológicos é possível visualizar a paisagem do Recife. Vejamos a figura:



127

<sup>127</sup> Desenho esquemático da baía entulhada do Recife, segundo J. C. Branner. Ver: CASTRO, Josué. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. (Figura 1)

Nesse desenho olhamos para a paisagem do Recife como se estivéssemos ao norte, nas colinas de Olinda. É uma projeção visual, onde o observador se localiza distante da paisagem, ao largo. Desse olhar afastado surge uma figura sem muito ornamento. É uma descrição racional da paisagem natural que pretende se aproximar do referente, acentuando seu relevo. Apesar de não ser um desenho rico em detalhes, como os de Franz Post, essa imagem pode ser considerada, por um olhar inocente, como uma descrição fiel da realidade.

Nesse sentido, Josué de Castro parece utilizar esta figura para confirmar suas interpretações sobre a paisagem natural do Recife. Para Castro (1948), a figura fala “com muita razão da baixada do Recife e tudo faz crer – as sondagens geológicas e a concatenação lógica dos fatos – ter a afirmativa foros de verdade científica” (p.35). Assim, atribuindo a figura um status de verdade, Castro considera o desenho Baía entulhada um desenho que mantém uma relação próxima da natureza, quase uma cópia exata dela.

Nos deparamos, na figura de Branner, com uma linearidade do horizonte onde tudo é plano: o mar, o mangue e o morro. Identificamos a linha dos arrecifes num mar sem ondas. E cortando todo o terreno estão uns fiozinhos de água, os rios, que vem entre os morros, atravessam os mangues, onde se ramificam e isolam núcleos de terra que parecem ser ilhotas.

Consideramos esse desenho uma imagem síntese que Castro tem do Recife. Nela estão contidos todos os elementos naturais que ele constantemente irá recorrer para falar da paisagem da cidade: planície, mar, arrecife, ilhas, rios e mangues. Sobre esse Recife “pré-histórico”, ele o descreve desta forma:

A cidade assenta nas terras baixas de uma extensa planície aluvional que se estende desde as costas marinhas, frisadas, em quase toda sua extensão por uma linha de arrecifes de pedra, até uma cadeia irregular de outeiros terciários, que a envolvendo em semicírculo, a separa das terras mais onduladas do interior. É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espraiam remansosos pela planície inundável (CASTRO, 1948, p. 16).

Castro, como geógrafo, estava preparado para narrar o meio ambiente, vendo-o de longe. Em *Fatôres de localização da cidade do Recife* há outra descrição da paisagem natural do Recife. Vale ressaltar que nessa sua obra ele insistentemente expõe, por meio de figuras e textos, a paisagem do Recife. Vejamos mais uma vez como ele descreve esse terreno plano alagado, que conhecemos como Recife:

Planície aluvional, produto da ação convergente de múltiplos fatores naturais, individualizada por traços geográficos bem marcantes: seus arrecifes de pedra,

estendendo-se como um friso à flor das águas, sua língua de terra ou Recife de areia, alongando-se por trás do primeiro, das encostas de Olinda até alcançar em sua extremidade sul, a ilha do Recife, suas outras ilhas sonolentas entre os braços embaladores dos seus rios, suas terras continentais alongadas em várzeas, mangues, charcos, pauis, entrecortadas de braços d'água e alteiando-se, pouco a pouco, em cotas hipsométricas de fraco pendor, até alcançarem a cinta das colinas que se perde de vista no horizonte” (CASTRO, 1948, p. 24).

Percebemos uma imagem de uma planície alagada. Nessa planície a água é o elemento que se destaca, é ela que dissolve a terra, abre caminhos. Tudo depende da água, seja a sua vegetação ou seu solo. Inclusive a própria planície originou-se das águas. Em outro trecho, identificamos, novamente, que Castro atribui às águas o mérito de solidificação do terreno da atual cidade do Recife:

A essa ação indiscutivelmente predominante dos rios, no assenhramento da planície, deve associar-se de logo a ação do mar, e, embora a contribuição dos elementos formadores seja desigual, tem que reconhecer-se que a planície aluvional do Recife é fluvio-marinha, formada pelos aluviões carreados pelos rios e pelas areias marinhas trazidas pelas marés (CASTRO, 1948, p. 18).

Apesar do mar ser um fenômeno da natureza com uma maior quantidade de líquidos do que o rio, nos parece que para Castro os rios, Capibaribe e Beberibe, executam o seu trabalho com coragem e firmeza fazendo equilibrar as forças aquáticas na formação do solo da cidade do Recife. Os rios assumem uma personalidade. Eles são heróis e tem energia suficiente para formar ilhas onde antes era só mar.

Castro, acreditava que foi “sem dúvida alguma o rio, ou melhor, os rios – o Capibaribe e o Beberibe – os elementos preponderantes naquela ciclópica atividade arquetônica da criação do solo do Recife” (1948, p. 18). Os rios são verdadeiros heróis, que construíram, juntos com a força impiedosa do mar, a planície do Recife, provocando, então, a admiração em Josué de Castro. Assim, o Recife é uma fabricação dos rios, uma área de solo planejado pelos rios.

Josué de Castro continuamente na sua narrativa busca os fatores que influenciaram na formação do ambiente natural do Recife. Estudando outros elementos, ele destaca os mangues<sup>128</sup>. Essa vegetação que predomina no território do Recife, Josué de Castro lhe denominará como “makers of land” e “mothers of islands”, atribuindo a essa flora uma capacidade geradora.

---

<sup>128</sup> Josué de Castro define o mangue como: “um tipo especial de associação vegetal tipicamente anfíbia, que prolifera nos solos frouxos e movediços dos estuários, dos deltas, das lagunas litorâneas – solos de transição entre os tratos de verdadeira terra firme e os ocupados permanentemente pela água - nas regiões equatôricas do mundo”. Ver: CASTRO, Josué. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1948. p. 19.

No meio ambiente tropical de áreas litorâneas, as plantas dos mangues jogam suas longas raízes em águas salobras da maré procurando, mais abaixo, as areias para se fixar. Dessas ramificações das raízes começam a surgir aglomerados de sedimentos na beira da maré.

Na perspectiva de Castro, o manguezal teve uma capacidade elevada de transformar a “água” em “terra”, no caso específico do Recife, devido a colaboração dos rios, Capibaribe e Beberibe.

É na trama desse labirinto radicular que se acumulam os detritos orgânicos trazidos pela correnteza fluvial e que se depositam os seus sedimentos aluvionais [...] assim, se desenvolveu, na planície do Recife, a ação lenta e pertinaz dessa vegetação criadora do seu próprio solo (1948, p. 21, 22).

Nessa descrição vemos o manguezal, com seu terreno lamacento de terra escura, onde habitam uma espécie de planta específica. É um terreno considerado fértil por possuir uma grande quantidade de nutrientes devido ao material orgânico que as marés e os rios põem no local. Nesse solo propício, desenvolve-se a vegetação dos mangues que com suas grandes raízes formam porções de terra e montículos. Mais uma vez percebemos a virtude geradora dos rios, Capibaribe e Beberibe, nos textos de Josué de Castro. Para ele, o rio significa uma fonte de vida.

As águas não apenas formaram o solo onde se edificaria, mais tarde, a cidade do Recife. As águas também ajudaram na expansão da ocupação urbana. Castro visualiza que inicialmente o Recife era uma planície alagada, um terreno formado por ilhas. A partir da colonização holandesa começou o aterramento das áreas alagadas e foram se estabelecendo os primeiros engenhos no decorrer do percurso do rio Capibaribe, ampliando a ocupação urbana em direção ao oeste. Esses engenhos transformaram-se em “ilhas de povoamento” que no século XX seriam os bairros que carregam consigo “denominações dos primitivos engenhos da Torre, da Madalena, da Várzea, de Caxangá, de Cordeiro, de Dois Irmãos, de Apipucos, do Monteiro, de Casa Forte, de Beberibe, de Jiquiá, etc.” (CASTRO, 1948, p.69).

Na perspectiva de Josué de Castro a expansão da cidade está vinculada aos rios. Os rios que antes contribuíram para solidificar a planície encharcada do Recife, agora participam para realizar a “colonização urbana” do solo, auxiliando que o homem tome posse de toda a planície.

Invasão da cidade foi-se fazendo rios acima, à margem dos caminhos naturais que esses rios representavam. Neste ponto, parece-nos conveniente pôr em relevo o fato de que mais uma vez predomina a influência da água nas vicissitudes e nos esplendores da vida dessa cidade. Sempre a presença da água, sempre o mar ou os

rios – principalmente os rios – dirigindo a sua localização, a sua evolução e a sua direção, enfim, a sua colonização urbana da paisagem. (CASTRO, 1948, p. 67).

Percebemos que nessas narrativas de Josué de Castro onde o rio é significado de forma positiva, há um entendimento do rio como um modelo ideal. O rio permanece com suas águas calmas, enquanto Castro faz suas observações. É um rio sagrado, porém não é misterioso. Esse rio que não oferece perigos, tem seu curso entendido como uma linha reta.

O rio é compreendido da fonte à foz. O Capibaribe e o Beberibe, são rios “que vêm de muito longe, disfarçando no acaso de seus coleios, a ânsia de se encontrarem [no Recife]”<sup>129</sup>. E nessa sua narrativa os rios são retos, incapazes de esconder qualquer segredo. A sua nascente não era misteriosa e sua morte já era conhecida.

Identificado a foz e já estabelecido o seu destino, os rios não apenas são entendidos, como podem ser controlados, explorados por meio da utilização de mapas de geometria convencional (SCHAMA, 1996). Em outro momento, com uma narrativa poética, Castro relata que após um longo trajeto, os rios, Capibaribe e Beberibe, se encontram para conceber o Recife:

Dois aventureiros de fama que se juntam com satisfação para contar suas aventuras. No ímpeto do abraço bárbaro, as águas se avolumam, se espalham e tontos da alegria do encontro, os rios perdem o rumo, saem embriagados a cambalear pelos baixios, a se esfrangalhar pelos charcos, a se deitar pelos remansos, formando, nessa boêmia de suas águas, as ilhas, os canais, os mangues, os pauis, onde se assenta esta saborosa cidade do Recife<sup>130</sup>.

Esse rio cambaleante, de caminhar incerto, nos faz imaginar que o seu itinerário é duvidoso. Castro parece se encantar com este rio que “se esfrangalha pelos charcos” sem rumo. Esse rio que denotando confusão, nos induz a pensar no outro lado simbólico dos rios que fazem o Recife em Castro.

### 3.2.2 *O ciclo do caranguejo: o rio mortífero*

Josué de Castro não enxergava apenas um rio comportado que parece ser regido por leis familiares para beneficiar a cidade do Recife. Agora, nos dedicamos a expor a outra leitura de Castro sobre os rios, Capibaribe e Beberibe, que faz surgir um outro rio. Este rio é misterioso e diante dele Castro se assombra, explica menos e se comove mais.

<sup>129</sup> Recife: cidade desigual. Rio de Janeiro. Revista Carioca, 15/02/1936

<sup>130</sup> Recife: cidade desigual. Rio de Janeiro. Revista Carioca, 15/02/1936



Como destacamos anteriormente a partir de Schama (1996), o mito fluvial do Egito Antigo tem um significado duplo. Essa tradição mítica, da morte e ressurreição de Osíris, promove narrativas sobre os rios que realçam esses dois aspectos antagônicos. No imaginário das sociedades fluviais “o rio podia conferir poder e também podia retirá-lo” (SCHAMA, 1996, p.266). Esses mitos sustentam uma tradição literária onde, o rio desperta nas sociedades fluviais admiração e temor.

Identificamos que esse imaginário está presente em Josué de Castro. O rio para ele não significava apenas uma fonte de vida, como algo que só serve ao homem e não oferece perigo. Buscamos, então, expor esse outro rio que ele também via, um rio incontrolável. Este rio, que se fortalece em detrimento do homem, é formado por lama e sangue e o fluxo de suas águas nos conta uma história de dor e morte.

Nas histórias que giram em torno do ciclo do caranguejo, Josué de Castro descreve insistentemente as imagens sombrias do mangue. Essas imagens vêm da lembrança, quando era apenas um menino, quando mantinha uma relação íntima com os mangues e seus habitantes, homens e caranguejos. Acreditamos que no decorrer da sua vida o Capibaribe continuou lhe contando histórias, que mais tarde ele soube que se tratavam de histórias coletivas, imaginárias, em nossa releitura.

Foi nas margens do Capibaribe que ele se impactou com o espetáculo da miséria, que mais tarde faria ele escrever os livros *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, relacionando aquilo que ele viu no rio da sua infância com um contexto mais amplo. Ele relembra as imagens aterrorizantes que o rio lhe proporcionou e diz que tomou “conhecimento do monstro nos mangues do Capibaribe, e nunca mais me pude libertar de sua trágica fascinação” (CASTRO, 2007, p. 22).

Nas suas histórias de ficção, ele admite se confundir com os personagens. Em *Homens e caranguejos*, publicado originalmente em 1967, ele retoma seus contos que escreveu durante a década de 1930 e questiona o seu romance: “não será mais um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma autobiografia?” (CASTRO, 2007, p. 9).

Através de suas recordações das sensações da infância, Castro demonstra que o seu olho via o rio como algo misterioso. Aquele rio que tanto lhe encantava era incompreensível. Para Castro, todos que com o rio se misturavam acabavam por venerá-lo. Para esses indivíduos, que estão tão próximos do rio, era a vegetação dos manguezais do Capibaribe que realizava um espetáculo que os assombrava.

Tendo os mangues realizado esta obra ciclópica, não admira que, hoje, sejam eles divinizados pelos habitantes desta área, embora não saibam os homens explicar como o mangue realiza este milagre de criar terra como se fosse um deus. [...] Veem, assombrado, proliferarem em torno das ilhas maiores outras pequeninas, como saídas durante a noite de seu próprio ventre, em misteriosos partos da terra que o mangue milagrosamente ajuda (CASTRO, 2007, p. 13).

Nesse trecho, entendemos que as águas são mágicas, inexplicáveis e superpotentes. Acreditamos que estas características remetem às narrativas temerárias, assombrosas, de morte e renascimento do mundo antigo, sobre os rios. Nessa perspectiva, a descrição de Castro sobre esta determinada paisagem do Recife é construída a partir desses mitos antigos.

Os rios da antiguidade, às vezes, representavam a personificação de um Deus raivoso. Com seu desejo de punir, Ele transformava o rio em instrumento de extermínio e aquelas águas malditas espalhavam o terror. Assim, percebemos que “os rios do mundo antigo também eram vistos como portadores de destruição e morte” (SCHAMA, 1996, p.265).

Através da história de Walter Raleigh (1552 – 1618), Schama nos mostra que apesar do encanto que o homem tem pelo rio, o que ocorre é que, muitas vezes, o homem é dominado pelo rio. Raleigh, um explorador, um estudioso de mapas, que observando o rio Tâmis acreditava ser capaz de se utilizar de rios para alcançar os seus objetivos.

Raleigh produziu durante a sua vida textos e mapas onde os rios pareciam levar ao Éden original, às terras solares. Entusiasmado pelas narrativas do Eldorado, pensou em fazer do rio Orenoco uma estrada aquática que lhe levasse à cidade dourada<sup>131</sup>. Para ele, o Orenoco era um rio sagrado que, com isso, o levaria projetivamente para o Éden.

Na sua expedição estavam experientes navegadores, geógrafos e soldados. No entanto, fracassaram, não encontraram o Eldorado. Retornaram com “a bagagem mais pesada de histórias que de tesouros” (SCHAMA, 1996, p.319). Assim, essa aventura de Raleigh promove histórias que retomam e fortalecem um imaginário sobre os rios.

O Orenoco é narrado como um rio lamacento e misterioso e diante de sua crueldade os ingleses tremeram. “O que os descobridores imediatamente verificaram é que o

---

<sup>131</sup> “Eldorado: Símbolo de la vivificación ‘solar’ del hombre, o, más exatamente, del rey como descendiente de la deidade que resplandece en el cielo. El mito de Eldorado o Eldorado, que se há identificado as veces erroneamente con una comarca, desde la época de la conquista española de América, deriva de la costumbre, entre la tribus de Columbia e Equador, por la cual el monarca, hijo del Sol se recubría de polvo de oro antes de bañarse en el lago sagrado de Guatavita. Ver: CIRLOT, Juan Eduardo. **Diccionario de simbolos**. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

grande rio não está ali para que eles o peguem. Ao contrário, é o rio que os pega” (SCHAMA, 1996, p.316). Através de Raleigh e narrativas afins espalha-se pela Inglaterra a representação de um rio ameaçador que com sua corrente de água suprime tudo.

Nesse mito, percebemos que o homem entende o rio como uma estrada ao paraíso, que recupera no futuro, como Eldorado, a terra perdida do Éden, do paraíso, no entanto, o rio também poderia representar a porta do inferno, como no caso do Orenoco, onde “se urinam no rio como se, com isso, pudessem matar o malvado Orenoco” (SCHAMA, 1996, p.317). Através dessa narrativa inglesa sobre o Orenoco, entendemos que os mitos da natureza persistem no imaginário ocidental e que a ideia do rio da morte egípcio aparece novamente, agora nos textos de Raleigh em pleno século XVII.

Na visão de Josué de Castro, os rios, Capibaribe e Beberibe, também pareciam pegar e arrastar pelas suas águas perigosas aqueles que estavam próximo. Os rios, com a sua fauna e flora, que em outros textos de Castro parecia fomentar o desenvolvimento da cidade e auxiliar os homens, agora são entendidos como um elemento natural ameaçador que tira mais do que dá.

A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio –, à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. Parecia que a vegetação densa dos mangues com seus troncos retorcidos, com o emaranhado de seus galhos rugosos e com a densa rede de suas raízes perfurantes os tinha agarrados definitivamente como um polvo, enfiando tentáculos invisíveis por dentro de sua carne, por todos os buracos de sua pele, pelos olhos, pela boca, pelos ouvidos (CASTRO, 2007, p. 11).

Uma literatura de terror brota nos textos de Castro. A vegetação do mangue parece ser um ser sobrenatural que com seus troncos, galhos e raízes aprisiona o homem na lama. Nesse universo misterioso, enquanto o homem está paralisado é introduzido nele “tentáculos invisíveis”, personificação das raízes das plantas da beira dos rios. Diante desse mangue sinistro o indivíduo não tem capacidade nenhuma para agir, completamente submetido só resta esperar se afundar por inteiro na lama. Enquanto isso:

Ficavam todos eles afogados no mangue, agarrados, pelas ventosas com as quais os mangues insaciáveis lhes sugavam todo o suco da sua carne e da sua alma de escravos. Com uma força estranha, os mangues iam assim apoderando-se da vida de toda aquela gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva (CASTRO, 2007, p. 11).

Novamente Josué de Castro traz elementos aterrorizantes para construir uma imagem em que o rio é o dono absoluto de tudo o que lhe rodeia, tudo lhe pertence. Visualizamos uma paisagem desesperadora, onde uma vegetação destruidora exerce com autoridade todo seu desejo nessa área sombria do Recife.

Percebemos na narrativa de Castro o emprego constante da palavra “atolado” para se referir a situação dos habitantes dos mangues, os homens e caranguejos. O que Castro sente naquela lama onde eles estão mergulhados “é um cheiro frio de lama podre, de terra morta em decomposição. Cheiro de carniça da terra que deve excitar o olfato e o apetite dos urubus” (CASTRO, 2007, p. 41,42). Vivendo enterrados naquelas terras lamacentas, nos parece que os habitantes dos mangues já estão mortos.

Mas não é apenas através do olfato e da visão que Castro constrói sua imagem aterrorizante do Recife. Ele também se utiliza da audição, pois na descrição dos mangues Josué se aproxima muito, podendo através do seu ouvido capturar o som que está a sua volta. O som que ele escuta ele nomeia como “sinfonia macabra”, que “enche com seus ruídos confusos toda a atmosfera do mocambo” (CASTRO, 2007, p. 55).

Desde o início da trajetória literária de Josué de Castro identificamos esse seu olhar direcionado ao desastre da miséria recifense. O rio para ele nem sempre refletia as luzes. Ele também conseguia capturar nesse cenário a lama suja, quase sem brilho. Vendo esse solo lamacento ele consegue capturar uma outra imagem do rio. Uma imagem bem distante daquela em que o Recife aparece, como “Veneza Americana”.

Nos mangues do Recife de Josué de Castro o indivíduo não tinha forças para escapar daquele ambiente. A fauna do mangue também é assustadora. Percebemos que Castro entendia que os indivíduos dos manguezais estavam submetidos aos desejos daquele ecossistema, inclusive dos animais que ali habitavam. Percebemos, também, nessas descrições de Castro uma dimensão conotativa, que nos oferece uma imagem de uma sociedade desigual que oprime e explora parte de sua população.

É interessante destacar a imaginação do personagem João Paulo, onde os caranguejos são verdadeiros monstros que “depois de engolir os homens se vão tranquilamente levando suas vítimas dentro do enorme baú de sua carapaça, guardada pelas patas gigantescas que se perfilam como armas agressivas” (CASTRO, 2007, p. 61). Tudo no mangue parece consumir a vida daqueles indivíduos e o mangue se fortalece à custa deles.

No mangue tudo é alimento para o caranguejo, inclusive o homem. Pois, a lama, que engole o homem, é o alimento do caranguejo. O homem dos mangues se alimenta do caranguejo, no entanto, quando falece e seu corpo penetra na lama, torna-se alimento para o caranguejo. Nesse cenário, Josué de Castro vê um ciclo alimentar que ele denomina de “ciclo do caranguejo”.

O destino da trágica vida de João Paulo é a morte. Josué de Castro finaliza o conto João Paulo em *Documentário do Nordeste*, em 1937, com a morte do principal personagem, João Paulo. Trinta anos depois em *Homens e caranguejos*, quando Castro reconta a vida do menino João Paulo, também termina sua história narrando a morte de João Paulo.

Sobre toda a paisagem do mangue estende-se agora um lençol de sombra, negra mortalha [...] enterrado nos mangues, deve estar, em qualquer parte, o corpo de João Paulo que, com a sua carne em decomposição, irá alimentar a lama que alimenta o ciclo do caranguejo (CASTRO, 2007, p. 61).

João Paulo que viveu desde pequeno atolado na lama, catando caranguejos, parece ter sido destinado a ser enterrado naquela área nefasta. Nessa paisagem mortífera, nem o astucioso João Paulo conseguiu escapar.

No conto *O ciclo do caranguejo*, Josué de Castro expõe, a partir da situação de vida da família Silva, o processo do ciclo do caranguejo. A família Silva, fugindo da seca procura em Recife meios para melhorar de vida. Sem conseguir êxito, encontra na planície aluvial do Recife, nos mangues da cidade, uma alternativa. Lá levantam o seu mocambo e catam caranguejo e “nesta placidez de charco, identificada, unificada no ciclo do caranguejo, a família Silva vai vivendo, [...] cada elemento da família marcha dentro desse ciclo até o fim, até o dia de sua morte” (CASTRO, 1937a, p.30). Depois que seus corpos ficam cobertos com a lama do rio, vivem em absoluta sujeição a ele.

Castro também nos faz ver um rio poderoso e incontrolável a partir de suas narrativas sobre as grandes cheias, que lembram as catástrofes do Nilo e as maldições de Set. O Capibaribe torna-se mais uma vez sinistro e as suas águas furiosas que vêm do agreste pernambucano proporcionam desespero aos moradores da cidade do Recife.

Os mocambos localizados nas margens do Capibaribe são carregados pela forte correnteza do rio impiedoso. Castro nos exhibe uma cidade que é toda invadida pelos rios. Através de seu olhar é impossível enxergarmos o solo.

O fluxo do rio é violento, rápido e destruidor. Temos uma noção do cenário mortífero da enchente, por meio da descrição de Castro dos materiais que as águas do rio transportavam:

Desce também muito bicho morto: carneiro, cachorro e cabra. E até vacas com o bucho enorme, distendido pelos gases, as cabeças submersas, parecendo mais baleias do que mesmo vacas. Os urubus montados nas carcaças, viajando água abaixo agarrados na sua carniça (CASTRO, 2007, p. 147,148).

Depois, quando as águas baixam, os males, incrivelmente, parecem aumentar nesse cenário desesperador que Castro nos proporciona. Após o caos da cheia que provocou perda de bens, a população dos mangues foi contaminada com desilusão.

É como se as águas baixando, carregassem com elas toda a força viva dos flagelados da cheia. Aquela força heroica que eles tinham utilizado tão bem durante o flagelo e que parecia inesgotável, mas que de repente desapareceria, desde que a cheia baixava (CASTRO, 2007, p. 157).

Através do ciclo do caranguejo, vislumbramos uma paisagem desesperadora com corpos apodrecendo nos mangues, sendo devorados pelos caranguejos. É uma narrativa que propaga uma imagem mortífera dos rios Capibaribe e Beberibe.

Entendemos que os rios, Capibaribe e Beberibe, de Castro não são os braços do Nilo. Josué de Castro não pretendia e nem poderia inventar um rio como o Nilo no Brasil do século XX. No entanto, contém na imagem dos rios de Castro significados que remetem “as antigas associações de vida, morte e sabedoria transcendental que os mitos egípcios transmitiram ao ocidente” (SCHAMA, 1996, p.277). Desde as releituras gregas que o Nilo ressurge, assim como Osíris, mais sempre de forma diferente, pois “no mesmo rio entramos e não entramos” (ÉFESO, 1996, p.101).

#### 4. OS OLHARES DE JOSUÉ DE CASTRO: OS VÁRIOS BRAÇOS DO RIO

“Ó vós que dais os olhos e o poder,  
Dais olhos através desse poder:  
Olhos que se tornaram alertas,  
Que veem a totalidade de tudo que há para ver”  
Constantijn Huygens<sup>132</sup>

A partir da leitura de Cornelius Castoriadis (1982), acreditamos que o real é incompreensível sem o imaginário. Nessa perspectiva, é impossível o funcionamento do mundo social sem o imaginário, pois o imaginário não é exterior à sociedade. Erwin Panofsky, também discute essa relação entre “realidade” e imaginário. Para ele, é impossível compreendermos o mundo apenas privilegiando um desses lados, pois a “nossa realidade só pode ser entendida como uma interpenetração desses dois fatores” (1979, p. 43). Tentar compreender o mundo pela perspectiva mecânica e racional é inviável nesse sentido, pois o imaginário e o real se cruzam, se fabricam, e qualquer contemplação humana dialoga com esses dois aspectos.

Percebemos, então, que o elemento racional não é suficiente para o homem. A vida humana necessita, além da racionalidade, de um imaginário que significa as coisas. As significações imaginárias são indispensáveis à todas as sociedades. Assim, “relações entre indivíduos e grupos, comportamentos, motivações, não são somente incompreensíveis para nós, são impossíveis em si mesmos fora deste imaginário” (CASTORIADIS, 1982, p.193).

Não podemos entender o imaginário como algo estático. Um rio, por exemplo, que atravessa a cidade estará sempre sendo ressignificado por um grupo, independente da sua geografia. Aliás, é o significado imaginário que fará o rio existir “mais real do que o ‘real’”. O nome do rio pode até ser o mesmo durante séculos, mas a significação social imaginária sobre ele está além do nome. A palavra servirá para a coletividade, em cada momento, depositar nela constantemente um diferente sistema de significados. Portanto, o imaginário é um constante movimento.

“É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”  
(CASTORIADIS, 1982, p.13)

---

<sup>132</sup> Poema presente no livro *Daghwerck* de Huygens, onde ele faz uma exaltação ao olho. In: ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: A arte holandesa no século XVII**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.69.

Esse é o conceito de imaginário que adotamos nesse trabalho. Essa noção de imaginário será fundamental para entendermos, mais adiante, a ideia de autonomia do indivíduo que servirá para se aproximar da figura de Josué de Castro.

Assim, seguindo as premissas de Castoriadis, entendemos a produção de Josué de Castro como instituidora de sentidos. Embora as suas obras se insiram num imaginário social específico, onde a sua produção é partilhada com outros artistas e intelectuais, vemos elas como criadoras de sentidos a partir de um repertório gasto.

A criação literária e científica de Castro está atrelada a uma circunstância histórica que é permeada por um imaginário instituído onde sua obra se relaciona e institui novos significados. Compreendemos a sua produção escrita como impedida de liberdade completa, pois está inserida nas relações sociais. Entretanto, por ela fazer parte dessa teia social, podemos não apenas compreender a época de Castro, como também Castro como indivíduo autônomo.

Entendemos que Castro não produz um significado completamente livre e absoluto, mas ele elabora uma criação a partir de um deslocamento de sentido por meio de um material que a sua sociedade disponibiliza para uso. Assim, para um grupo ou um indivíduo criar um imaginário, é necessário se apoiar num imaginário já estabelecido.

Nesse sentido, não procuramos enxergar o imaginário social como algo “negativo”, que domina o indivíduo e apenas o aliena. Ao contrário, é o imaginário social de uma época que possibilita a invenção de novos sistemas de significados.

É fundamental a discussão sobre imaginário social proposto por Castoriadis para apreendermos o seu conceito de autonomia. Interessado na questão revolucionária, ele se dedica em tratar dos indivíduos e das sociedades autônomas.

Partindo das teorias da psicanálise de Freud, ele vê o indivíduo dividido em dois: Ego (consciente) e Id (inconsciente). Nesse sentido, Castoriadis propõe que a autonomia se daria quando o ego dominasse o Id, sem suprimi-lo, apenas “na qualidade de instância de decisão” (1982, p.123).

Esse relativo domínio do consciente sobre o inconsciente traria a autonomia do indivíduo, pois, diferente da heteronomia, “a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu” (1982, p.124). A partir daí, Castoriadis discute sobre o “outro” que está em nós e destaca a dimensão social do



imaginário, pois o inconsciente é constituído por elementos sociais que foram impostos ao indivíduo. O perigo de se deixar levar pelo inconsciente é que “dominado por esse discurso, o sujeito se toma por algo que não é e para ele os outros e o mundo inteiro sofrem uma deformação correspondente” (1982, p. 124). Através desse enunciado, Castoriadis expõe a sua ideia de heteronomia individual.

Apesar da impossibilidade da elaboração, por parte do indivíduo, de um discurso completamente seu, ele, no “seu movimento de retomada do que havia sido adquirido, do discurso do outro, que é capaz de revelar seus fantasmas como fantasmas, não se deixa finalmente dominar por eles – a menos que assim o deseje” (1982, p. 126).

Castoriadis insiste que a autonomia não é a eliminação total do discurso do outro e nem poderia ser. A autonomia se faz na relação do sujeito com o outro, no choque dos discursos. Percebemos nisso a crença de Castoriadis na capacidade inventiva do ser humano, que é capaz de “olhar, objetivar, colocar a distância e finalmente transformar o discurso do outro em discurso do sujeito” (1982, p.127). Ainda, sobre essa relação dos limites sociais e a capacidade inventiva dos indivíduos, Castoriadis diz:

“o sujeito em questão não é pois o momento abstrato da subjetividade filosófica, ele é o sujeito efetivo totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros. O Eu da autonomia não é em Si absoluto [...] é a instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente os conteúdos utilizando-se desses mesmos conteúdos, que produz com um material e em função de necessidades e de ideias elas próprias compostas do que ela já encontrou antes e do que ela própria produziu” (1982, p. 128).

No indivíduo estão muitos e até a sua própria autonomia depende dos outros discursos. Nenhum indivíduo pode superar uma estrutura social opressiva. Não podemos entender a autonomia individual separada das circunstâncias sociais. Há uma relação entre sociedade autônoma e indivíduo autônomo:

“porque a autonomia, como a definimos, conduz diretamente ao problema político e social. A concepção que apresentamos mostra ao mesmo tempo que não podemos desejar a autonomia sem desejar-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva. [...] Se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é o seu e que tem que transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito – então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social” (CASTORIADIS, 1982, p.129,130).

Nesse sentido, é imprescindível a ideia de imaginário social que pressupõe que só é possível inventar algo dentro de circunstâncias sociais viáveis, no entanto desde que se cria

ocorre uma modificação do social. O discurso do indivíduo autônomo se apoia no instituído, e mesmo que o transforme ainda estará vinculado ao instituído<sup>133</sup>.

Assim, acreditamos que os conceitos de imaginário e autonomia de Castoriadis nos ajudam a refletir sobre a produção de Josué de Castro, no sentido de imaginar o que ele imaginou. Enxergamos suas obras inseridas num imaginário social, além do talento e percurso próprios de Josué, e buscamos evidenciar o que ela traz de novo para reinventar a imagem do Recife. Abordamos o discurso do outro sob o qual Josué de Castro trabalhou, privilegiando a sua interpretação desse discurso exterior. Portanto, entendendo Josué de Castro como um indivíduo autônomo, destacamos o que ele cria de diferente que favorece a instituição de uma nova imagem da cidade do Recife.

#### **4.1 A discussão da imagem em Panofsky, Ginzburg, Barthes e Aumont: contrapontos**

Também é importante para o nosso trabalho o procedimento de interpretação proposto por Erwin Panofsky. Ele elabora um método para utilização da obra de arte pictórica como fonte para uma análise histórica. É sugerido por ele que através das representações imagéticas o historiador pode se atrever a reconstruir algum momento histórico.

Panofsky nos alerta sobre as dificuldades que os historiadores encaram no exame do material coletado. A primeira dificuldade, que perpassa qualquer trabalho historiográfico, é que coletar material exige seleção, que é predeterminada por uma teoria. Isso demonstra que se não houver cuidado, o pesquisador já começará a pesquisa imaginando o seu fim.

O segundo problema diante das fontes visuais ou imagéticas, se refere a uma singularidade do trabalho iconográfico. O historiador iconográfico deve tratar as figuras como fonte principal de seu trabalho, mesmo sabendo que a operação historiográfica, carregada de figuras e imagens, pode, muitas vezes, exigir outros tipos de fontes. Surge, então, uma tensão entre as fontes figurativas e as fontes documentais escritas. O próprio Panofsky exemplifica a partir de seu trabalho quando propõe a postura adequada para um historiador da arte:

---

<sup>133</sup> Destacamos que desde a década de 1930, Josué de Castro ocupa uma posição privilegiada no cenário intelectual brasileiro, legitimado pelo Estado, onde por meio de Miceli (2001) e Pécault (1990), enxergamos ele como um criador de propostas em torno de um projeto novo para o Brasil. Também vale ressaltar Gramsci (1982; 1986) que nos sugere que o indivíduo só pode atuar como intelectual, organizando o espaço social, se a sociedade em que ele está inserido o permitir.

Referi-me ao retábulo de 1471 como “monumento”, e ao contrato como “documento”; ou seja, considere o retábulo como o objeto da investigação ou material primário, e o contrato como um instrumento de investigação ou material secundário (PANOFSKY, 1979, p.29).

Quando se compara diretamente a figura com o texto o historiador corre riscos, pois as duas fontes são ambíguas, abertas a diversas interpretações. Seja como for, o historiador iconográfico não pode fugir desse problema de chocar os tipos de fontes. Mas ele fracassará se no conflito das fontes os testemunhos figurativos forem desprezados. Carlo Ginzburg refletindo sobre o método de Aby Warburg<sup>134</sup>, vê esse problema como algo inerente ao trabalho do historiador iconográfico.

Para quem queira considerar as obras de arte e os testemunhos figurativos em geral como fonte histórica *sui generis*, a análise iconográfica em muitos casos pode-se mostrar insuficiente; impõe-se então o problema da relação entre dados iconográficos e dados estilísticos (GINZBURG, 1989, p.64).

Essa relação entre os documentos exige muita atenção do historiador. Entendemos que os textos sobre as figuras, quase sempre, são supervalorizados. Se a figura, como qualquer outro material, não diz quase nada é porque o pesquisador não consegue ouvi-la e quando elas falam é pelo documento escrito que já possuiria em si um sentido dado, de explicação e/ou interpretação. O iconógrafo tem que procurar ler a figura, descrevendo, identificando seus motivos e interpretando-os. Mas nem sempre se deveria ver nela aquilo que o texto já dizia.

Para conseguir através dos testemunhos figurativos compreender uma situação histórica, Panofsky elabora o método iconológico, complementar, didaticamente, ao anterior<sup>135</sup>, mas apesar dele separar didaticamente, o processo ocorre atrelado, ao mesmo tempo. Ele divide seu método em três etapas. A primeira é denominada Tema primário ou natural; a segunda Tema secundário ou convencional; a terceira Significado intrínseco ou conteúdo.

No primeiro nível o observador consegue captar as formas puras, os motivos. Por meio das experiências práticas o sujeito apreende os objetos. Neste momento, ocorre a descrição pré-iconográfica.

<sup>134</sup> Ginzburg considera que o método de Warburg influenciou toda uma geração de historiadores da arte no século XX, tais como: Panofsky, Wind, Saxl e Gombrich. Ver: GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>135</sup> Ginzburg destaca que a iconologia de Panofsky é elaborada a partir da leitura da obra de Warburg. Ver: GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

No segundo nível, o iconográfico, a descrição já aparece atrelada com uma análise. A partir de alguns conhecimentos específicos adquiridos, principalmente por uma literatura de referência, o sujeito consegue identificar o significado.

A percepção humana, no nível iconográfico, consegue elaborar uma imagem, pois consegue relacionar algo de fora com uma representação. De acordo com Panofsky, “motivos reconhecidos como portadores de um significado secundário ou convencional podem chamar-se imagens” (1979, p. 50,51). Assim, uma figura que carrega um significado é entendida como imagem. A imagem é algo que significa, podendo expressar uma sensação ou narrar uma história.

O conceito de imagem de Panofsky pode ser entendido, também, a partir da história que ele narra sobre um indivíduo que ele encontra na rua. Na cena o indivíduo retira o chapéu com o olhar direcionado para ele. Panofsky não apenas identifica as cores do chapéu, seu tamanho e o movimento de execução do braço, como o mundo dos motivos que se encaixam no nível pré-iconográfico. Além disso, Panofsky consegue compreender no ato de tirar o chapéu uma forma de cumprimento amigável. Então, esse gesto, para Panofsky, é algo que significa, é uma imagem, pois carrega em si um significante que o olhar dele consegue alcançar.

O terceiro nível, iconológico, é uma abordagem mais complexa e profunda que busca o significado a partir da interpretação de todos os elementos que se localizam nos dois primeiros níveis. Nesse momento onde ocorre a iconologia, a interpretação se utiliza de intuição sintética e relaciona o seu objeto de estudo com o contexto sócio-cultural mais amplo.

Enquanto no nível iconográfico, o pesquisador ordena, no nível iconológico, o historiador relaciona e assim reinventa, buscando alcançar os significados. A mente humana elabora, mesmo que inconscientemente, dialogando com a circunstância sócio cultural em que ela está inserida<sup>136</sup>. Assim, de acordo com Panofsky precisamos “refazer as ações e recriar as criações mentalmente” (1979, p.34). Essa recriação é denominada por ele de “intuição sintética”, que entendemos como um instrumento que ajuda o historiador a lidar com as produções figurativas, que antes de surgirem materialmente, já foram fabricadas mentalmente.

---

<sup>136</sup> Sobre a questão da criação humana ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. Castoriadis também acredita que só é possível criar algo dentro de circunstâncias sociais que possibilitem, ou seja, é através do instituído que se pode instituir.

Para captar esses princípios, necessitamos de uma faculdade mental comparável à de um clínico nos seus diagnósticos – faculdade essa que só me é dado descrever pelo termo bastante desacreditado de “intuição sintética”, e que pode ser mais desenvolvida num leigo talentoso do que num estudioso erudito (PANOFSKY, 1979, 62).

A iconologia é uma perspectiva historiográfica que não ignora o elemento irracional do ser humano. Entretanto, o historiador deve ter consciência que a sua forma de apreciação está relacionada ao seu tempo. Para se relacionar com os documentos sem ingenuidade, o pesquisador procura “ajustar-se, instruindo-se o máximo possível sobre as circunstâncias em que os objetos de seus estudos foram criados” (PANOFSKY, 1979, p.36). Então, o historiador, para se aproximar do imaginário da época da obra, deve recorrer a uma vasta documentação produzida no período de entorno dessa obra, pois a nossa imaginação não é totalmente confiável.

Através de Panofsky (1979), percebemos a importância dos elementos visuais para a compreensão de alguma situação histórica. Esses objetos são produzidos numa determinada configuração cultural, e indicam o modo de funcionamento da sociedade. Entendemos que esses testemunhos figurativos colaboram com o fazer historiográfico.

Portanto, consideramos importante a leitura da obra de Panofsky, porque ela nos auxilia na descrição e interpretação de imagens, através do seu método iconológico. Como vimos, o processo metodológico procura nas artes visuais, primeiramente, descrever as formas puras. No segundo momento, relacionar essa forma pura com conceitos, através de narrativas e alegorias. Por último, interpretar o significado do objeto levando em consideração sua condição histórica.

Então, exige-se do pesquisador um “rigor flexível” para tratar da dimensão simbólica de uma obra, corroborando Carlo Ginzburg<sup>137</sup>. Entendemos que a produção textual de Josué de Castro é carregada de significados que estão atrelados ao momento histórico em que ele viveu. Cada momento histórico, imagina e fabrica sua própria realidade. Os textos de Castro são produzidos dentro das relações sociais da sua época e, por isso, indicam a configuração social em que ele está inserido. Nesta perspectiva, visualizamos seus textos e as figuras com as quais se cerca e, ainda, aquelas que imagina, como testemunhos de uma época.

A situação social molda e é moldada pelo imaginário. As sociedades funcionam devido a uma rede simbólica, construída em cada momento histórico. Apenas a materialidade

---

<sup>137</sup> Ver: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

do mundo não seria suficiente para ele existir. A própria materialidade depende do imaginário para ser compreendida. Assim, entender o imaginário social é interpretar um determinado contexto, como diria Castoriadis, onde:

A funcionalidade toma de empréstimo seu sentido fora de si mesma; o simbolismo refere-se necessariamente a alguma coisa que não é simbólico, e que também não somente real-racional (CASTORIADIS, 1982, p. 175).

Nesta perspectiva, no entorno do imaginário social do Recife podemos compreender uma circunstância da história da cidade. Entretanto, também é possível entender como a narrativa de Josué de Castro está vinculada a este contexto cultural.

Barthes (2009) também nos ajuda a lidar com essa relação entre o conceito e a forma que é estabelecida entre as relações sociais. O mito surge dessa relação, sendo uma significação deformada. O que queremos destacar é que “o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que já existe antes dele: é um sistema semiológico segundo” (p. 205). Assim, Barthes nos ajuda a pensar estas articulações que interferem na transformação dos significantes em imagens.

Nessa perspectiva, nos parece que interpretar os textos de Josué de Castro, assim como qualquer outro texto, é trabalho árduo e complexo. A sua narrativa sobre o Recife é rica em símbolos. Assim, diante dos textos que abordamos nesse trabalho, iremos interpretá-los como imagem. Acreditamos que partindo dessa perspectiva, de ver o texto como imagem, é possível tratar da dimensão simbólica do texto que através de uma construção imaginária é capaz de significar as coisas. (AUMONT, 1993).

De acordo com Aumont (1993), a imagem deriva de um real para falar de alguma coisa. Na sua mensagem está contida um conjunto de significados que, muitas vezes, são lidos através da linguagem verbal. As imagens surgem da relação entre o espectador e o mundo e servem para intermediar essa relação.

Quando o olho humano percebe na imagem algo que pode ser compreendido como alguma coisa relacionada ao “mundo real”, é porque a imagem produzida apresenta semelhanças com o “mundo natural”. Nesse sentido, conseguimos identificar o real numa produção visual, a partir de elementos que sugerem, na nossa mente, uma imagem do real.

Aumont (1993) reflete sobre a relação entre a imagem e a realidade por meio de sua noção de analogia. Para ele, toda imagem é produzida e percebida numa circunstância social que interfere na produção e na recepção da imagem. Neste sentido, é proposto por ele

que “convém começar por relativizar, quanto possível, essa concepção ‘absolutista’ da analogia – sem que por isso se renuncie totalmente, como fazem alguns teóricos, à própria noção de analogia” (AUMONT, 1993, p.198,199). Queremos destacar com isso, que nenhuma imagem reproduz perfeitamente o seu modelo, mas algumas mantêm uma relação próxima com o natural, muito embora nunca o alcance.

Um simples desenho de um círculo amarelo numa folha de papel, pode ser percebido como um sol. Uma filmagem do próprio sol através de uma câmera poderosa de um satélite, que nos traz a imagem visual de uma esfera em chamas, também poderá ser entendida como um sol. As duas imagens visuais se referem à realidade, porém o que as diferencia é o nível de aproximação do referente.

Por maior que sejam as semelhanças entre a imagem produzida e o objeto real a que se refere, não podemos conferir status de “realidade”<sup>138</sup> à imagem, pois “a imitação deliberada, humana, da natureza, implica sempre o desejo de criação concomitante ao desejo de reprodução” (AUMONT, 1993, p.199). Assim, qualquer busca de retomar a realidade é sempre uma representação imitativa.

Entendemos que existe uma estreita relação entre a palavra e a imagem. Nos textos literários, por exemplo, as metáforas ocupam um lugar de destaque pela sua capacidade de ativar nossa imaginação<sup>139</sup>. Essas metáforas literárias são verdadeiras imagens. Nesse sentido, vale ressaltar que os elementos visuais não são os únicos capazes de promover imagens.

#### **4.2 A imagem do Recife em *Fatôres de localização da cidade do Recife e Documentário do Nordeste***

Não ignoramos, nesta dissertação, os elementos icônicos (motivos) que se encontram na produção de Castro ou em torno dela, no entanto, privilegiamos suas imagens

---

<sup>138</sup> Pensando também que a “realidade” não é o concreto real, mas algo igualmente fabricado pelo social histórico. Ver: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>139</sup> As metáforas não apenas conotam. Elas também denotam, ou seja, mostram uma certa “realidade”. Então, quando falamos em imagem englobamos o seu aspecto denotativo e o conotativo, pois ao mesmo tempo que ela descreve ela agrega valores. Ver: BARTHES, Roland, **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

mentais<sup>140</sup> que relacionam, que aparecem no decorrer da leitura de sua obra. Assim, buscamos olhar para os textos de Castro e imaginar uma imagem e, também, imaginar como ele poderia ter imaginado o Recife. Para executar essas duas operações, nos cercamos dos seus textos sobre o Recife, principalmente os que estão presentes no livro *Fatôres de localização da cidade do Recife* e *Documentário do Nordeste*.

Apesar do tema em comum, estes dois livros de Josué de Castro tem um aspecto que os diferencia. Em *Documentário do Nordeste*, Castro fala do Recife a partir da literatura de ficção, e em *Fatôres de localização da cidade do Recife* ele descreve o Recife por meio da ciência geográfica. Enquanto ele transita entre as artes e as ciências a sua visão é alterada, fazendo emergir imagens diferentes, quase contraditórias, que fazem parte da sua imagem do Recife.

Nesse sentido, nos propomos a realçar esses dois momentos da sua escrita, destacando as mudanças de olhar. Estes dois livros insinuam imagens do Recife, embora uma seja aproximada, no caso das descrições artísticas, e outra bem distante do objeto, no caso da explicação científica.

Por meio de Ginzburg, compreendemos que o conceito de racionalidade que a ciência venerou durante muito tempo está atrelado à física galileana, que buscava enxergar o mundo de longe, sem laços de afeto com aquilo que se estuda, onde “quanto mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso” (1989, p.163). No entanto, ele destaca um contemporâneo de Galileu, o médico Mancini, que, com sensibilidade, não teme estudar o anormal. Através desses dois personagens Ginzburg nos apresenta a tensão entre dois modos de conhecer o mundo:

No mapa do saber abria-se um rasgo destinado a se alargar continuamente. E certamente entre o físico galileano, profissionalmente surdo aos sons e insensível aos sabores e aos odores, e o médico contemporâneo seu [Mancini], que arriscava diagnósticos pondo o ouvido em peitos estertorantes, cheirando fezes e provando urinas, o contraste não poderia ser maior (GINZBURG, 1989, p.158).

Estes procedimentos da medicina, até o fim do século XIX, foram considerados não científicos. Era um método a ser evitado. Não era indicado se aproximar muito do objeto, pois isto implicava num envolvimento emocional que atrapalharia a pesquisa. Os cientistas

---

<sup>140</sup> Entendemos imagem mental como construção imaginária que é capaz de significar. Ver: AUMONT, Jacques. **A imagem**. São Paulo: editora Papirus, 1993.



deviam agir como Galileu, negligenciando o indivíduo, priorizando o repetível, para a construção de um conhecimento amplo que envolvesse o geral.

Queremos destacar que o olhar de Castro para o Recife tentou conciliar esses dois modos de descrição. Tentou superar a contradição entre o racional e o irracional. Então, nos cabe agora expor algumas imagens dessas obras e interpretá-las. Priorizaremos alguns trechos escritos em que ele exhibe como olha à cidade e as capas dos dois livros que nós insistimos em interrogar: *Documentário do Nordeste* e *Fatôres de localização da cidade do Recife*.

#### 4.2.1 O Recife visto de longe

Percebemos na narrativa de Castro sobre o Recife um apelo visual. Ele escreveu sobre aquilo que ele viu acerca da cidade, seja o Recife “real” ou o Recife que se mostra nas pinturas, nos desenhos e nas fotografias que promovem nele uma memória visual sobre a cidade que é integrada a um imaginário coletivo, mas também é dele próprio enquanto favorece criação, resultado de seus anseios<sup>141</sup>. Então, os seus textos procuram levar o leitor a olhar a cidade através de seus olhos.

A cidade só se deixa captar na unidade de sua expressão urbana quando vista do alto dos aviões em sua perspectiva vertical. É das alturas das nuvens que se recebem todos os eflúvios de sua poesia urbana, subindo violentamente através da atmosfera varada em todos os sentidos pelos reflexos da luz sobre as águas. [...] É impossível captar-se a expressão do seu rosto, do nível do solo ou do mar<sup>142</sup>.

Nesse trecho, destacamos a centralidade que o olhar ocupa na sua descrição do Recife. É de um determinado ângulo que ele vê a cidade e consegue compreendê-la. É uma narrativa que parte da visão.

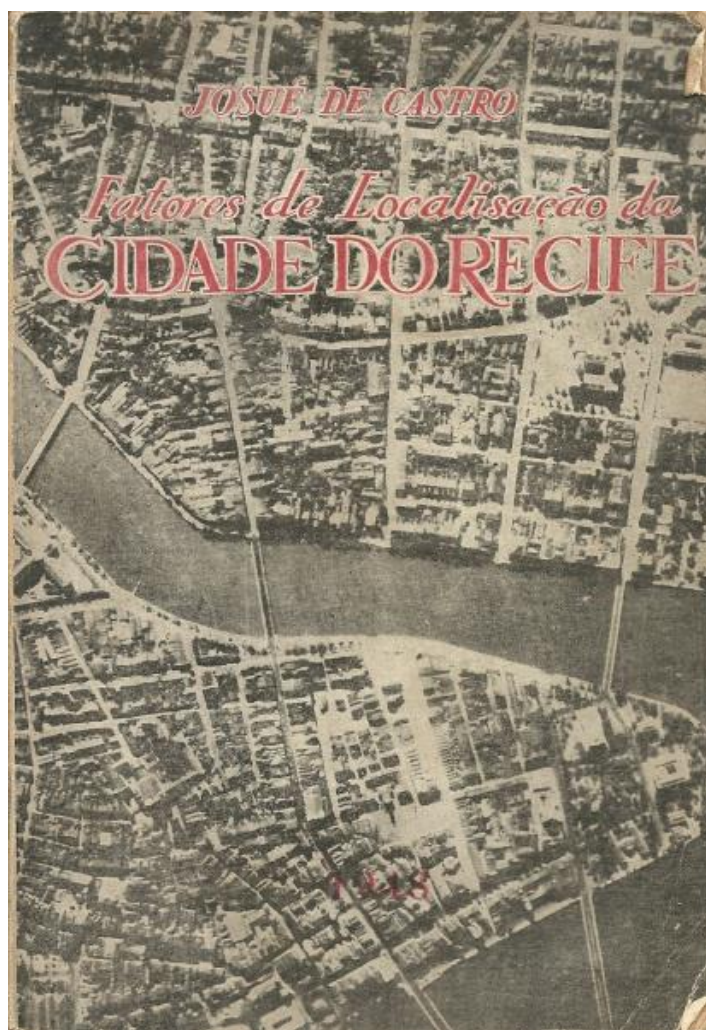
Essa cidade vista de longe, será a cidade que ele descreverá em *Fatôres de localização da cidade do Recife*. Vale ressaltar que este livro originou-se a partir da sua tese de livre docência que ele submeteu para participar do concurso na Faculdade Nacional de

---

<sup>141</sup> Ainda sobre a tradição visual, vale destacar que atribuímos às pinturas paisagísticas holandesas do século XVII uma importância na construção do imaginário sobre o Recife. Essas imagens continuam sendo vistas até meados do século XX, quando Castro está produzindo seus textos, e ainda hoje. As pinturas dos holandeses privilegiavam as águas, onde surgiam nas suas telas uma “paisagem anfíbia, onde nada parece existir além do céu e água”. In: BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.86. (Parece que eles, os holandeses, lançam um modo de ver o Recife que irá permanecer, inclusive nos textos de Castro onde as águas estão presentes em toda imagem).

<sup>142</sup> CASTRO, Josué. **A perspectiva ideal da cidade**. Correio Paulistano, São Paulo, 27/05/1951.

Filosofia da Universidade do Brasil. Com esta tese ele torna-se professor efetivo da disciplina de Geografia Humana. Vejamos abaixo a capa do livro:



143

Vemos nesta capa um Recife fotografado bem de longe, supostamente de um avião ou de algum dirigível, que voavam sobre o Recife na década de 1930. No livro, Josué de Castro não informa o fotógrafo e nem a data da fotografia. Mas, através de alguns indícios podemos imaginar o período em que aconteceu essa fotografia. Identificamos a avenida Guararapes sendo remodelada, no qual seu redesenho se deu a partir de 1938. No entanto, a ponte Duarte Coelho, que foi inaugurada em 1943, ainda não estava construída. Então, acreditamos que esta imagem foi capturada entre esses cinco anos (PONTUAL, 2001).

A fotografia contempla o centro da cidade, onde, na parte superior da capa está o bairro da Boa Vista, e na parte inferior estão os bairros de São José e Santo Antônio, cercados pelo rio Capibaribe. Vale ressaltar que esses três bairros foram inicialmente povoados e

<sup>143</sup> Capa do livro **Fatores de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948.

urbanizados pelos os holandeses. Talvez seja por isso que foi excluído da fotografia o Bairro do Recife, que já era povoado pelos portugueses antes da chegada dos holandeses.<sup>144</sup>

O aspecto natural da cidade é quase desprezado. O rio Capibaribe está lá, bem no centro da fotografia, mas não lembra aquele rio mágico que em outros momentos ele descreve. O Capibaribe nesta imagem é um rio civilizado, domado pelos desejos de uma metrópole. Um rio confiável. É um rio que não se espalha. O manguezal, vegetação que se localiza nas margens do rio Capibaribe, pouco aparece nesta fotografia. As margens do Capibaribe são retas, delimitadas com concreto. Esta fotografia é uma imagem que fala de uma cidade grande, margeada por um rio, mas sem encanto.

O que vemos nessa fotografia é o traçado urbano da cidade, a sua geometria. As ruas, avenidas e pontes exibem o plano viário da cidade que vão em direção ao subúrbio. A ocupação do solo e a distribuição dos prédios nos mostra um terreno que foi todo preenchido pela “cidade”. Aparecem na fotografia também as praças e parques. Na década de 1940, a cidade que era vista nessa fotografia, possivelmente, significava uma cidade moderna.<sup>145</sup>

Castro exercitava seu olhar através de seu método geográfico. A geografia, aos poucos, foi lhe convencendo que através de observações do espaço ele poderia compreender a realidade. Essa aproximação com a geografia e a sua mudança de olhar não alterou apenas sua trajetória de vida, como também a forma de ver a cidade do Recife.

As paisagens são inseridas na sua produção devido ao seu método geográfico. Vale realçar que o seu livro *Fatores de localização da cidade do Recife* é um ensaio de geografia urbana. Na introdução deste livro, Castro diz que a geografia urbana estuda a

---

<sup>144</sup> Como já demonstramos em outro momento deste trabalho, Josué de Castro vincula a imagem do Recife com a presença holandesa na cidade no século XVII.

<sup>145</sup> Pontual destaca que a administração municipal do Recife durante o Estado Novo se empenhou em modernizar a cidade, onde “as obras e construções públicas realizadas pelo governo de Novaes Filho abrangeram diversos aspectos construtivos [...] a abertura de avenidas e pavimentação de ruas; a construção de pontes; o parque 13 de maio e outras praças”. PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001. p.92. É interessante destacar que identificamos todas essas construções realizadas pelo Estado Novo na fotografia da capa do livro, inclusive a construção da Avenida Guararapes, principal intervenção urbana de Novaes Filho. Também destacamos que a prática fotográfica da época, no Recife, via essa mesma cidade com olhares modernos, olhares tensos, às vezes esclarecidos, outras vezes, nem tanto. “O caráter do Recife começa a aparecer em 1941, com uma geração de fotógrafos”, onde alguns “acompanharam de perto aquelas transformações urbanas, encarando as destruições, [...] para a abertura do “Novo Mundo”, a Avenida Guararapes”. Ver: SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando numa cidade de luz e de sombras**. A fotografia moderna no Recife na década de 1950. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2005. P. 163.

paisagem cultural. Então, no decorrer do livro ele constantemente busca descrever paisagens. Assim, com a sua insistência em descrever paisagens, percebemos uma narrativa que sugere imagens.

Josué de Castro, discutindo em *Fatôres de localização da cidade do Recife* sobre a expansão e a organização do espaço urbano recifense, nos oferece essa imagem do Recife:

A cidade tomou posse de quase toda a planície do Recife, com a sua forma de leque aberto, com seu sistema radioconcêntrico em torno do porto [...] é como se a cidade quisesse aproveitar todo o material que a natureza lhe preparou pacientemente para lhe servir de fundamento geográfico. (CASTRO, 1948, p.69,70).

Neste trecho, por meio de uma visão ampla, Castro nos exhibe a vastidão da planície do Recife. Novamente o seu olhar distante enxerga a vastidão da área onde se localiza a cidade do Recife. A sua descrição, científica, também se preocupa constantemente em descrever a organização do espaço urbano, que neste caso fala que a cidade se forma em torno do Porto, supostamente devido a sua importância econômica. Nesta imagem da cidade percebemos, mais uma vez, que a natureza aparece domesticada e é entendida como sendo útil para o funcionamento da cidade através da sua matéria prima.

Nesse sentido, a sua descrição científica se preocupa com a funcionalidade urbana do Recife. Vale ressaltar, que neste período as teorias urbanísticas ocupavam um lugar de destaque entre os saberes, onde esta racionalidade era utilizada como tática de governo, onde se promoviam políticas públicas de transformação do espaço urbano. (PONTUAL, 2001).

No entanto, identificamos no termo “leque aberto”, que caracterizaria a ocupação urbana do Recife, que Castro, mesmo em trabalhos científicos, demonstrava sinais que sua visão não era totalmente racional, no sentido de se encaixar no paradigma da ciência galileana. O uso desta metáfora indica a sua aproximação com o mundo da literatura, da medicina e da psicanálise. Com a imagem do leque aberto vemos o seu desenho da cidade, onde o eixo é o Porto, que lança retas e tem força para sustentar uma dimensão bem maior do que ele próprio. Vemos uma cidade semi-circular, onde sua maior área de ocupação urbana se encontra no litoral, que se enfraquece quanto mais se distancia do porto. Através do leque aberto, Castro nos diz que é o porto que permite que a cidade se espalhe pela planície do Recife.

Quando olha para o Recife Josué de Castro enxerga a sua fisionomia. Na narrativa daquilo que ele vê, também se preocupa em despertar uma beleza. Ele, como cientista, não teve medo de se utilizar de poesia para falar sobre o mundo. É uma descrição refinada que

procura enxergar para além da geometria urbana ou dos conceitos geográficos. Assim, seu processo de escrita está relacionado a sua visualidade, que foi concebida por meio de suas experiências artísticas, embora também esteja presente no seu modo de ver o estilo científico.

#### 4.2.2 O Recife visto de perto

Sobre a tensão entre artes e ciência na produção de Castro vale destacar a sua obra *O livro negro da fome*, onde encontramos doze desenhos da pintora grega Anna Kindynis, muito embora neste livro ele se comprometa em estudar a fome por meio das teorias científicas da Geografia.

No prefácio deste livro, Josué de Castro agradece a contribuição da sua amiga Anna Kindynis que lhe ofertou seus desenhos sobre a fome para expor visualmente a questão da miséria humana em *O livro negro da fome*. Admirado pelo trabalho da artista ele diz que a sua pintura “lembra a força de um Goya quando se fez intérprete da angústia humana – o maior intérprete da angústia que o ocidente já conheceu, na afirmativa de Malraux” (1966, p.8).

Seu olhar (iconológico), capaz de comparar estilos artísticos por meio de conhecimentos adquiridos ao longo da sua trajetória, evoca a tragédia humana que Anna apresenta nas suas pinturas. Ele acredita que *O livro negro da fome* apenas com o paradigma científico é incapaz de falar sobre o sofrimento humano. Nesse sentido, os desenhos de Anna ganham importância, fazendo Castro sugerir que o seu livro é apenas “um breve comentário científico, e portanto bem tóxico, à sua extraordinária obra artística [Anna] de profundo sentido social” (1966, p.9). Diante do trabalho de Anna, Castro parece supervalorizar as experiências artísticas como um modo de apreender o mundo.

Nesse sentido, vale destacar que Josué de Castro, estava preparado para construir uma narrativa artística sobre a cidade. A sua narrativa poética ornamenta o Recife. Ele era um espectador equipado. Mostramos anteriormente que Castro era um conhecedor da cartografia holandesa e do estilo holandês de pintura do século XVII, que é quando os holandeses “fundaram” a cidade do Recife. Para a construção do seu livro *Fatores de localização da cidade do Recife*, ele faz visitas ao Museu do Estado de Pernambuco (MEPE). Nele, Castro direciona o seu interesse às imagens que documentam o período holandês no Nordeste

brasileiro<sup>146</sup>. Algumas destas figuras que se encontram no MEPE aparecem no seu livro como, por exemplo, a gravura do século XVII, *T'Recif de Pernambuco*.

Mas, Josué de Castro não apenas se interessou pelas pinturas de paisagens holandesas<sup>147</sup>. Ele também foi um apreciador das telas de Rembrandt que, além da paisagem, se preocupou em produzir retratos, naturezas-mortas e telas demonstrando o cotidiano holandês. No texto *Perspectiva ideal de uma cidade*, Josué de Castro mostra se inspirar em Rembrandt para conseguir capturar a mais bela imagem do Recife.

Quando Rembrandt, em seus quadros, apresentava humildes objetos domésticos envolvidos numa atmosfera lumínica que as pessoas de senso comum só acreditam existir em torno das cabeças dos santos, ele queria exteriorizar com aquela irradiação mágica, derramada sobre os objetos vulgares, os tesouros ocultos no âmago das coisas simples e que só o amor do artista pode milagrosamente revelar aos olhos do mundo<sup>148</sup>.

Nessa fala, Castro expressa a sua aproximação com o mundo das artes, mais precisamente com o estilo holandês do século XVII<sup>149</sup>. Ele também expressa a sua admiração pela produção de Rembrandt e sua capacidade de expor um mundo traduzido pelo seu olhar, onde se é evidenciado o que se deseja<sup>150</sup>. Rembrandt oferece para Castro uma maneira de enxergar as coisas. Também através de Rembrandt, Castro procura se relacionar de outra forma com aquilo que vê e daí surge uma narrativa íntima, que vai além de uma descrição explicativa.

Percebemos esta relação afetiva com o objeto na capa do livro *Documentário do Nordeste*, publicado originalmente em 1937. Este livro é composto por contos, por crítica literária e por discussões de questões sociais. Esses três momentos do livro se dedicam a tratar

---

<sup>146</sup> Em agradecimento à colaboração do MEPE Josué de Castro nos oferece uma ideia de como foi a utilização da documentação: “Devemos também nossa gratidão a José Maria de Albuquerque Melo, diretor do Museu do Estado de Pernambuco, pela inestimável contribuição prestada, permitindo a confecção de cópias fotostáticas de alguns mapas e gravuras antigas da cidade” (CASTRO, 1948, p.4).

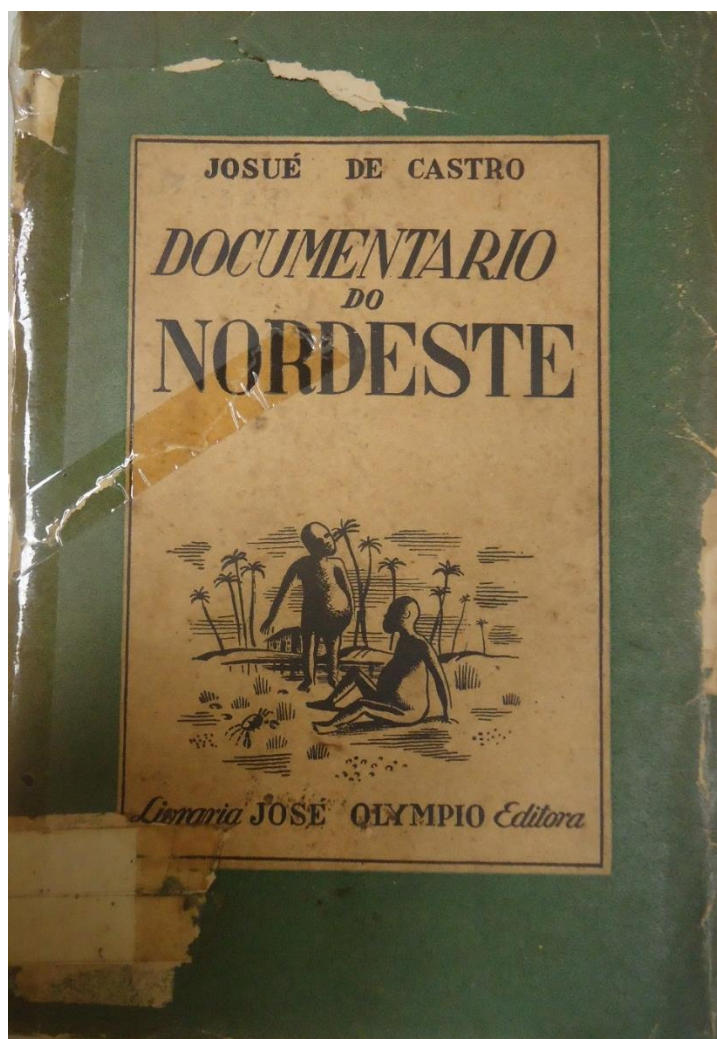
<sup>147</sup> Sobre pintura holandesa, ver: BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 2010; ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: A arte holandesa no século XVII**. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>148</sup> CASTRO, Josué. **A perspectiva ideal da cidade**. Correio Paulistano, São Paulo, 27/05/1951.

<sup>149</sup> Os pintores holandeses do século XVII eram devotos do realismo e “empenharam-se em transmitir a imagem mais exata possível de todas as coisas que os cercavam”. In: BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.84

<sup>150</sup> Bazin também destaca no método de Rembrandt a sua intensidade em focos específicos, onde “a luz é o instrumento usado para exteriorizar em imagens a misteriosa vida da alma”. In: BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.94.

do Nordeste brasileiro. A parte destinada aos contos, tem como cenário a cidade do Recife. É este cenário que a capa do livro exhibe:



151

Não encontramos nenhuma descrição ou interpretação de Castro sobre esta capa no livro *Documentário do Nordeste*. No entanto, tres décadas depois, em *Homens e caranguejos*, quando ele descreve o ambiente da Mocambópolis, ele destaca duas crianças que se encontram em meio à lama: “estão dois garotos sambudos, inteiramente nus, com as barrigas estufadas pra frente, como se fossem dois tambores espetados em pernas de gravetos, finas, tortas, cinzentas de lama seca” (CASTRO, 2007, p.38). Nos parece que trinta anos depois, a imagem da capa de *Documentário do Nordeste* salta novamente no texto de Castro.

A figura, presente na capa do livro, nos transmite uma sensação de estarmos observando o cenário de bem próximo, quase fazendo parte daquilo que se vê. Diferente da

<sup>151</sup> Capa do livro **Documentário do Nordeste**. Ed José Olympio: Rio de Janeiro, 1937.

capa de *Fatores de localização da cidade do Recife*, agora, a cidade não é vista de cima, ao contrário, o espectador parece estar no chão junto aos dois indivíduos que aparecem em primeiro plano na figura. Aliás, uma determinada paisagem da cidade fica afastada, relegada a segundo plano indicando que o observador focaliza o seu olhar nos habitantes da cidade e não no aspecto arquitetônico e urbanístico dela.

Em primeiro plano, além dos dois indivíduos aparece um caranguejo, animal que habita os mangues do Recife, que convive em harmonia com os humanos presentes na figura. Isso nos aponta que os dois indivíduos representam os personagens que aparecem nos contos deste mesmo livro. Nas histórias narradas por Castro os indivíduos se confundem na lama com os caranguejos, onde “num contato tão íntimo com esses bichos, que a sua alma molinha de criança, ainda em formação, tivesse tomado o feitio da alma dos caranguejos” (1937a, p.34).

Dos personagens criados por Josué de Castro, acreditamos que João Paulo é o mais trabalhado por ele. João Paulo é um menino de rua que catava caranguejos nos mangues do bairro de Afogados. Pescar esses crustáceos era o seu trabalho, que ele exercia desde seus primeiros anos de vida. Sua vida é finalizada no primeiro dia em que ele decidiu brincar em lugar de ir trabalhar. Brincando na rua, em meio a um conflito armado nas áreas próximas à Afogados, ele “foi encontrado morto, varado de bala” (1937a, p.36)

No fim do conto que narra a vida de João Paulo, encontra-se um desenho que identificamos como sendo o rosto dele. Encaramos bem de perto uma face magra, que vemos no retrato com uma expressão de apatia, que seu olhar reforça. É um rosto triste de uma criança sem esperança.





152

Trinta anos depois, no livro *Homens e caranguejos*, Josué de Castro descreve a face de João Paulo, como sendo um “rosto magro, moreno, de maçãs salientes. Com seus olhos negros e profundos” (CASTRO, 2007, p.28). Esta descrição nos remete à figura que se encontra no livro *Documentário do Nordeste*.

Supostamente é João Paulo também que está sendo representado na capa do livro *Documentário do Nordeste*. Na capa deste livro, o que nos chama atenção são as barrigas das crianças. Acreditamos que Castro através daquelas barrigas inchadas queria nos falar sobre as doenças que assolavam aqueles habitantes da cidade. Por meio do seu olhar de médico, de estudioso de arte, Castro entendia, como cientista geógrafo, que aquela barriga indicava que o paciente hospedava o parasita que provocava a esquistossomose, doença conhecida no Nordeste como barriga d’água.<sup>153</sup>

Não foi por acaso que Josué de Castro decidiu falar dessa doença. Primeiramente, a esquistossomose era uma doença bem comum no Nordeste da época, principalmente nas áreas próximas aos rios. Imaginamos, então, que Castro entendia que a imagem da barriga inchada poderia ser lida por um vasto público, que também, ao visualiza-la, a identificaria.

<sup>152</sup> Ver: CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. Ed José Olympio: Rio de Janeiro, 1968. p.31.

<sup>153</sup> “Conhecida pelos brasileiros como barriga d’água, xistosa ou doença do caramujo, a esquistossomose mansoni ou mansônica é caracterizada, na forma mais grave, a hepato-esplênica, pelo aumento do fígado e do baço. O diagnóstico e o tratamento são relativamente simples, mas a erradicação da doença só é possível com medidas que interrompam o ciclo evolutivo do parasito, como a realização de obras de saneamento básico e a mudança comportamental das pessoas que vivem em áreas endêmicas”. In: KATZ, Naftale; ALMEIDA, Karina. Esquistossomose, xistosa, barriga d’água. **Cienc. Cult.** São Paulo, v. 55, n. 1, Jan. 2003. Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252003000100024&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100024&lng=en&nrm=iso)>. Access on 12 Dec. 2014.

Em segundo lugar, vale destacar seu olhar geográfico, que buscava relacionar as doenças dos pacientes com as circunstâncias do meio em que viviam. Nesse sentido, pensamos que ele destaca este tipo de doença para falar sobre o local, pois a esquistossomose se desenvolve em áreas naturais onde se encontram os moluscos do gênero *Biomphalaria* (caramujo). Além do caramujo, há os aspectos sociais e culturais que favorecem o desenvolvimento da doença, como um sistema de esgoto ineficiente e uma população não acostumada com uma conduta que afaste o risco de contaminação.

O que queremos enfatizar é que devido a sua sensibilidade, Castro consegue dar visibilidade àquelas “barrigas” e assim como Rembrandt transformar em tesouro as coisas simples. Assim, na capa de *Documentário do Nordeste*, também vemos os vários olhares de Castro.

É o interesse pelos habitantes dos manguezais do Recife que faz Castro chegar mais perto deles para senti-los. Isto nos comunica que ele estabelece uma relação emotiva com aquilo que vê. Josué de Castro durante a sua infância morou numa residência localizada no bairro da Madalena, no Recife. Sua casa era próxima ao Capibaribe, rio que ele simpatizava. Foi olhando para este rio que ele começou a conhecer o Recife. Vejamos como ele relembra essa relação com o rio durante a sua infância:

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas, fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a contar-me uma longa história. [...] a história dos homens do Nordeste me entrou muito mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Entrou-me por dentro dos olhos ávidos de criança sob a forma destas imagens que estavam longe de serem sempre claras e risonhas (CASTRO, 2007, p.16).

O olhar de Castro direcionado ao Capibaribe, nos indica que ele não apenas seguiu a tradição literária que discursava sobre o rio, apesar de conhecer e valorizar. O rio que Castro nos transmite também surge do seu olhar e talvez seja esta a beleza da sua narrativa sobre aquela paisagem que ele habitou.

Mas também, destacamos que ele se relacionou com os meninos que brincavam nos manguezais daquela zona da cidade. Em entrevista concedida à imprensa carioca Josué de Castro relembra a sua infância e destaca que foi um menino que gostava de brincar nas ruas, onde “morando em bairro pobre, satisfazia com facilidade essa aspiração infantil de vagabundagem”.<sup>154</sup>

---

<sup>154</sup> O Jornal. Rio de Janeiro, 23/03/1947.

Entendemos que através de sua memória ele também buscará materiais para reconstruir essas histórias em forma de contos literários. Por meio desse gênero literário ele narrava, de maneira concisa, o cotidiano e as sensações daquela população, com a intenção de chocar o leitor.

Ainda sobre a familiaridade que ele tinha com as expressões artísticas, vale ressaltar as suas publicações na imprensa durante a segunda metade da década de 1920<sup>155</sup>. Nestes textos ele discorre principalmente sobre literatura, pintura e cinema<sup>156</sup>.

É interessante destacar, neste sentido, que a sua relação com a arte cinematográfica, décadas depois, vai se intensificar a partir da amizade que ele estabelece com o cineasta italiano Roberto Rossellini<sup>157</sup>. Em agosto de 1958, Rossellini desembarca no Brasil com o intuito de fazer um filme tratando da temática da fome a partir das obras de Castro<sup>158</sup>. Percebemos, por meio da imprensa, que o filme que seria produzido por Rossellini no Brasil não utilizaria apenas a obra de Castro como base para o roteiro do filme, mas também o próprio Castro participaria da produção do filme.

O autor da obra [Josué de Castro] declarou que, além de Rossellini, tinha já trocado impressões sobre a filmagem do argumento do seu livro, também com Zavattini, e que tudo faria para juntar os dois na mesma realização<sup>159</sup>.

Acreditamos que esse diálogo entre Josué de Castro e Rossellini indica que Castro não era um cientista tradicional, pois, como já abordamos anteriormente, o espírito inquieto dele favorece uma aproximação com diversas áreas do saber. Através do cinema Castro, mais uma vez, é levado a se relacionar com as artes visuais, refletindo sobre a imagem, mesmo que seja uma imagem em movimento, como no caso do cinema. Portanto, entendemos que a

---

<sup>155</sup> Acerca dessas publicações, ver capítulo 1 deste trabalho.

<sup>156</sup> Sobre a relação de Castro com a arte cinematográfica na década de 1920, ver: LIRA, Augusto César Gomes de. **Objetivos e perspectivas**: a ideia de cinema na crônica jornalística de Josué de Castro (década de 1920). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife: 2011.

<sup>157</sup> Roberto Rossellini (1906 – 1977) era um cineasta vinculado ao movimento neorrealista italiano. Seu filme mais premiado foi Roma, cidade aberta de 1945.

<sup>158</sup> “Para uma estada de duas semanas no Brasil, tempo este que acertará pormenores da filmagem da Geopolítica da fome e visitará o Nordeste e São Paulo desembarcou ontem no Galeão o cineasta e produtor cinematográfico Roberto Rossellini. Recebido pelo professor e deputado Josué de Castro, autor da obra em que se baseará a película”. **No Rio o cineasta Roberto Rossellini**. Folha da noite. São Paulo. 19/08/1958. (Recorte de jornal extraído do Acervo Josué de Castro-FUNDAJ).

<sup>159</sup> **Rossellini vai filmar Geopolítica da fome**. Última hora. São Paulo. 19/08/1958. (Recorte de jornal extraído do Acervo Josué de Castro-FUNDAJ)

descrição visual refinada de Castro está vinculada ao seu conhecimento artístico que o prepara, em distâncias distintas, para olhar as imagens.

Castro, como médico, estava acostumado a se basear em observações visuais para obter os resultados esperados, ou seja, o diagnóstico a partir da interpretação dos sinais que o corpo lhe oferecia. Segundo Ginzburg os médicos são levados a aprimorar o seu saber indiciário. Ginzburg, analisando os métodos interpretativos de Giovanni Morelli, Arthur Conan Doyle e Sigmund Freud (que foi lido por Josué de Castro<sup>160</sup>), constata que há convergências no modo de proceder deles. Ginzburg atribui isso ao fato deles terem tido uma formação comum:

Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo (GINZBURG, 1989, p.149,150).

Nesse sentido, entendemos que o modo de olhar de Castro é semelhante aos três médicos abordados por Ginzburg. Assim, acreditamos que devido a prática cotidiana profissional, Castro desenvolveu uma maneira de construir conhecimento a partir das investigações dos indícios. Portanto, entendemos que Castro priorizava a experiência visual como um modo de conhecer o mundo, algo ao qual os historiadores se dedicam hoje em dia.

A sua descrição da cidade do Recife é complexa, pois o seu modo de olhar a cidade carrega experiências vindas de áreas distintas do conhecimento: a ciência geográfica, o saber da medicina e a sensibilidade artística. É difícil sabermos quando fala o Castro cientista ou quando quem está nos falando é o Castro sensível. Onde começa um e termina o outro? Preferimos não separar as formas como ele conhece o mundo. Entendemos que ele encarou essa tensão e tentou conciliar essas diferentes formas de lidar com o mundo.

Quando escreve sobre o Recife, Castro une razão e emoção, embora em alguns textos ele priorize um modo específico de olhar. Ora se distancia da cidade, ora se aproxima dela. Mas, em nenhum momento ele esquece o seu outro modo de ver. Observando a sua produção sobre o Recife por completo, identificamos que o seu olhar está distante e próximo,

---

<sup>160</sup> Em Geografia da fome, quando Castro discute acerca de como a moral pode atrapalhar a ciência, ele cita Freud como um indivíduo criador que se inquieta com alguns silêncios: “Freud demonstrou com tal genialidade o primado do instinto, que é essencial, sobre o racional, que é acessório, no desempenho do comportamento humano, que não houve remédio senão aceitar-se, mesmo a contragosto, a sua teoria e deixar-se abrir os diques com que se procurava ingenuamente afogar as raízes da própria vida. Desde então foi possível debater-se em altas vozes o problema do sexo” (CASTRO, 1984, p.31).

ao mesmo tempo. Desse olhar complexo surgem diversos Recifes que se entrelaçam e que a nossa pesquisa tentou visualizar.

Reconhecemos que a sua produção é marcada por essas ambiguidades. Assim, vemos que Josué de Castro tentou superar a velha contradição entre racionalidade e irracionalidade para construir o seu Recife.

## CONCLUSÃO

Enquanto pesquisávamos sobre a imagem do Recife que Josué de Castro nos oferece, fomos, aos poucos, tendo a sensação que a nossa cidade é a cidade que ele fabricou. No entanto, também compreendemos que a fabricação dessa cidade anfíbia que flutua nas águas é inseparável das outras, que desde Barleus vem sendo construída dia após dia pelas diversas representações artísticas. Terminamos com a sensação que a imagem do Recife que nós enxergamos foi sendo construída a quase quatro séculos, pelo menos. Acreditamos que é impossível imaginar o nosso Recife sem lembrar de todos eles.

Então, diante da produção textual de Josué de Castro, buscamos destacar, nesta dissertação, as suas descrições sobre a paisagem da cidade do Recife com a intenção de compreender a imagem do Recife nas suas obras. Ressaltamos que entendemos que os seus textos sobre o Recife estão vinculados a uma tradição simbólica instituída no Recife da primeira metade do século XX, que aglutinou intelectuais que se dedicaram a estudar a temática do Brasil holandês. No entanto, a sua produção textual sobre o Recife também recria significados, construindo uma imagem específica do Recife.

Identificamos que Josué de Castro priorizava a experiência visual como um meio para elaborar as suas narrativas sobre o Recife. Entendemos que o seu olhar sobre a cidade é fundamental para a construção da sua narrativa. Também destacamos que articulando símbolos míticos com conceitos científicos para descrever o Recife, Josué de Castro nos demonstra que tentou conciliar formas distintas de conhecer a cidade do Recife para superar os limites da razão. Assim, estas experiências e tensões favoreceram a instituição de uma imagem diferente da cidade do Recife que enxergamos na produção de Josué de Castro, em sua síntese.

Inicialmente, nosso trabalho procurou compreender a sua trajetória como escritor. Destacamos a maneira como, aos poucos, ele foi se construindo como um grande intelectual brasileiro, com destaque nacional, até ser silenciado pelo golpe civil militar em 1964.

Consideramos que na década de 1940 ele se revelou um intelectual atuante e com uma produção literária expressiva. Josué de Castro ganhou visibilidade no cenário nacional, com um discurso sobre a alimentação legitimado pelo governo. Constituiu-se uma

personagem que, durante seu andamento como cientista, tomou por ponto de partida o saber de sua área de conhecimento para atuar na criação de propostas em torno de um projeto novo para o Brasil.

Ainda sobre a trajetória de Josué de Castro destacamos como ele tornou-se um geógrafo, durante a década de 1930. Esta mudança na sua vida aos poucos foi lhe convencendo que se poderia entender a realidade brasileira através do método geográfico, onde, a partir daí, se enfatiza em Castro a prática da experiência visual como um modo de apreender o mundo. Essa mudança, então, despertou um novo olhar de Josué de Castro que, aliado à sua experiência artística proporcionará uma narrativa refinada e com um forte apelo visual sobre a cidade do Recife.

Observarmos, em seguida, como Josué de Castro se relacionou com o surgimento da nova Capital Federal. Acreditamos que ele apoiou a construção de Brasília porque via nela um instrumento poderoso que poderia impulsionar a nação ao desenvolvimento econômico e social, com ênfase no planejamento para o desenvolvimento, tendência da época.

Em torno da discussão da construção de Brasília compreendemos melhor o pensamento de Josué de Castro sobre a questão da cidade. A sua fala sobre Brasília nos indica uma supervalorização da cidade, onde ela significa a maior expressão da civilização. Vinculamos esta ideia de Castro com o saber da geografia urbana.

No entanto, a relação que Castro estabelece com a cidade do Recife é mais complexa. O saber geográfico não foi suficiente para ele reconstruir o Recife. Destacamos que ele mantinha uma relação de afeto com o Recife, cidade que ele nasceu e viveu durante vários anos e mesmo quando residiu no Rio de Janeiro continuou visitando a sua cidade natal, como também pensando e lembrando o Recife.

Assim, foi necessário percorrer com ele os inúmeros bairros do Recife e descrever a rua, a arquitetura, a população e o ambiente natural da cidade do Recife que Josué de Castro experimentou e imaginou e que tentamos reconstruir a partir da leitura dos seus textos. Também discutimos sobre um contexto mais amplo através dos diálogos que Castro manteve com outros intelectuais, num momento onde as táticas de governo intensificaram as transformações urbanas que interferiam no Recife, na época da sua produção.

Quando olhava para o Recife, Josué de Castro não a contemplava apenas com o olhar da racionalidade científica, mas também procurou apreender, com amor, as imagens da

cidade. Desse olhar duplo emergiu do seu texto uma cidade desigual, onde coexistiam uma cidade miserável, pré-moderna e moderna.

Diante dessa cidade desigual de Castro, percebemos um elemento que se destaca: os rios. Os rios brotam como a principal paisagem natural da cidade. Josué de Castro encara um Recife múltiplo, caótico, e diante daquelas diversas áreas que ele contempla, os rios surgem para dar sentido a cidade. Toda a paisagem do Recife de Josué de Castro é banhada pelos rios.

Assim, o Recife que ele nos expõe é todo atravessado pelos rios, Capibaribe e Beberibe. Inclusive ele retorna ao século XVII para tratar da questão da colonização holandesa em Pernambuco para estabelecer a origem da cidade e a sua própria identidade: as águas e sua fertilidade, para o bem e para o mal. Por isso, ressaltamos, ainda, que a narrativa de Castro sobre as paisagens do Recife é permeada por símbolos que, por vezes, remetem a uma tradição mítica.

Refletindo sobre o modo como Josué de Castro se relaciona com a natureza e constrói sua paisagem, destacamos como as águas foram significadas. Pois compreendemos que esse foi o recorte de Josué de Castro, onde ele sente e entende a cidade do Recife.

Josué de Castro consegue enxergar dois significados míticos nos rios que atravessam o Recife, o Capibaribe e o Beberibe, onde “corriam, para um lado, os rios da fortuna e, para outro lado, os rios da miséria” (CASTRO, 2007, p. 70). Sendo assim, apresentamos o rio que fecunda, desenvolve e fomenta a prosperidade do Recife. Como também expomos o rio destruidor, mortífero, que é cenário do ciclo do caranguejo e de seus humanos personagens.

Atribuímos ao olhar múltiplo de Josué de Castro a capacidade de enxergar essa dupla face do rio. Durante a sua vida ele foi aprimorando o seu olhar e propagando textos com uma escrita cada vez mais refinada da paisagem do Recife. A sua descrição da cidade do Recife é complexa, pois o seu modo de olhar a cidade carrega experiências vindas de áreas distintas do conhecimento: a ciência geográfica, o saber da medicina e a sensibilidade artística.

A obsessão de Josué de Castro pelos rios, principalmente o Capibaribe, nos faz hoje prestar atenção para esse detalhe da cidade, que parece ser um dos elementos definidores da identidade do Recife.



Por fim, entendemos que este trabalho tentou contribuir nos estudos sobre como a cidade do Recife foi imaginada e recriada por meio da produção textual. E acreditamos que ainda há muito o que se discutir sobre a dimensão imaginária da cidade do Recife.

## **FONTES**

### **Acervos**

Acervo Josué de Castro – FUNDAJ

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

Biblioteca Blanche Knopf – FUNDAJ

Biblioteca Central – UFRPE

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE

Biblioteca do Museu do Estado de Pernambuco – MEPE

Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História – UFPE

### **Sites**

Hemeroteca Digital Brasileira:

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

### **Periódicos**

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1940 – 1950

Revista Carioca, Rio de Janeiro, 1936 – 1940

A Manhã, Rio de Janeiro, 1935

Diário de Pernambuco, Recife, 1933, 1936, 1948, 1958, 1959.

Jornal do Commercio, Recife, 1948, 1958, 1959.

### **Produções textuais sobre o Recife**

BARLAEUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**: Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

\_\_\_\_\_. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

### **Publicações de Josué de Castro (em ordem de publicação original)**

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937a.

\_\_\_\_\_. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. (4º ed.)

\_\_\_\_\_. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937b.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (1ºed. 1946)

\_\_\_\_\_. **Fatôres de Localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome**: ensaio sôbre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Brasiliense, 1957. (1ºed. 1951)

\_\_\_\_\_. **A cidade do Recife**: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

\_\_\_\_\_. **Três personagens**: Einstein, Fleming e Roosevelt. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante, 1955.

\_\_\_\_\_. **O Livro Negro da Fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. (1ºed. 1957)

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Geografia Humana**. 5º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. (1ºed. 1957)

\_\_\_\_\_. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (1ºed.1967)

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: A arte holandesa no século XVII**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- AMORIM, Helder Remígio. “Sete Palmos de terra e um caixão”: escrita e práticas políticas na trajetória de Josué de Castro. XXVII Simpósio Nacional de História. **Anais**. Natal: ANPUH, 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A construção da geografia brasileira. **Revista RA’E GA**: Curitiba, n. 3, p. 19-34, 1999.
- ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo**. Recife: Edições Bagaço, 2006.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. São Paulo: editora Papirus, 1993.
- BARBOSA, Lúcia Falcão. **O castelo de Alecrim: Intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2005.
- BARTHES, Roland, **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BENJAMIN, Walter **Obras escolhidas vol III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BERNARDES, Denis. **Recife: O caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- BEZERRA, Rozélia. **A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e discursos elaborados**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo – São Paulo: 2010.
- BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP – Rio Claro: 2004.
- CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934-1956: uma Contribuição a Historiografia do Pensamento Geográfico Nacional**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2001.
- \_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje! Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – USP - São Paulo: 2007.

CASTRO, Anna Maria de. (Orgs.). **Fome: um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro\Lisboa: Bertrand\Difel, 1990.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2003.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os Signos**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

DETIENNE, Marcel. O mito: Orfeu no mel. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

ELIADE, Mircea. **O Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Edições 70, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XI, n.43, p. 227 - 246, abr/maio/jun, 2005.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988, pp. 127 – 149.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. A tecnologia política dos indivíduos. In: **Ética, sexualidade, política**. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Coleção ditos e escritos V. Forense universitária, 2004, pp. 301-318.

GALINDO, Marcos. Memória e cultura partilhada. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1982.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, p. 143-155, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: USP, 1985.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIRA, Augusto César Gomes de. **Objetivas e perspectivas: a ideia de cinema na crônica jornalística de Josué de Castro (década de 1920)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife: 2011.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus: Unicamp, 1986.

LUCENA, Juliana Rodrigues de Lima. **Do lar ao largo: novas relações de gênero e poder no cenário cultural e político do Recife (1955-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife: 2010.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (Re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MARCHI, Dorival Donizeti. **O pensamento de Josué de Castro**. Dissertação - Universidade São Francisco. São Paulo: 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. A obra de José Antônio Gonsalves de Mello. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento. O caso do Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1978.

MELO, M.M.; NEVES, T. C. W. (Orgs.). **Perfis Parlamentares 52: Josué de Castro**. Brasília: Plenarium, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual**: balanço provisório, propostas cautelares. In: Revista brasileira de História. São Paulo: ANPUH. v. 23, n. 45. Jan – Jul, 2003.

MICELI, Sergio. **Imagens Negociadas**: Retratos da Elite Brasileira (1920-40). São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 174 pp.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Cláudia Louback do. **Entre homens e caranguejos**: o debate em torno da obra de Josué de Castro em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2006.

NASCIMENTO, Renato cavalheira do. **Josué de Castro** – o sociólogo da fome. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília – Brasília: 2002.

NUNEZ, Jorge Luís R. **Josué de Castro, o Geógrafo da Fome**: Uma Abordagem Crítica da Obra e sua Relação com o Contexto Econômico e Político do Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2003.

ODALIA, Nilo. **As Formas do Mesmo**: Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: UNESP, 1997.

PAMUK, Orhan. **Istambul**: memória e cidade. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. **Muito Além do Espaço**: por uma história cultural do urbano. In: Estudos Históricos Cultura e História Urbana. Rio de Janeiro, n.º 16, 1995

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001.

PUNTONI, Pedro. No tempo dos flamengos: memória e imaginação. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1998.

REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre. IN: **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos**: História da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTOS, Taciana Mendonça. **A(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2009.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia nas letras, 1996.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro**: por uma agricultura de sustentação. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNICAMP, São Paulo: 2008.

SILVA, Bianca Nogueira da. **O ser e o fazer**: Os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife: 2010.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando numa cidade de luz e de sombras**. A fotografia moderna no Recife na década de 1950. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2005.

\_\_\_\_\_(Org.). **O Álbum de Berzin**: coleções do MCR e da Fundaj. Recife: CEPE, 2012.

SILVA, Marília Pires de Alencar. **O programa de alimentação do trabalhador (PAT)**: uma análise de discurso. São Paulo: UNICAMP, 2011.

SILVA, Tânia E. M. da. **Josué de Castro**: Por uma Poética da Fome. Tese (Doutorado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 1998.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**: presença do teatro do estudante e do gráfico amador no Recife (1946-1964). Recife: Ed. UFPE, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB**: fábrica de ideologia. São Paulo: Ática, 1978.

VARNHAGEN. Francisco Adolfo. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877).

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: A revista Estudos Universitários (1962 – 1964). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife: 2010.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Frans Post, a paisagem e o exótico: o imaginário do Brasil na cultura da Holanda do século XVII. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012.

VIEIRA, Hugo Coelho. **O teatro de guerra e a invenção do Brasil holandês**: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 a 1635. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife: 2011.